

2015

Plano Municipal de Educação

2015/2024

Documento que contém objetivos, metas e ações propostas a curto, médio e longo prazo, para a educação no município num período de dez anos.

Secretaria Municipal da Educação
Prefeitura Municipal de Educação
24/06/2015





Documento-Base



Plano Municipal de Educação 2015/2024

**São José
do Rio Pardo**
1 5 0 a n o s

**São José do Rio Pardo – SP
Junho de 2015**



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

JOÃO BATISTA SANTURBANO

Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO DE SOUZA

Vice-Prefeito

PROFA. SILVIA MASINI JIUPATO

Secretária Municipal de Educação

PROFA. ANA LÚCIA PORFÍRIO

Diretora do Departamento de Educação
Coordenadora Geral para Elaboração do PME



Comissão Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação, criada através do Decreto nº 4.720, de 26 de setembro de 2014, alterada pelo Decreto nº 4.760, de 19 de novembro de 2014 e constituída através da Portaria nº 12.534, de 19 de novembro de 2014.

Sílvia Masini Jiupato

Profº Dr. Marcelo Callegari Zanetti

Alcindo Pizani Júnior,

Rosângela Tinti Lopes

Aline Flamínio Machite

Lucinéia dos Santos

Nádia de Fátima Navarro Zonaro

Renata de Cássia da Silva Pedrosa

Maria Rosa Della Torre

Profa. Maria de Lourdes Scarcella

Profa. Tatiane Iotti Brusque

Profº Marco Antônio Boaro

Cristiane Clementino de Oliveira

Daniel Tartarotti João

Maria Eduarda Fornari Garçon

Profa. Maria Ângela Regini Módolo

Profº Dr. Roque Lúcio

Profa. Eliana Márica Xavier Barbeta

Profº Sidnei dos Santos

Profa. Adriana da Silva Figueira Baldo

Carla Renata Arcoza dos Santos



A segunda Comissão é a de Acompanhamento da Elaboração e Execução do Plano Municipal de Educação, criada através do Decreto Nº 4.719, de 26 de setembro de 2014, e constituída pela Portaria Nº 12.594, de 22 de dezembro de 2014.

Profa. Sílvia Masini Jiupato

Profa. Silvana Aparecida Pizani Cavalli

Profº Alexandre Cardoso de Souza

Profª Tatiane Iotti Brusque

Profa. Ieda Maria Giovaneli Lopes Silva

Edna Mara Miranda

Márcia Aparecida Donizete Mendes Moreira

Profa. Danila de Mello Vechini Posso

Profª Liliane Canali de Lima

Profª Cláudia Maria Garcia Andrade Moraes

Profª Elenice Aparecida Canal

Profª Daniela Cristina Marcon

Profª Renata Daniele Vechini Dalbon

Sílvia Helena André

Profa. Maria Carolina P. Maldonado Andrade

Profº Fábio Missura

Profa. Carmem Cecília Trovato Maschietto

Valdirene Custódio da Silva

Maria Eunice Cordeiro Vasco Araújo

Guilherme Henrique de F. Peixoto

Maicon Jean de Souza

Letícia Aparecida Minussi Lofrano

Profa. Leila Rose da Silva Santos

Profa. Ana Lúcia de Souza.



SUMÁRIO

ITEM	Página
Apresentação.....	08
Introdução.....	09
Mensagem.....	12
I – Histórico da Elaboração do Plano Municipal de Educação de São José Do Rio Pardo – SP	13
II – Aspectos Geográficos, Históricos e Socioeconômicos do Município de São José do Rio Pardo – SP.....	21
1 – Localização Geográfica.....	21
2 - Aspectos Geográficos.....	23
3 – Aspectos Históricos: São José do Rio Pardo – Uma Breve História.....	24
4 - Aspectos Demográficos.....	27
4.1 – Demografia.....	27
4.2 – Produção Econômica.....	29
4.3 – Produção Agropecuária.....	29
4.4. – O Campo Hoje.....	30
4.5 – Mercado de Trabalho.....	33
5 – Aspectos Sociais.....	34
5.1 – Pobreza e Transferência de Renda.....	34
5.2 – Assistência Social.....	35
5.3 – Inclusão Produtiva.....	36
5.4 – Saúde.....	37
6 – Aspectos de Gestão Municipal.....	39
6.1 – Finanças Públicas.....	39
6.2 – Recursos Humanos.....	41
III – Panorama Educacional em São José do Rio Pardo.....	41
1 – Breve Histórico das Escolas em São José do Rio Pardo.....	42
2 – As Escolas em São José do Rio Pardo.....	45
2.1 - Dados Atuais.....	45
2.2 – A Rede Estadual de Ensino.....	50
2.3. A Rede Particular de Ensino.....	54
2.4. – Escolas de Educação Especial.....	57



2.5 – Instituições Filantrópicas.....	58
2.6 – Instituições de Ensino Técnico Profissionalizante.....	61
2.7 – Instituições de Ensino Superior.....	62
IV – A Rede Municipal de Ensino.....	65
1 – Apresentação.....	65
2 – Indicadores Educacionais.....	68
2.1. - O IDEB do 5º Ano da Rede Municipal.....	68
2.2. - IDEB do 9º Ano da Rede Municipal de Ensino.....	72
2.3. - Indicadores do IDESP da Rede Municipal do 5º E 9º Ano.....	75
3. - Plano de Ação.....	75
3.1. - Objetivo Geral.....	76
3.2. - Objetivos Específicos.....	76
3.3. - Ações que vem sendo desenvolvidas.....	77
3.4. - Ações voltadas para a Formação Continuada.....	78
3.4.1. - Formação em Serviço dos Professores Coordenadores.....	78
3.4.2. - Formação de Gestores.....	79
3.4.3. - Formação dos Professores.....	80
3.4.4. A Semana Da Educação.....	84
3.4.5 – Pró- Letramento – Ação/Reflexão/Ação.....	87
3.4.6. – Formação Continuada do PNAIC- Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa.....	88
4. – As Creches Em São Jose Do Rio Pardo: Breve Histórico.....	91
4.1. – Concepções Que Orientam As Propostas Pedagógicas.....	92
4.2. – A Organização Dos Conteúdos.....	93
4.3 – A Organização Das Atividades Pedagógicas.....	94
4.4 – As Creches Municipais.....	95
5 – As Escolas Municipais: fundamentos.....	99
5.1 – Concepções Que Orientam As Propostas Pedagógicas.....	101
5.2 – A Organização Dos Conteúdos.....	102
5.3 – Organização Das Atividades Pedagógicas.....	103
5.4 – Alguns Projetos Desenvolvidos Em Nossas Escolas.....	104
5.5 – Apresentação das Escolas Municipais.....	108
5.6 - Breve Histórico Das Escolas Do Campo.....	113



6 – Merenda Escolar.....	125
7 – O Transporte Escolar.....	130
V- Outros Cenários.....	132
1 – DEC.....	132
2 – Secretaria de Assistência e Inclusão Social.....	134
VI – Referências Bibliográficas.....	137





APRESENTAÇÃO

São José do Rio Pardo vive um momento único em sua história.

No momento em que comemoramos seu 150º aniversário temos a grata satisfação de presentear a população com este documento, o Plano Municipal de Educação. Documento este com força de lei, que estabelece 20 (vinte) metas e 228 (duzentas e vinte e oito) estratégias para que seja garantido que o direito à educação de qualidade avance num período de dez anos, conforme prevê o artigo 214 da Constituição Federal.

Trata-se de um documento de grande dimensão, uma vez que diz respeito ao território de São José do Rio Pardo e não da Rede Municipal de Ensino, ou seja, seu texto abrange todas as esferas, todas as redes, todos os segmentos, níveis e modalidades de ensino. Apesar da responsabilidade maior do município quanto à oferta de ensino estar voltada para a educação infantil e ensino fundamental, não podemos nos esquecer que todos os rio-pardenses também são nossa responsabilidade.

Além disso, os Planos de Educação constituem-se política de estado, não podendo ser um programa de governo, uma vez que, por ser decenal, ultrapassará mais de um mandato executivo e legislativo, e deve se constituir enquanto um dos principais instrumentos da política pública educacional, além de ser importante na luta contra a descontinuidade das políticas, pois orientam a gestão educacional e referenciam o controle social e a participação cidadã.

Por conta desta amplitude é que o mesmo transcende interesses que não estejam voltados à promoção de uma educação de qualidade para a população rio-pardense e tornou-se desafiador, pois exigiu um trabalho articulado com todos os segmentos de nossa sociedade ligados à educação de forma que fosse possível construir um plano que consiga contemplar, o máximo que puder, os anseios, as expectativas e reivindicações de nossa sociedade.

É nosso desejo que as metas e suas estratégias aqui apresentadas não se transformem em letras mortas, mas que sejam tomadas como base para a elaboração de novas ações, novos projetos voltados para a melhoria e ampliação de tudo que o município já vem oferecendo em seu processo histórico no que diz respeito à educação.

____ Sendo assim, convido a todos para assumirem o seu papel diante deste desafio contínuo, que hoje avança ao ter seu plano municipal de educação elaborado e sancionado, mas que, por conta disso requer acompanhamento, avaliação e reestruturação.

Cada um assumindo a sua responsabilidade contribuirá com a execução deste marco em nossa história, já tão marcada por fatos e acontecimentos que só nos enaltecem.

João Batista Santurbano - Prefeito Municipal



INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, por meio da Secretaria Municipal da Educação e do Conselho Municipal de Educação, respondendo às exigências da legislação vigente, apresenta o Plano Municipal de Educação de São José do Rio Pardo para o decênio 2015 – 2024.

Sendo assim, o presente documento busca atender os princípios contidos na Constituição Federal de 1988, principalmente no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- A Educação enquanto direito social:
 - o Art. 6º - **São direitos sociais a educação**, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à **infância**, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
- A Educação enquanto direito de todos e dever do Estado e da Família:
 - o Art. 205 – **A EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS e DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- A Educação enquanto dever do Estado:
 - o Art. 208 – O **DEVER DO ESTADO** com a educação será efetivado mediante a garantia de:
 - I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009](#)) ([Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009](#))
 - II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996](#))
 - III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
 - V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 - VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por



meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

- A Educação enquanto dever da Família:
 - o Art. 227 - É dever da FAMÍLIA, da SOCIEDADE e do ESTADO, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à EDUCAÇÃO, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Plano Municipal de Educação (PME-2014/2023) com 20 (vinte) metas e 228 (duzentas e vinte e oito) estratégias tem como norteador, fundamentalmente, o Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº13005/2014, de 25/06/2014) que tem como diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto

(Artigo 214 da Constituição Federal de 1988)

Este documento elaborado para o decênio 2015/2024 aborda o conjunto da educação existente no *território* do nosso município, ou seja, não diz respeito somente à rede municipal de ensino. Sendo assim, foi importante envolver em sua elaboração a rede municipal, estadual, federal e as instituições privadas que atuam em diferentes níveis e modalidades da educação: das creches ao ensino superior, ou seja, é resultado de reflexões coletivas pautadas nos princípios da gestão democrática participativa.

Para que isso fosse possível as propostas que foram discutidas por duas comissões constituídas para tal fim: **Comissão Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação – (PME)**, criada através do Decreto Municipal nº 4.720, de 26 de setembro de 2014 e **Comissão de Acompanhamento da Elaboração e Execução do Plano Municipal de Educação**, criada



através do Decreto Municipal nº 4.319, de 26 de setembro de 2014 estando, também, em consonância com as formulações contidas no Plano Nacional de Educação – PNE – 2014 – 2023, aprovado através da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

As propostas aqui apresentadas estão pautadas na leitura da realidade a partir de conversas com gestores, professores, diversos segmentos da sociedade rio-pardense e, através de levantamento e coleta de dados sobre os indicadores educacionais do município disponibilizados no Censo Escolar do Ministério da Educação, no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no Censo Populacional 2010 do IBGE, em sites oficiais federais, estaduais e municipais como: Fundação SEADE, Educacenso 2012/2014 e QEdU, Conviva Educação, Observatório do PNE, IBGE, SASI, SIMEC, Construindo a Próxima Década. Também foi preciso realizar uma leitura da realidade, partindo das experiências dos gestores das escolas públicas do município, conselhos municipais, professores e professoras. Por conta disto, a Secretaria Municipal da Educação buscou dados junto a cada escola do município, à Diretoria Regional de Ensino de São João da Boa Vista. Além disso, foi de suma importância o diálogo firmado com outras secretarias, como a Secretaria da Saúde e Secretaria de Assistência e Inclusão Social, de Obras e Planejamento e de Gestão, os quais foram processados a fim de se ter uma ampla visão tanto dos aspectos quantitativos da educação no município quanto dos indicadores educacionais de qualidade, permanência, aprovação e conclusão em todos os níveis, etapas e modalidades da educação do município de São José do Rio Pardo.

Sílvia Masini Jiupato
Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino
Secretária Municipal de Educação

1 5 0 a n o s



MENSAGEM

Ao ter o privilégio de participar dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação pude ver legitimada a importância de um trabalho construído a várias mãos, muitas ideias, sonhos, expectativas, entrelaçados por uma visão mais nítida de realidade educacional de São José do Rio Pardo que se configurava hora em desamino, mas que logo tomava a forma de desafios, propósitos e novamente sonhos....

E isso só foi possível, pois grupos foram constituídos em formato de comissões, subcomissões, equipes, enfim, um coletivo se propôs a trabalhar em torno de metas comuns na construção de estratégias que orientam o rumo a ser seguido pela educação no município.

Tentando mostrar a importância deste trabalho optei por compartilhar com vocês um texto de Madalena Freire que traduz, a meu ver, a importância do *outro* em nossas vidas, ações e sonhos.

Profa. Ana Lúcia Porfírio

Coordenadora Geral dos Trabalhos de Elaboração do PME

EU NÃO SOU VOCÊ, VOCÊ NÃO É EU...

Eu não sou você
Você não é eu
Mas sei muito de mim
Vivendo com você.
E você, sabe muito de você vivendo comigo?
Eu não sou você
Você não é eu.
Mas encontrei comigo e me vi
Enquanto olhava pra você
Na sua, minha, insegurança
Na sua, minha, desconfiança
Na sua, minha, competição
Na sua, minha, birra birra infantil
Na sua, minha, omissão
Na sua, minha, firmeza
Na sua, minha, impaciência
Na sua, minha, prepotência
Na sua, minha, fragilidade doce
Na sua, minha, mudez aterrorizada
E você se encontrou e se viu, enquanto olhava
pra mim?

Eu não sou você
Você não é eu.
Mas foi vivendo minha solidão que conversei
Com você, e você conversou comigo na sua
solidão
Ou fugiu dela, de mim e de você?
Eu não sou você
Você não é eu
Mas sou mais eu, quando consigo
Lhe ver, porque você me reflete
No que eu ainda sou
No que já sou e
No que quero vir a ser...
Eu não sou você
Você não é eu
Mas somos um grupo, enquanto
Somos capazes de, diferenciadamente,
Eu ser eu, vivendo com você e
Você ser você, vivendo comigo.

[Madalena Freire](#)



I – HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SP

O município de São José do Rio Pardo – SP, passou a pensar mais sobre o Plano Municipal de Educação quando, através do Conselho Municipal de Educação, começou a se preparar para participar da Conferência Intermunicipal de Campinas, que aconteceu nos dias 28 e 29 de junho de 2013, enquanto etapa preparatória para a II CONAE (Conferência Nacional de Educação).

Sendo assim, o Conselho Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, organizou vários encontros com o objetivo de se discutir os eixos propostos pelo documento referência e, cujas discussões, foram levadas para a Conferência Intermunicipal.

No entanto, foi necessário envolver todos os segmentos da educação: o público municipal, o público estadual e o setor privado, no que diz à Educação Básica, Ensino Profissionalizante e Ensino Superior, bem como realizar um chamamento junto à comunidade escolar visando uma maior participação dos pais e alunos, cujo envolvimento nas discussões e debates tem sido muito pequeno.

A partir de algumas orientações São José do Rio Pardo pode inscrever 80 (oitenta) delegados para a etapa intermunicipal em virtude do número de habitantes existente no município, uma vez que cada um poderia enviar uma quantidade “x” de delegados proporcional ao número de habitantes, ou seja, de acordo com o Censo 2010¹, cidades com população entre 50.000 a 80.000 habitantes poderiam enviar até 80 (oitenta) delegados, sendo que destes 50% (cinquenta por cento) representando a Educação Básica (professores, gestores, trabalhadores da educação, pais e alunos das escolas públicas municipais e estaduais e setor privado); 20% (vinte por cento) representando a Educação Profissionalizante (professores, gestores, trabalhadores da educação, pais e alunos) e, 30% representando o Ensino Superior (professores, gestores, trabalhadores da educação, pais e alunos).

Desta forma, o Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal da Educação foram a público convidar todos os munícipes a participarem deste debate e contribuir com a reflexão e encaminhamentos que pudessem contribuir com a qualidade da educação pública, com o objetivo de se aproximar um pouco mais da população optou-se por descentralizar os debates. Por conta disso foi organizado um cronograma com local, data, horário e temas que seriam debatidos em cada ponto do município na seguinte conformidade:

¹ De acordo com o Censo 2010/IBGE, acessado em 11/06/2013, São José do Rio Pardo conta com 51.900 (cinquenta e um mil e novecentos) habitantes.



Tema	O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: organização e regulação
Local	EMEB Profa. Zélia Maria Zanetti – Vila Verde
Data	05 de junho de 2013
Horário	18h
Tema	Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos.
Local	EE Cáritas – Vila Brasil
Data	03 de junho de 2013
Horário	15h
Tema	Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: Cultura, Ciência, Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente.
Local	EMEB Profa. Stella Maris Barbosa Catalano – Cassucci
Data	05 de junho de 2013
Horário	18h30min
Tema	Qualidade da Educação: Democratização do Acesso, Permanência, Avaliação, Condições de Participação e Aprendizagem.
Local	EMEB Profa. Ada Parisi – Vila Maschietto
Data	04 de junho de 2013
Horário	17h30min
Tema	Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social.
Local	Escolas do Campo
Data	Favor conferir locais, datas e horários pelo telefone 3682-7875, das 07 às 13h, com Marisa.
Tema	Valorização dos Profissionais da Educação: Formação, Remuneração, Carreira e Condições de Trabalho.
Local	EMEB Profa. Vinício Spessotto – Vila Pereira
Data	04 de junho de 2013
Horário	17h30min
Tema	Financiamento da Educação, Gestão, Transparência e Controle Social dos Recursos.
Local	EMEB São Judas Tadeu – Vale do Redentor II
Data	04 de junho de 2013
Horário	18h

Além destas discussões todas as escolas, tanto das redes públicas quanto particular, filantrópicas e de todos os segmentos foram contatadas para que indicassem representantes das mesmas para se constituírem delegados do município. Quando o segmento possuía um número maior de representantes seus pares elegiam aqueles que os representariam.

Neste caso a distribuição foi a seguinte:

Delegados Natos ⇒ Conselheiros Municipais de Educação (13% do total) = 14



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO



Segmento	Setores		Nº de delegados	
Educação Básica (50% = 35)	1.	Professores da Ed. Inf. da Rede Municipal	03	
	2.	Professores da Ed. Inf. da Rede Particular	01	
	3.	Professores do EF I da Rede Municipal	02	
	4.	Professores do EF I da Rede Estadual	01	
	5.	Professores do EF I do Setor Particular	01	
	6.	Professores do EF II da Rede Municipal	01	
	7.	Professores do EF II da Rede Estadual	01	
	8.	Professores do EF II da Rede Particular	01	
	9.	Professores do Ensino Médio da Rede Estadual	01	
	10.	Professores do Ensino Médio da Rede Particular	01	
	11.	Pais de Alunos da Rede Municipal	03	
	12.	Pais de Alunos da Rede Estadual	01	
	13.	Pais de Alunos da Rede Particular	01	
	14.	Alunos do EF II da Rede Municipal	01	
	15.	Alunos do EF II da Rede Estadual	01	
	16.	Alunos do EF II da Rede Particular	01	
	17.	Alunos do Ensino Médio da Rede Estadual	01	
	18.	Alunos do Ensino Médio da Rede Particular	01	
	19.	Gestor da Rede Municipal	03	
	20.	Gestor da Rede Estadual	01	
	21.	Gestor da Rede Particular	01	
	22.	Trabalhadores da Educação da Rede Municipal	02	
	23.	Trabalhadores da Educação da Rede Estadual	01	
	24.	Trabalhadores da Educação da Rede Particular	01	
	25.	Representante do Sindicato dos Funcionários Públicos	01	
	26.	Representante das Escolas de Educação Especial (APAE, uma vez que a EE Cáritas já possui representante no CME)	01	
	27.	Representante da Casa de Cultura e Cidadania	01	
Segmento	Setores		Nº de delegados	
Ensino Profissionalizante (20% = 12)	1.	Professores	02	
	2.	Gestores	02	
	3.	Trabalhadores da Educação	02	
	4.	Pais de Alunos	02	
	5.	Alunos	02	
	6.	ACI	01	
	7.	Representante do Rotary	01	
Segmento	Setores		Nº de delegados	
Ensino Superior (30% = 18)	1.	Professores	COC	01
		FEUC	02	
			UNINTER	01
			UNIP	02
	2.	Gestores	COC	01
			FEUC	01
			UNINTER	01
			UNIP	01
	3.	Alunos	COC	01
			FEUC	01
			UNINTER	01
			UNIP	01
	4.	Trabalhadores da Educação	COC	01
			FEUC	01
			UNINTER	01
			UNIP	01



Durante a participação da etapa intermunicipal, em Campinas, o município conseguiu eleger 5 (cinco) delegados para a etapa estadual, em Serra Negra, no período de 27 a 29 de setembro. Dos 5 (cinco) eleitos somente 3 (três) compareceram e, destes, 1 (um) se elegeu para a etapa nacional, em Brasília, no período de 19 a 23 de novembro de 2014. Neste aspecto foi importante o Curso de Fortalecimentos dos Conselhos Municipais oferecido pelo MEC através da UFSCAR bem como as reuniões realizadas pela UNDIME, em São Paulo, sobre tudo as que estavam voltadas para a construção do Plano Municipal de Educação.

Neste sentido foi importante a atuação da UNDIME junto aos municípios no que diz respeito às orientações sobre a importância do PME, suas metas e estratégias bem como as etapas necessárias na realização do mesmo. Por conta disso oferecia em cada reunião oficinas que proporcionavam situações em que fossem vivenciadas situações de elaboração de estratégias para uma das metas do Plano.

Em meio a tudo isso, quando o município se preparava para elaborar o seu plano tivemos sancionada a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 que instituiu um novo Plano Nacional de Educação, levando municípios e estados a tomarem uma nova direção.

A partir de então, o município, através da já formada parceria entre Secretaria da Educação e Conselho Municipal de Educação deu início à construção do documento base do Plano Municipal de Educação a partir das orientações oferecidas pela UNDIME e, também, as contidas nas cartilhas elaboradas pelo MEC e de outros sites² referentes à elaboração do Plano Municipal de Educação deu início às etapas necessárias aos trabalhos.

A primeira atitude foi definir quantas comissões seriam montadas, quais os segmentos e categorias seriam representados e as competências de cada uma.

Seguindo orientações foram constituídas duas comissões:

A – Comissão Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação, criada através do Decreto nº 4.720, de 26 de setembro de 2014, composta de 19 (dezenove) membros, sendo os membros dos incisos de II a VIII foram indicados pelo(s) Secretário(s) de sua(s) respectivas pastas e os membros que tratam os incisos de VIII a XIX foram eleitos pelos seus pares, ficando assim constituída:

- I. O(a) Secretário(a) Municipal da Educação
- II. 01 Representante do Departamento de Esporte e Cultura (DEC);
- III. 01 Representante da Secretaria de Gestão;
- IV. 01 Representante da Secretaria da Assistência Social;

² De olho nos planos / QEdU / SIMEC / Conviva...



- V. 01 Representante da Secretaria de Obras e Serviços;
- VI. 01 Representante do Transporte Escolar;
- VII. 01 Representante da Equipe Técnica da Secretaria Municipal da Educação;
- VIII. 01 Representante da Casa de Cultura e Cidadania;
- IX. 01 Representante do Conselho Municipal de Educação;
- X. 01 Representante dos Gestores da Rede Municipal de Ensino;
- XI. 01 Representante dos Professores da Rede Municipal da Rede Municipal de Ensino;
- XII. 01 Representante da Rede Estadual de Ensino;
- XIII. 01 Representante da Rede Particular de Ensino;
- XIV. 01 Representante do Ensino Médio (Regular ou Escolas Técnicas ou Profissionalizantes);
- XV. 01 Representante de Alunos da Educação Básica;
- XVI. 01 Representante da Educação Especial;
- XVII. 01 Representante do Ensino Superior;
- XVIII. 01 Representante do Conselho de Alimentação Escolar;
- XIX. 01 Representante do FUNDEB;

As competências desta comissão são as seguintes:

- I. Diagnosticar a situação educacional do Município de São José do Rio Pardo através de coleta de dados;
- II. Analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do município;
- III. Formular metas;
- IV. Analisar a consistência das metas;
- V. Avaliar os investimentos necessários para cada meta;
- VI. Analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;
- VII. Elaborar cronograma de atividades, concluindo os trabalhos dentro do prazo previsto em lei federal;
- VIII. Elaborar relatório sobre os trabalhos realizados;
- IX. Apresentar o texto base do Plano Municipal de Educação à Comissão para que a mesma realize uma revisão e promova um debate sobre o mesmo;
- X. Sistematizar, juntamente com a Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Municipal de Educação, o documento que deverá ser entregue ao Secretário Municipal de Educação;



XI. Elaborar o próprio regimento.

B – Comissão de Acompanhamento da Elaboração e Execução do Plano Municipal de Educação, criada através do Decreto Nº 4.719, de 26 de setembro de 2014, composta por 25 (vinte e cinco) membros:

- I. Secretária Municipal da Educação
- II. 01 Representante do Legislativo
- III. 01 Representante do Ministério Público
- IV. 01 Representante da Sociedade Civil
- V. 01 Representante da Comissão Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação
- VI. 01 Representante do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais
- VII. 01 Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar
- VIII. 01 Representante do Conselho Municipal de Educação;
- IX. 01 Representante da Equipe Gestora
- X. 01 Representante dos Professores de Educação Infantil, de 0 a 3 anos da Rede Municipal de Ensino
- XI. 01 Representante dos Professores de Educação Infantil, de 4 e 5 anos da Rede Municipal de Ensino
- XII. 01 Representante dos Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino
- XIII. 01 Representante dos Professores dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino
- XIV. 01 Representante das Escolas do Campo
- XV. 01 Representante da Equipe de Apoio da Rede Municipal de Ensino
- XVI. 01 Representante da Educação Especial
- XVII. 01 Representante do Ensino Médio Regular ou Técnico Profissionalizante
- XVIII. 01 Representante do Ensino Superior
- XIX. 01 Representante dos Conselheiros Escolares de Creche
- XX. 01 Representante dos Conselheiros Escolares do 1º ao 9º ano
- XXI. 01 representante dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental
- XXII. 01 representante dos alunos do Ensino Médio
- XXIII. 01 representante dos alunos do Ensino Superior
- XXIV. 01 representante da Rede Estadual de Ensino



XXV. 01 representante da Rede Particular de Ensino

As competências desta comissão são as seguintes:

- I. Acompanhar sistematicamente os trabalhos da Comissão Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação;
- II. Mobilizar a sociedade e acompanhar as metas e estratégias propostas pelo Plano Municipal de Educação;
- III. Realizar atividades que manifestem a vontade pública e administrativa de contribuir e participar da gestão da Educação Municipal, especialmente as referentes à elaboração e revisão do Plano Municipal de Educação;
- IV. Negociar, implantar, acompanhar o Plano Municipal de Educação;
- V. Produzir e divulgar relatórios de acompanhamento de elaboração e execução do Plano Municipal de Educação;
- VI. Envolver, tanto a comunidade escolar, quanto a civil para debates sobre a Educação a Educação Municipal.
- VII. Elaborar relatório sobre os trabalhos realizados;

Neste sentido, na constituição de ambas as comissões, todas as escolas, tanto públicas quanto particulares, bem como outros segmentos foram contatados por telefone e através de ofícios assinados pela Secretária de Educação e Presidente do Conselho Municipal de Educação, para que elessem ou indicassem seus representantes, os quais, em reuniões realizadas no dia 17 (dezesete) dias do mês de novembro, elegeram aqueles que iriam compor cada comissão.

No dia 05 (cinco) de dezembro de 2014 foi realizada a primeira reunião da Comissão Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação na qual todos os membros se apresentaram, materiais foram distribuídos, tanto impressos quanto em CD, esclarecimentos foram feitos sobre a abrangência dos trabalhos bem como orientações foram dadas sobre a execução dos mesmos.

Tendo em vista o período de férias, foi solicitado que o material fosse, pelo menos, lido durante o período e outra reunião foi agendada para o mês de janeiro de 2015.

Na segunda reunião foi decidido que a comissão seria dividida em subcomissões e que estas seriam responsáveis por discutir as metas e estratégias cujo agrupamento estivesse relacionado a uma temática mais abrangente, na seguinte conformidade:

- a) Subcomissão do Bloco de Acesso à Educação Básica de Qualidade;
- b) Subcomissão do Bloco de Acesso ao Ensino Técnico e Superior de Qualidade;



- c) Subcomissão do Bloco da Formação, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério;
- d) Subcomissão do Bloco da Gestão e do Financiamento.

Após esta divisão cada comissão elaborou o seu calendário de reuniões uma vez que a comissão como um todo se reunirá a cada 15 (quinze) dias. No entanto, grupos virtuais também foram criados para troca de informações.

Ficou a cargo da Secretaria da Educação, através da Coordenadora Geral dos trabalhos e do seu representante técnico na Comissão coletar os dados necessários para os trabalhos de cada grupo e, convidar outros técnicos, que não compõem a comissão, para esclarecimentos quando necessário.

Os trabalhos foram conduzidos com o objetivo de apresentar, no mês de maio, através de uma Conferência Municipal, o projeto do texto base do Plano Municipal de Educação para que a população tomasse ciência do mesmo e pudesse opinar a respeito. Enquanto isso a imprensa local divulgava os trabalhos realizados pela Comissão bem como esclarecia sobre a importância do mesmo. No entanto, somente em junho o documento base foi concluído, uma vez que o documento, durante os seus trâmites de análise e acompanhamento, precisou ser revisado e reescrito. Sendo assim, em 29 de junho foi apresentado na 1ª Conferência Municipal de Educação e em Audiência Pública no dia 30 de junho.

No decorrer dos trabalhos a maior dificuldade esteve relacionada à compreensão de que o Plano Municipal de Educação não é um plano para a rede municipal de ensino, mas é territorial e precisa se constituir enquanto política de Estado e não de governo.

Outra dificuldade esteve relacionada à disponibilidade dos membros de cada comissão, uma vez que nem todos estavam lotados na esfera pública municipal, que, para dar agilidade aos trabalhos dispensou do ponto seus representantes nas comissões, o que não ocorreu em relação aos representantes ligados à rede pública estadual, que se mostrou inflexível na liberação de seus representantes para participação destes.

Tendo em vista que a finalização dos trabalhos de elaboração representam o início de outros trabalhos, durante a Conferência na qual o documento foi apresentado também foi instituído o Fórum Municipal Permanente de Educação, com o propósito de otimizar o acompanhamento da execução do PME bem como de contribuir com o município na busca de uma educação de qualidade para toda população.



II – ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO – SP

1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



Figura: 1 – Localização do Município no Estado de São Paulo

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SaoPaulo_Municip_SaoJosedoRioPardo.svg#file

SÃO PAULO – REGIÃO ADMINISTRATIVA – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO



Figura 2 – Localização do Município na Região Administrativa de Campinas

Fonte: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>



SÃO PAULO – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO



Figura 3 – São José do Rio Pardo e municípios vizinhos - Fonte: www.cptec.inpe.br

INFORMAÇÕES GERAIS

População estimada para 2014	54.209
População em 2010	51.900
Área da unidade territorial (km ²)	419,237
Densidade demográfica (hab/km ²)	123,81
IDHM ³ 1991	0,557
IDHM 2000	0,701
IDHM 2010	0,774
PIB ⁴ 2012	1.193.570 mil reais

Tabela 1 – Dados sobre São José do Rio Pardo

Fonte: IBGE

³ IDHM = Índice de Desenvolvimento Humano

⁴ PIB = Produto Interno Bruto



2 - ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Prof. Dr. Ary Menardi Júnior

FEUC

O município de São José do Rio Pardo está localizado no Nordeste Paulista e próximo da fronteira política com o estado de Minas Gerais, ou seja, sudoeste mineiro, próximos de Guaxupé, Muzambinho e Juruaia. Temos como municípios limítrofes: Casa Branca, Itobi, Tapiratiba, Caconde, Divinolândia, Mococa e São Sebastião da Grama.

Do ponto de vista climático, o nordeste paulista pertence à faixa de clima zonal, controlada por massas equatoriais e tropicais e o clima regional é tropical, alternando com estações secas (outono/inverno) e úmidas (verão/primavera). Ainda seguindo esse aspecto, dentro das feições climáticas individualizadas nos climas regionais, segundo as unidades geomorfológicas, o nordeste é composto por duas – IVb e Va. A primeira "...com seus contrafortes ocidentais, na faixa fronteira a Minas Gerais, tem índices pluviométricos ainda elevados (1400 a 1700 mm anuais), mas revela no inverno uma sensível redução (...)" A segunda, "abrigada entre os contrafortes da Mantiqueira e a borda do Planalto Ocidental, apresenta, como nota característica, a reduzida nebulosidade e moderação da umidade." (MONTEIRO, 1973).

Do ponto de vista geomorfológico, o município está localizado no Planalto Atlântico, segundo a divisão geomorfológica do estado de São Paulo elaborada por ALMEIDA (1964). Segundo FOLHARINI (2008), na área onde está inserido o município "predomina geologia com baixa porosidade e permeabilidade devido à composição do local por rochas gnáissicas".

Quanto à hidrografia, o próprio nome do município já menciona – Rio Pardo. Suas nascentes estão localizadas no município mineiro de Ipuiruna, mais precisamente na Serra do Cervo. O curso do rio dentro do município tem sentido leste-oeste, apresentando orientação geral no rumo nordeste, estando seus maiores afluentes seguindo o sentido colateral noroeste (FOLHARINI, 2008, apud. SANTOS, MARCILENE – 2006).

Possuidor de recursos naturais, paisagísticos de tamanha beleza, não se deve deixar de mencionar os recursos humanos, aqueles que se deslocaram de outras regiões, de outros países para se fixarem neste município do Nordeste paulista. Segundo o Professor Rodolpho José Del Guerra (1997), tanto o movimento abolicionista como a decadência de mão-de-obra escrava trouxeram diversos imigrantes para São José, sobretudo os italianos, que trabalharam na cultura do café, sem nos esquecermos das colônias Espanhola, Portuguesa e Sírio-Libanesa.

O escritor Euclides da Cunha, apesar de ser fluminense de nascimento, sempre se referiu a



São José com muito afeto e carinho, como atesta a famosa citação:

Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da imagem do Rio Pardo. Creio que se persistir nesta agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro." (Revista Nestlé)

3 – ASPECTOS HISTÓRICOS: SÃO JOSÉ DO RIO PARDO – UMA BREVE HISTÓRIA

Prof. Ms. Marcos De Martini
FEUC

A história de São José do Rio Pardo está inserida na expansão da lavoura cafeeira por terras paulistas no decorrer do século XIX, quando o Capitão Alexandre Luís de Mello, vindo de Minas Gerais (1815), instalou-se em terras do vale do rio Pardo. Com a chegada de novos moradores, atraídos pela boa terra, o espírito religioso motivou lideranças locais no sentido de iniciarem a construção de uma capela.

Registrada em ata, datada de 4 de abril de 1865 (Museu Rio-pardense), na Fazenda Tubaca, fazendeiros cotizaram as doações necessárias para o erguimento de um templo em louvor a São José, o padroeiro. Este documento, de grande valor histórico, pode ser considerado a “certidão de nascimento” da futura Freguesia de São José do Rio Pardo (GLÓRIA IN EXCELSIS DEO).

Nesses tempos de gênese, o trabalho do coronel Antônio Marçal Nogueira de Barros, vereador já atuante na Vila de Caconde, foi de fundamental importância para o ordenamento do povoado de São José. Por esse e tantos outros relevantes trabalhos, o Coronel Marçal é considerado o fundador de São José do Rio Pardo, que tem a data de 19 de março como festiva (comemoração do padroeiro) e a de 4 de abril (1865) como de justificativa histórica.

A transformação da Freguesia de São José em Vila aconteceu em 20 de março de 1885. Para o devido funcionamento dos novos poderes, em 1886 foi inaugurado o edifício da Casa de Câmara e Cadeia. Os vereadores tomaram posse, tendo como presidente da nova Câmara Antônio Marçal Nogueira de Barros.

A elevação de vila à categoria de Comarca aconteceu pela Lei nº 80, de 20 de agosto de 1892, tendo como primeiro Juiz de Direito o Sr. Dr. Elyseu Guilherme Christiano e como primeiro Promotor o Dr. Geraldo Leite de Magalhães Gomes. Mas como o prédio da Câmara e Cadeia (hoje Museu Rio-pardense) tornara-se pequeno para a crescente Vila, foi inaugurado em 1902, um novo espaço para abrigar o Fórum e a Cadeia Pública. O espaço, preservado em sua arquitetura original, atualmente abriga a Biblioteca Municipal.

Na segunda metade no século XX, por volta de 1960, a Prefeitura construiu prédios para



abrigarem os Três Poderes, mais adequados à cidade que se modernizava. Originalmente, o espaço que ora abriga a Praça dos Três Poderes, foi o primeiro Cemitério de São José (1868), obtido junto à Câmara Capitular de São Paulo a pedido do coronel Marçal Nogueira de Barros. Com o avanço das moradias, rapidamente o “distante” cemitério foi incorporado à cidade. Sua transferência para um novo campo santo, “mais distante” aconteceu no ano de 1897.

Com a remoção gradual das ossadas do velho cemitério, o espaço despertou interesse do senhor Paschoal Artese para a construção de um Jardim Artístico, mesmo sob muitos protestos diante da permanência de muitas ossadas não recolhidas ao novo cemitério. Apesar das discórdias, aos poucos o Jardim Artístico foi tomando forma, com o apoio do prefeito Mário Rodrigues. Por quase 50 anos, a praça decorada com peças importadas e colunas exuberantes, foi ponto de orgulho dos moradores.

A história de São José do Rio Pardo sempre foi marcada por momentos especiais, que até hoje são cultuados. Na passagem de Monarquia para República, em 11 de agosto de 1889, o povo riopardense participou de mobilização depondo os representantes locais da monarquia. Nesta data, Francisco Glicério, líder regional do Partido Republicano Paulista (Campinas) passou por São José divulgando sua candidatura a Deputado do Parlamento. Houve desentendimentos com as lideranças monárquicas da cidade, o que provocou grande agitação na pacata vila, com a tomada da sede do governo, hasteamento da bandeira republicana de Júlio Ribeiro (atual bandeira de São Paulo) e o canto do hino francês. Por esse ato arrojado, com a implantação da República, São José foi agraciada pelo governo do Estado com o título de “Cidade Livre do Rio Pardo”, honraria guardada eternamente no pavilhão municipal.

Mas o avanço econômico de São José do Rio Pardo no final do século XIX exigiu a chegada da estrada de ferro. A linha da Mogiana, vindo de Campinas na direção de Ribeirão Preto, passava pela vizinha Casa Branca. Tendo à frente o fazendeiro, líder político, Dr. José da Costa Machado, foi construído o Ramal Férreo do Rio Pardo, ligando São José às ferrovias paulistas, o que permitiu o escoamento da crescente safra do café e estimulou a chegada de novos moradores, principalmente imigrantes recém chegados da Europa, ansiosos por uma vida nova.

Na rota da expansão cafeeira do final do século XIX, São José recebeu imigrantes provenientes de todas as partes da Europa, principalmente italianos que buscavam no cultivo do café a esperança de uma vida mais afortunada. No início do século XX, por ações da família Costa Machado, tradicional proprietária de terras, também houve a presença da imigração japonesa, recém implantada a partir de 1908.

A colônia japonesa não fincou raiz em São José, servindo mais para os projetos de colonização da família Costa Machado na direção do oeste paulista, como em Garça e Mirante do



Paranapanema.

Como desdobramento natural dessa conquista foi a construção da ponte metálica sobre o rio Pardo. Obra de grande porte do Estado de São Paulo, toda a estrutura foi adquirida na Alemanha. Montada sobre o rio Pardo, inaugurada em dezembro de 1897, 50 dias depois, em janeiro de 1898, a ponte estava tombada dentro do rio. Um grande desastre para a época.

— Nessa época, o engenheiro responsável pela Superintendência de Obras Públicas de São Paulo era o engenheiro Euclides da Cunha. No período final da construção da ponte, Euclides afastou desse trabalho para a cobertura jornalística, no interior da Bahia, da Guerra de Canudos, a serviço do Jornal O Estado de São Paulo.

Encerrado o conflito em outubro de 1897, de volta ao trabalho, Euclides da Cunha volta para São José do Rio Pardo para a reconstrução da ponte metálica. Entre 1898 e 1901 Euclides dividiu o tempo entre a engenharia da ponte e a elaboração de seu Livro Vingador, sobre o conflito de Canudos que havia presenciado e pesquisado.

Foi aqui em São José que foram elaboradas as páginas marcantes da obra “Os Sertões”, marco da literatura nacional. Após a morte do escritor em 15 de agosto de 1909 (feriado municipal), iniciaram-se, já em 1912, as comemorações pela vida e obra de Euclides da Cunha através da Semana Euclidianiana (em 2015, 103 anos). Durante a Semana Euclidianiana, 9 a 15 de agosto, centenas de jovens da cidade e de várias partes do Brasil participam dos Ciclos de Estudos Euclidianos, com pesquisadores renomados nacionais e estrangeiros. No dia 14 é realizada a Conferência Oficial da Semana Euclidianiana com pesquisadores e personagens de destaque nacional. Já no dia 15 de agosto é realizada a Maratona Intelectual, uma prova relativa aos conhecimentos euclidianos.

A relação de Euclides da Cunha com São José sempre foi muita intensa, estendendo-se aos seus descendentes que muito reconhecem o calor da Semana Euclidianiana. Assim, em 1982 foi inaugurado o Mausoléu Euclidianiano, com os restos mortais de Euclides da Cunha e de seu filho Euclides Filho. A construção de estilo moderno e arrojado, contém uma cabeça de bronze do escritor ao lado de uma placa como um trecho da carta de Euclides a seu amigo Francisco Escobar com os dizeres: “que saudade do meu escritório de sarrafos e zinco às margens do Rio Pardo, sei que se continuar nessa agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro”.

— No ano que comemora seus 150 anos, São José do Rio Pardo, que tem forte tradição cultural, busca através deste trabalho oferecer à população diretrizes gerais para a educação ofertada neste território que serviu de berço para *Os Sertões*.

Fonte: Livros e crônicas do professor Rodolpho José Del Guerra.



4 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS⁵

4.1 – DEMOGRAFIA

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,37% ao ano, passando de 50.036 para 51.900 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,10% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

De acordo com o IBGE/SINASC, em 2014 São José do Rio Pardo contava com 52.347 habitantes.

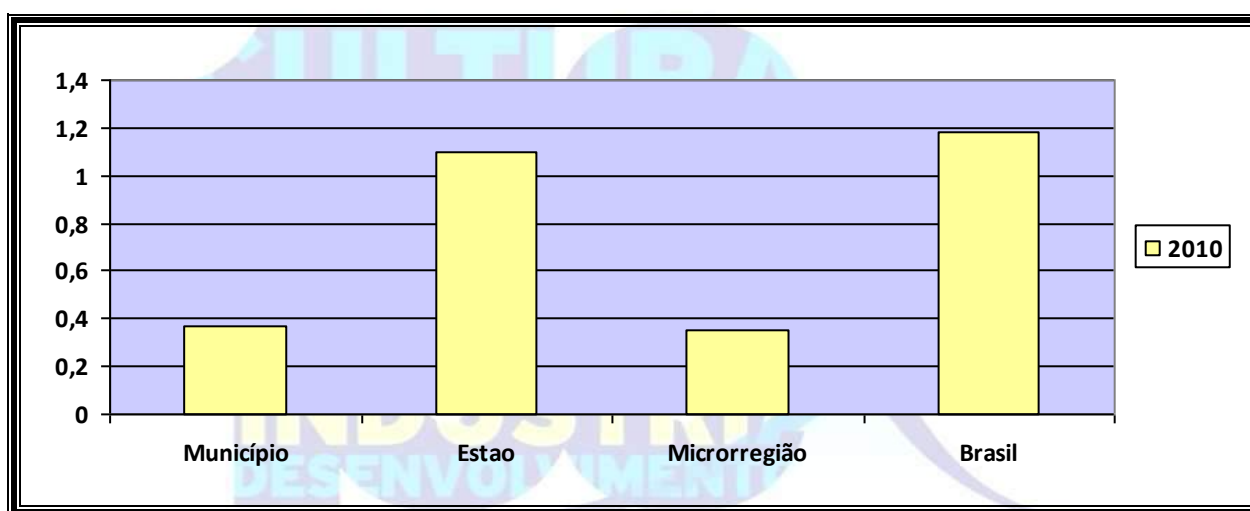


Gráfico 1 - Taxa de crescimento anual por área selecionada – 2000 – 2010
IBGE – Censo Demográfico 2000 e 2010 - Fonte: MDS

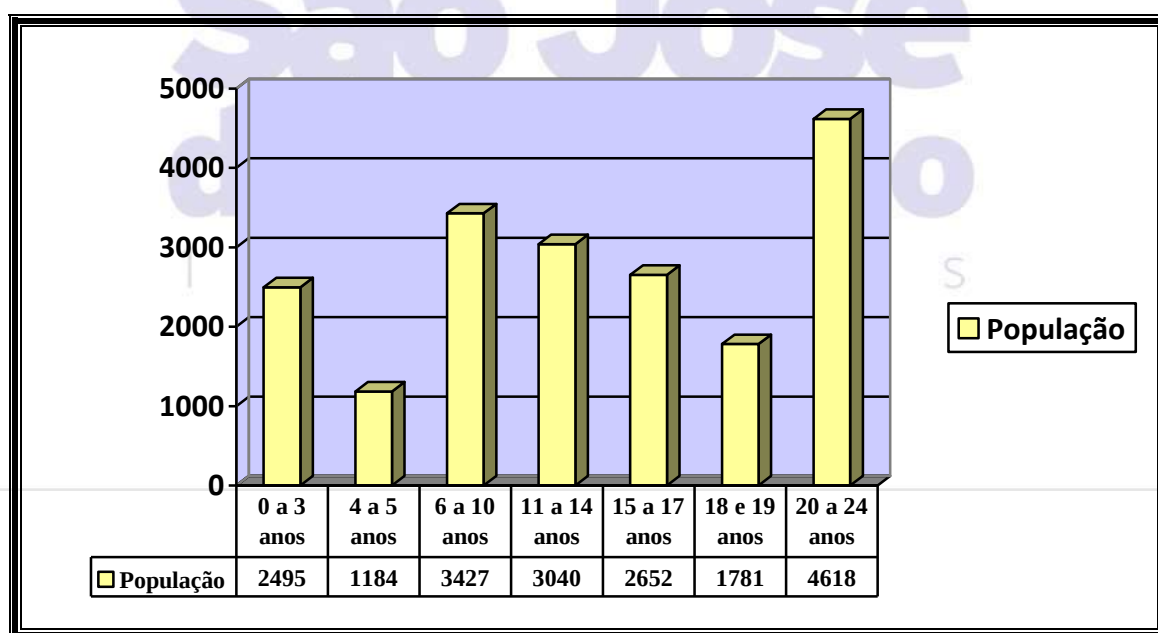


Gráfico 2 – População de São José do Rio Pardo em 2014 – Fonte: IBGE/SINASC

⁵ Dados obtidos através do seguinte site: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=panorama_municipal



A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 83,19% e em 2010 a passou a representar 88,55% do total

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,0% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 11,2% da população, já em 2010 detinha 14,6% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -2,9% ao ano. Crianças e jovens detinham 26,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 13.294 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 19,1% da população, totalizando 9.924 habitantes.

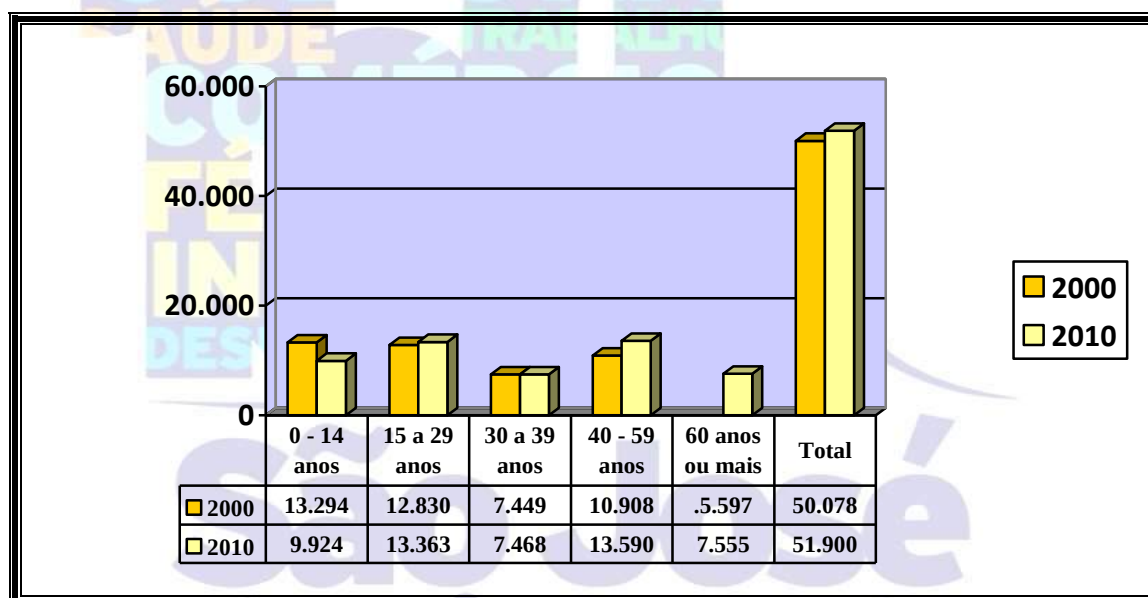


Gráfico 3 - População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010
IBGE – Censo Demográfico 2000 e 2010
Fonte: MDS

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,99% ao ano), passando de 31.187 habitantes em 2000 para 34.421 em 2010. Em 2010, este grupo representava 66,3% da população do município.



4.2 – PRODUÇÃO ECONÔMICA

Entre 2005 e 2010, segundo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 52,8%, passando de R\$ 665,7 milhões para R\$ 1.017,6 milhões⁶. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,09% para 0,09% no período de 2005 a 2010.

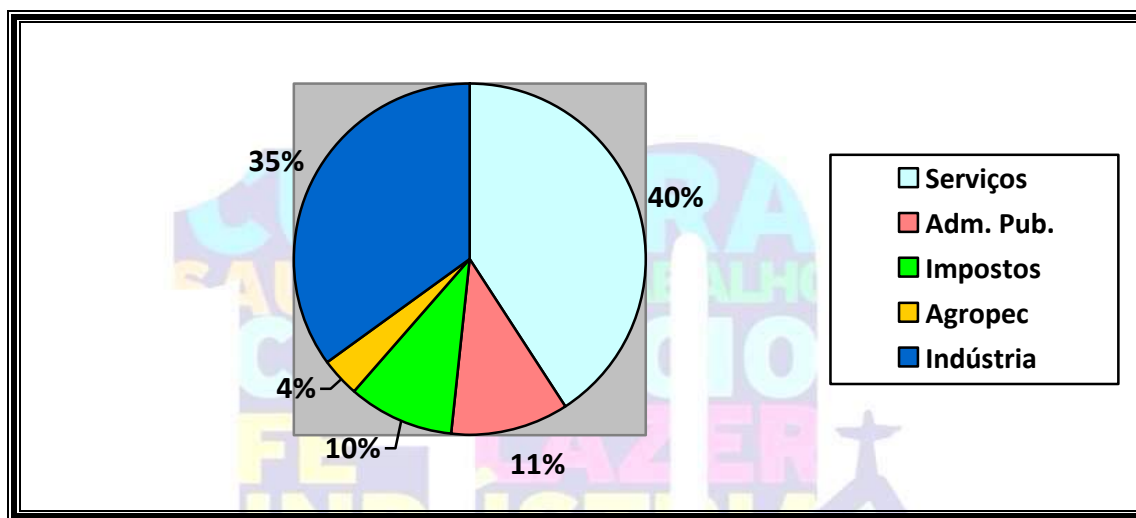


Gráfico 4 - Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município - 2010
Fonte - IBGE

A estrutura econômica municipal demonstra participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 52,7% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 32,3% em 2010, contra 27,7% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 27,7% em 2005 para 24,4% em 2010.

4.3 – PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletado da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

⁶ Hoje o PIB municipal é de R\$1.193.585 milhões, segundo consulta realizada no site:
<http://www.deepask.com/goes?page=Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>



Gráfico 5 – Principais culturas de rebanho do município - Fonte: MDS

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

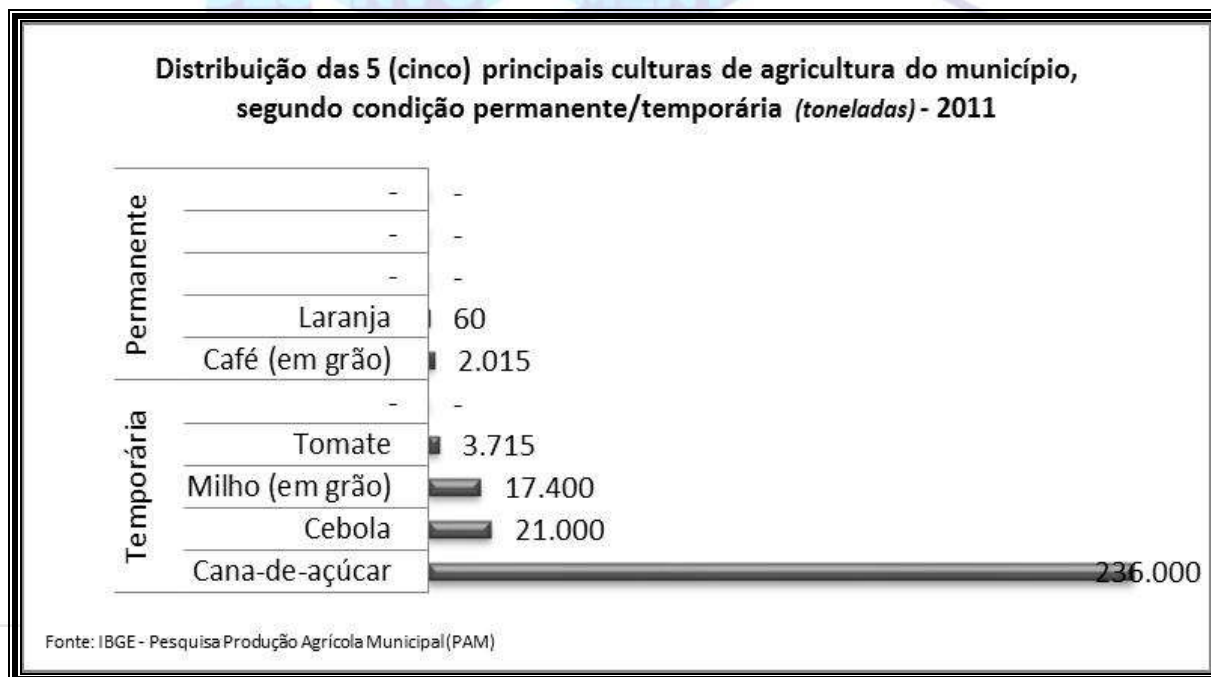


Gráfico 6 – Principais cultura do município – Fonte: MDS

4.4. – O CAMPO HOJE

A economia do município destaca-se pelas atividades do setor de serviços, seguido pelo setor industrial, setor público e agropecuário.



As políticas públicas voltadas para o campo estão contidas em um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável. As políticas que envolvem diretamente a população que usufrui das escolas do campo são Convênio da Agricultura Familiar e o PSF para o campo. Pelo Convênio da Agricultura Familiar a prefeitura compra o excedente da produção da agricultura familiar com características fora do padrão do mercado por um preço fixo e este excedente é repassado para as escolas, inclusive do campo como complementação da merenda escolar. O atendimento domiciliar feito pelo PSF tem uma equipe de médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos e agentes comunitários em comunidades rurais e bairros. Nos bairros em que há escolas, este atendimento é feito nas escolas do campo.

Em virtude da grande extensão rural, a maior parte da malha viária municipal está situada no campo. São 600 km de estradas vicinais municipais e 200 km de estradas de acesso interno às propriedades. Existem 21 km de trechos asfaltados, sendo que dois desses trechos levam a duas escolas do campo: a escola da Fazenda Sítio Novo e a escola da Fazenda Venerando. O acesso ao restante das escolas é por estrada de terra. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural Municipal, as condições de tráfego das escolas de terras são boas durante a maior parte do ano, porém em razão da topografia acidentada, existem trechos de conservação difícil, especialmente em épocas chuvosas.

As terras de fertilidade média e alta de São José fazem com que a agropecuária seja a atividade econômica preponderante do município e a maior responsável pela distribuição de renda. A cadeia produtiva agropecuária gera um número grande de empregos diretos e indiretos. Até a década de 1980, devido às condições de clima e solo, o café era o produto agrícola mais produzido. Posteriormente, como consequência das crises nos preços do café, sua área plantada foi reduzida em mais de 50%. Atualmente, o setor agrícola é o mais importante e a cultura responsável pela maior fonte de renda é a cultura da cebola, praticada por pequenos produtores e meeiros. Cenoura, beterraba, repolho, berinjela e pimentão também são muito produzidos.

Existem atualmente cerca de mil propriedades rurais no município e aproximadamente 80% delas são menores que 50 hectares. Esta distribuição de terras começou a configurar no início do século XX: 110 propriedades transformaram-se em mil, em virtude de divisões sucessivas num processo chamado pelos habitantes locais de “reforma agrária natural”. Produtor que entrevistamos para esta pesquisa, com a crise do café de 1930, alguns dos grandes proprietários da região entraram em falência e venderam suas terras. Neste processo, ocorreram divisões das terras maiores em propriedades menores. A monocultura do café deu lugar à agricultura diversificada.

A agricultura de São José utilizou-se por muito tempo do sistema de parceria com meeiros, mas este sistema tem passado por uma fase de decadência nos últimos anos. As causas apontadas



são substituição do tipo de irrigação, o aumento da mecanização no preparo do solo, a aplicação de herbicidas e defensivos agrícolas, a mudança de sistemas de plantio e os rigores da legislação trabalhista.

Alguns agricultores por muitos anos, utilizaram o sistema de produção em parceria, mencionam que tiveram prejuízos de alguns meeiros. Eles acreditam que essa decadência levou à desvalorização do pequeno produtor. Na cadeia produtiva, conta os agricultores que, o produto é valorizado quando passa pelo intermediário, mas o preço que se paga pelo produto agrícola ao produtor é o mesmo a anos, sem considerar a inflação:

O empobrecimento do produtor, vem acontecendo a aproximadamente a quatorze anos, mas nos últimos cinco anos tem se intensificado. A dificuldade de manter a produção em pequena escala pode ter aumentada a intensidade do êxodo rural no município, o que fez com que, atualmente, a maior parte de mão de obra do campo seja composta por boias-frias. Estes, por sua vez, de acordo com agricultores, são antigos meeiros que não conseguiram sobreviver como produtores.

Os agricultores ainda apontam a exigência do mercado como um dos fatores para este empobrecimento.

As propriedades médias e grandes descapitalizadas com a crise econômica de 1998, que eram antes produtoras de café ou terras destinadas à pastagem, estão sendo arrendadas para a indústria sucroalcooleira. Apesar de a região ser montanhosa, o Plano de Desenvolvimento Rural Municipal aponta a cultura de cana-de-açúcar como a cultura com maior área plantada. Outra possibilidade é a construção de condomínios de luxo nestas novas grandes propriedades.



Gráfico 7 – PIB do município – Fonte: MDS



4.5 – MERCADO DE TRABALHO

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 26.627 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 25.038 estavam ocupadas e 1.590 desocupadas. A taxa de participação ficou com 58,1% e a taxa de desocupação foi de 6,0%

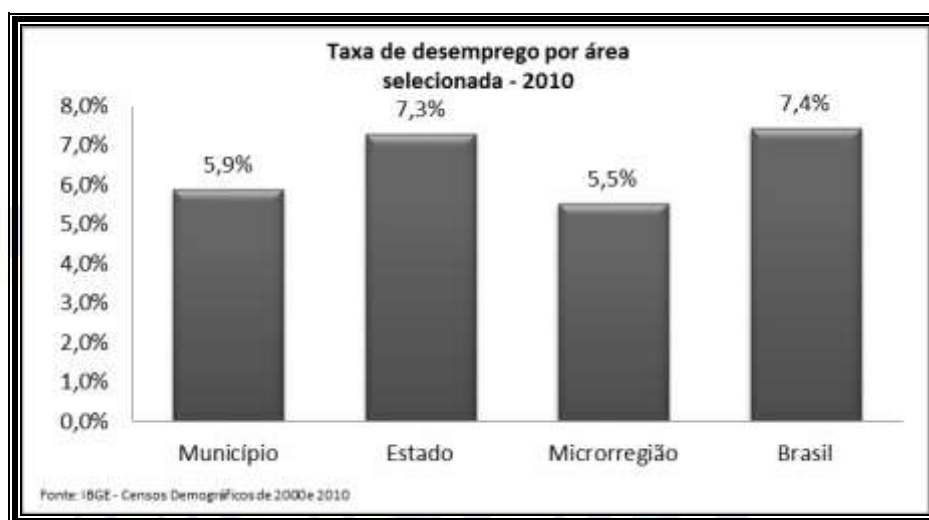


Gráfico 8 – Taxa de desemprego do município – Fonte: MDS

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 57,1% tinham carteira assinada, 17,4% não tinham carteira assinada, 19,2% atuam por conta própria e 2,0% de empregadores. Servidores públicos representavam 2,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representam 1,8% dos ocupados



Gráfico 9 – Posição de ocupação por emprego – Fonte – MDS



Das pessoas ocupadas, 2,1% não tinham rendimento e 31,2% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.244, 46. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.429,59 e entre as mulheres de R\$ 1.016,17, apontando uma diferença de 40,68% maior para homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por oito anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 4.134. No último ano, as admissões registraram 5.247 contratações, contra 4.932 demissões.

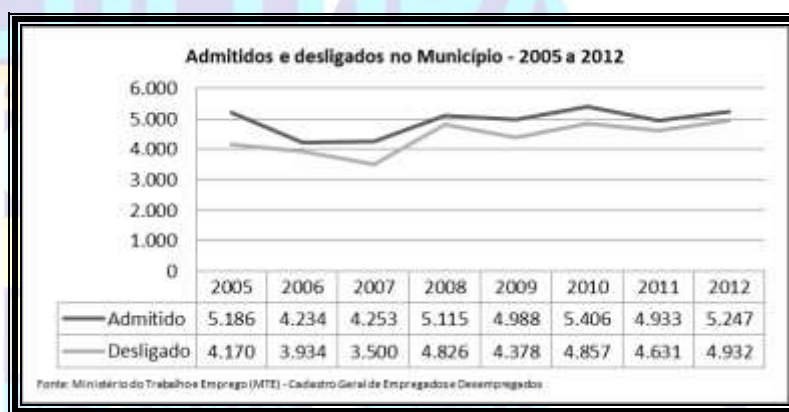


Gráfico 10- Admitidos e desligados no município – Fonte: MDS

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 13.305 postos, 25,5% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 38,8% no mesmo período.

5 – ASPECTOS SOCIAIS⁷

5.1 – POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 51.900 residentes, dos quais 577 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$70,00. Isso significa que 1,1% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 8 (1,4%) viviam no meio rural e 569 (98,6%) no meio urbano.

(...)

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro único e com a folha de

⁷ Dados obtidos através do seguinte site: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=panorama_municipal



pagamento de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 3.695 famílias registradas no Cadastro Único e 1.879 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (50,85% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município.

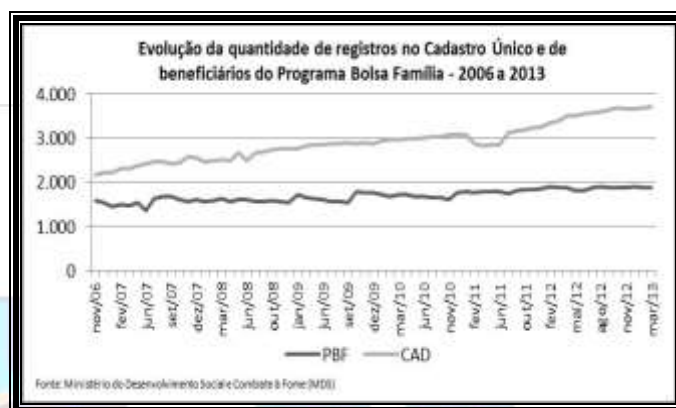


Gráfico 11 – Programa Bolsa Família – Fonte: MDS

(...)

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 204 famílias em situação de extrema pobreza.

5.2 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial são importantes para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No seu município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC, considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

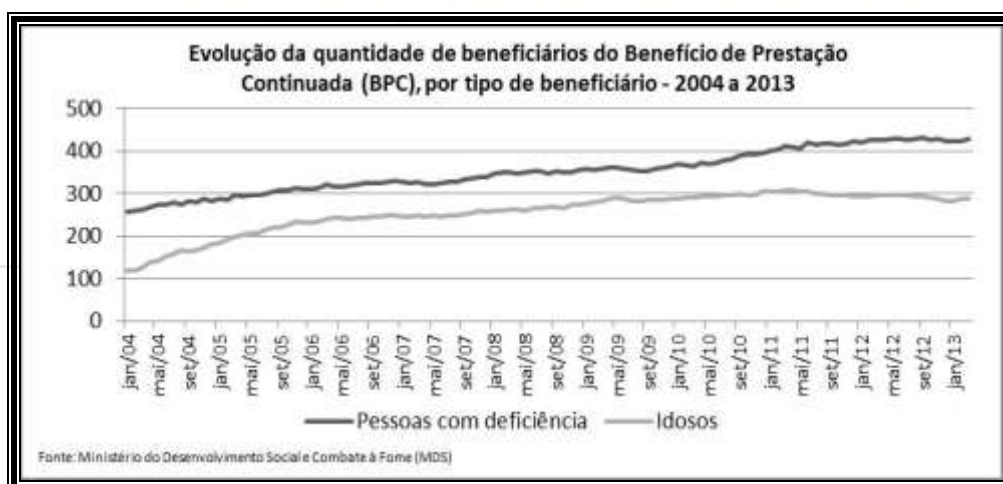


Gráfico 12 – Evolução do BPC – Fonte: MDS



Além do PC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012.



Gráfico 13 – Atendimentos Sociais – Fonte: MDS

5.3 – INCLUSÃO PRODUTIVA

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempregadores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 780 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013.

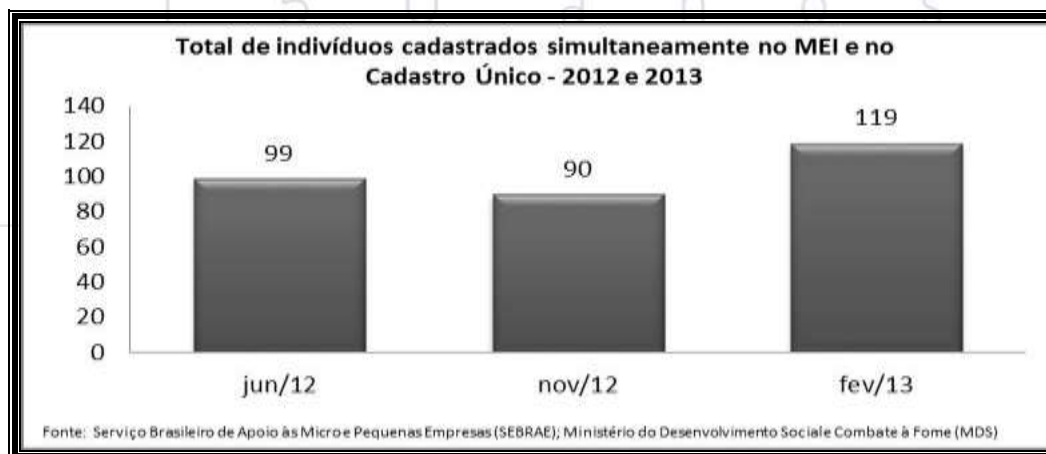


Gráfico 14 – Cadastros no MEI e Cadastro Único – Fonte: MDS



Quando consideravelmente os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

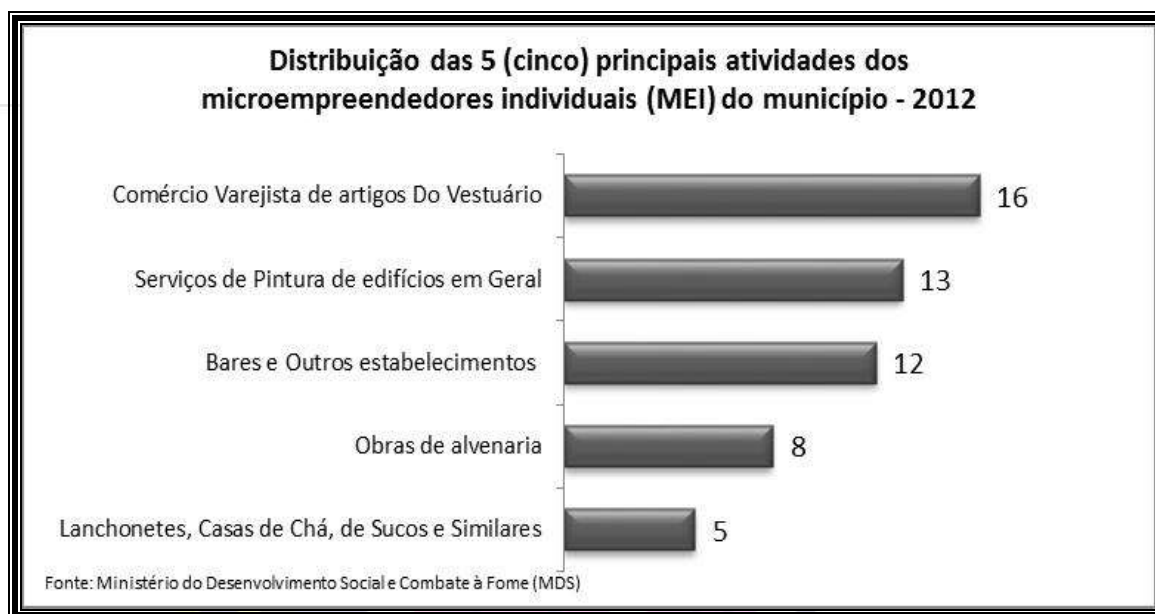


Gráfico 15 – Principais atividades microempendedoras – Fonte: MDS

5.4 – SAÚDE

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no seu município. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos foi de 7.037 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 11,6 crianças a cada mil nascimentos.

No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:



Gráfico 16 – Principais causas de morbidade hospitalar – Fonte: MDS



Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total de população de 15 a 29 anos era de 13.363 indivíduos, sendo que 69 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 a 2010.



Gráfico 17 – Principais causas externas de óbito – Fonte: MDS

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelam que na **área rural** do (...) município, a coleta de lixo atendia 93,8% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 91,0% dos domicílios particulares permanentes e 31,9% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da **área urbana**, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

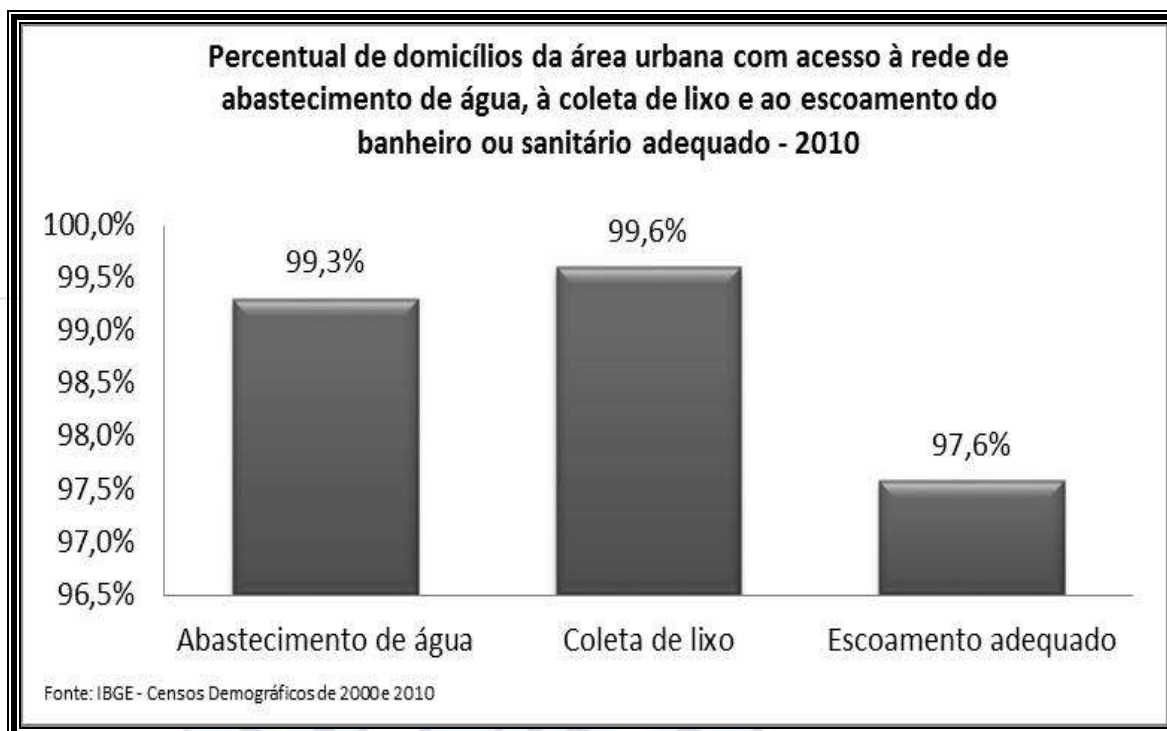


Gráfico 18 – Percentual de domicílios quanto a serviços de saneamento – Fonte: MDS

6 – ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL⁸

6.1 – FINANÇAS PÚBLICAS

A receita orçamentária do município passou de R\$61,7 milhões em 2005 para R\$90,7 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 47,1% no período ou 10,14% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou 34,64% em 2005 para 27,38% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 39,73% para 37,46%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 16,04% da receita orçamentária em 2005 para 17,07% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios dos Estados, que ficou em 8,16% em 2011.

⁸ Dados obtidos através do seguinte site: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=panorama_municipal

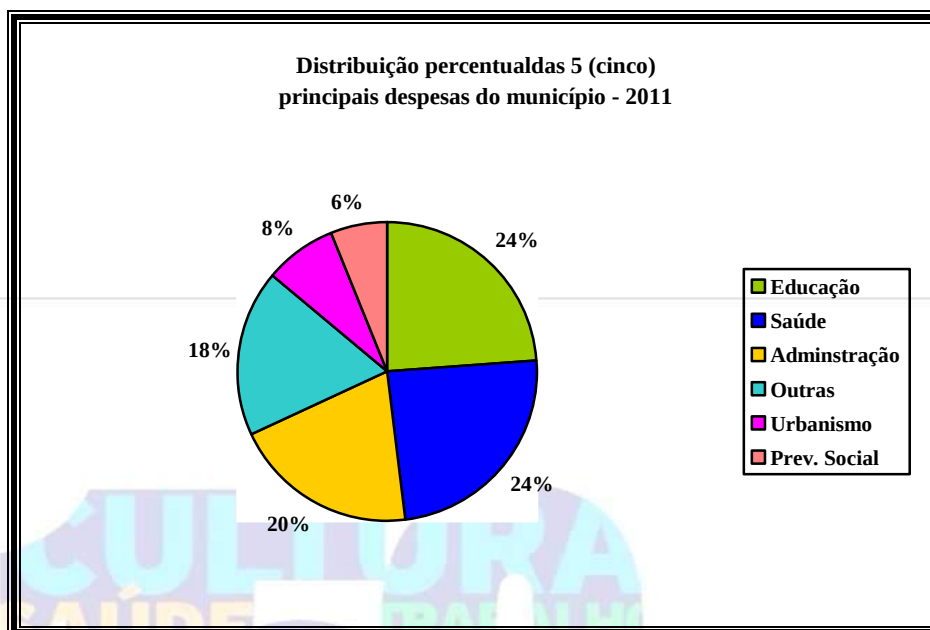


Gráfico 19 – Principais Despesas do Município 2011 – Fonte: MDS

As despesas com saúde, educação, administração, urbanismo e previdência social foram responsáveis por 73,39% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 4,76% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 4,21%.

NOTA TÉCNICA – NT São José do Rio Pardo. Distribuição percentual das 5(cinco) principais despesas do município – 2014 a partir de dados coletados junto ao Ministério da Fazenda

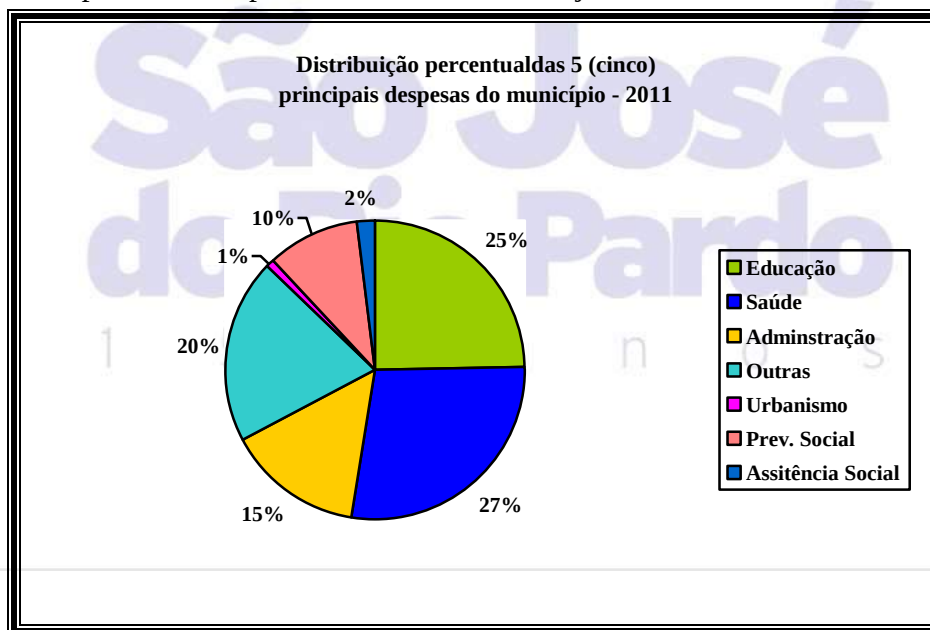


Gráfico 20 – Principais Despesas do Município em 2014 – Fonte: pesquisa realizada pela SME

https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp



6.2 – RECURSOS HUMANOS

A Administração Municipal conta com 1.550 servidores, entre os quais 75,8% são estatutários. Entre 2009 e 2010⁹ o município realizou concurso público.

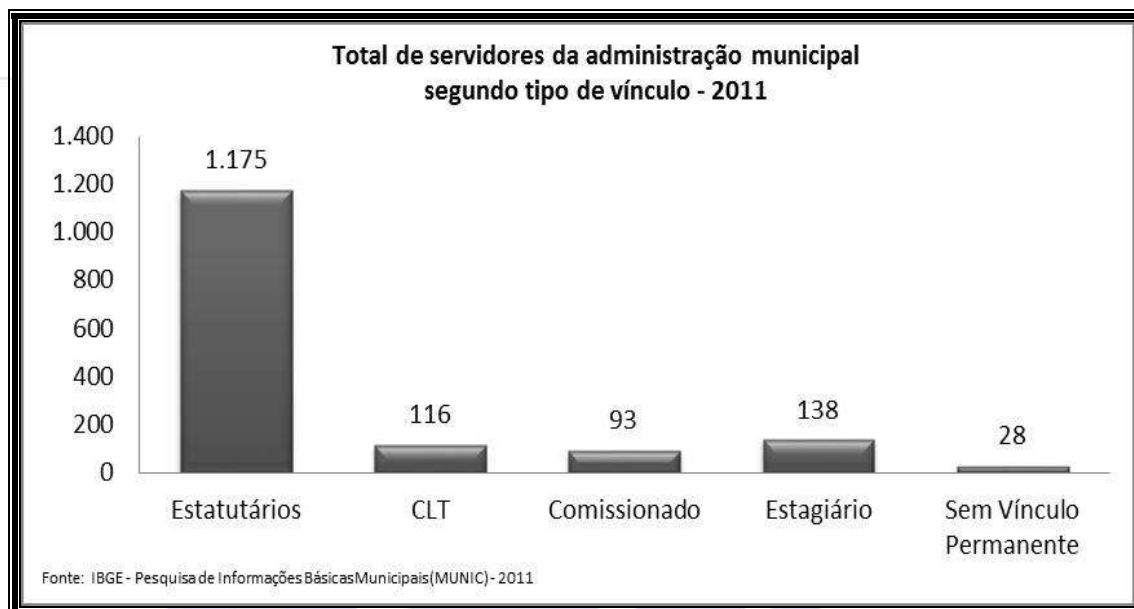


Gráfico 21 – Total de Servidores segundo vínculo empregatício – Fonte: MDS

III – PANORAMA EDUCACIONAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Atualmente a Secretária Municipal da Educação é a Profa. Silvia Masini Jiupato, pertencente ao Quadro do Magistério Público Municipal. O município apresenta IDEB 6,2 e tem desenvolvidos os seguintes projetos: Convenio com o Ministério da Educação para Programas de formação continuada (Pró Letramento e PNAIC- Pacto pela Alfabetização na idade Certa). Em âmbito Estadual tem convenio assinado com o Programa Ler e Escrever e Projeto de formação financiado pela Associação Parceiro da Educação. Apresenta ainda os seguintes convênios: Pro Infância, Caminho da Escola (FNDE), UNICAMP (Formação), Faculdade Euclides da Cunha (FEUC), Formação de Adis (Agente de desenvolvimento Infantil). O município se encontra inscrito no Comitê Territorial de educação Integral do Estado de São Paulo e possui três Escolas do Campo funcionando no período integral. Existem algumas parcerias com outras secretarias do Município como o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) com atendimento a comunidade de alguns bairros em sede própria. A Secretaria de Assistência Social tem seu atendimento especializado direcionado à população que se encontra de risco pessoal e social: DEC

⁹ Também foram realizados concursos públicos no período de 2011 a 2014, principalmente na Educação.



(Departamento de Esporte e Cultura) Escolas e Centro de treinamento de esportes: Fabrica de Expressão com oficinas de arte, dança, teatro e música: Casa de Cultura e Cidadania com atividades de cultura, esporte e lazer.

O município conta com o Conselho Municipal de Educação-CME que é um órgão Normativo Deliberativo e Consultivo foi criado pela lei 2107 de 28 de novembro de 1996 e modificado pelas leis 2136 e 2309. Tem sido mais atuante nas quatro últimas gestões, atualmente é formado por quinze membros titulares, tendo mandato de dois, podendo ser renovado por igual período onde a cada dois anos renova-se um terço dos membros. Em abril de 2015 ocorreu a última renovação para o biênio de 2015 e 2016, sendo eleito presidente o Sr. José Osvaldo Darin Jr, representante da equipe de apoio das escolas municipais. O CME tem sido atuante desde a última CONAE (Conferência Nacional de Educação) e tem sido parceira na elaboração do Plano Municipal da Educação. Alguns membros deste Conselho se inscreveram e cursaram a formação Para o Conselho: Curso de Fortalecimento dos Conselheiros Municipais de Educação.

Assim como o Conselho Municipal de Educação existe o Conselho Municipal de Acompanhamento Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB). O Conselho foi criado pela Lei 2937 de 31 de maio de 2007 atualmente conta com onze representantes os quais se reúne uma vez ao mês, assim como o CME, sendo o seu presidente o Profº Sidnei dos Santos, cujo mandato se encerra no mês de junho do presente ano.

O município também conta com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), criado pela Lei nº 2.429, de 20 de abril de 2001, regulamentado pelo Decreto 3.106, de 30 de abril de 2001 e pela Medida Provisória nº 2.178-36/01, tendo como presidente a Sra. Maria das Graças Barbosa de Abreu Azevedo, representante da Sociedade Civil.

1 – BREVE HISTÓRICO DAS ESCOLAS EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Com o nascimento do povoado de São José do Rio Pardo, a partir de 1865, com a construção da Capela em homenagem ao padroeiro, a chegada de novos moradores levou à necessidade de se buscar meios para a instrução educacional.

Segundo os dados apurados pelo pesquisador Rodolpho José Del Guerra, em seu livro *No Ventre da Terra Mãe*, nas páginas 221 e 222, os primeiros registros encontrados datam de 1881. Seguem informações nos anos seguintes com a abertura de novas salas e escolas para atender um público crescente na Vila de São José:



"Difícil elaborar um trabalho preciso sobre o ensino em São José do Rio Pardo, antes do aparecimento do jornal **O Rio Pardo**, surgido em 1889. Os documentos da Intendência e da Câmara estão soltos em muitas caixas e não se concatenam. Pesquisei. Encontrei muitos relatórios e informações em caixas e jornais esparsos. Um trabalho da Professora Amélia. F. Trevisan, em **Gazeta do Rio Pardo**, ajudou-me nesta síntese abaixo.

O mais antigo documento é de 1881, quando foi "Instalada oficialmente uma classe para meninas, com 13 alunas, regida pela professora Ana Joaquina da Silveira".

Em 1883, havia "aula particular de primeiras letras para meninos (...) e foram nomeados os professores José Gonçalves Pereira Bittencourt e Maria da Glória Bittencourt, para escolas de ambos os sexos".

Em 1884, "a Secretaria de Instrução Pública enviou cinco exemplares do livro de Hilário Ribeiro". / "O professor Bittencourt foi retirar da estação de Casa Branca uma caixa contendo 650 livros". / "Currículo de primeiras letras: caligrafia, contabilidade prática, leitura, aritmética e catecismo".

1885: "O Prof. Emílio Mário de Arantes mandou vir da Corte cadernos e ardósia, possivelmente às suas expensas".

Em 1886, o frequentado "Gabinete de Leitura Riopardense" era presidido pelo Prof. Emílio Mário Arantes.

1887: "Proposta do Conselho Municipal de Instrução para criação de duas escolas: uma fixa no Bairro de Santo e outra ambulante para o Bairro Bonsucesso e estação Vila Costina". Outra proposta era para a criação de um curso noturno para adultos.

Ainda em 1887, duas escolas fundadas em Casa Branca, em 1885, transferiram-se para São José, "propiciando instrução primária e secundária.: o "Colégio Constantino", para meninos, com o currículo Português, Aritmética, Geografia, História, Retórica, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Italiano e Geometria; e o "Colégio Conceição" para meninas que ensinava Português, Francês, Geografia, História Nacional, princípios de Física, Aritmética, Trabalhos domésticos e de fantasia e Música.

Em novembro de 1887, os exames escolares foram realizados na Casa da Câmara e Cadeia. Foram examinadores os doutores Antônio Cândido Rodrigues, Alfredo de Castro e Lacordaire Duarte.

Em 4 de agosto de 1889, um ofício informava a criação do "Ginásio Riopardense", à Rua Saladanha Marinho, 10.

1890. Em novembro, estavam em exames as escolas: "Colégio Regina Margherita", do Prof. Giovanni Bussetto; o "Colégio Nogueira", do francês Charles Nogères; o "Colégio Leonor", de



Leonor Ferreira Novo Barbosa e o "Colégio Santana", do Prof. Ernesto Galvão Moura Lacerda.

1883: "A Câmara Municipal cogita construir um prédio para alojar as escolas, autorizando o Intendente Municipal a se acordar com o Governo do Estado para a construção de um grupo escolar".

1895. O ensino secundário era preocupação dos responsáveis pela educação. Criou-se o "Instituto Riopardense de Ensino", que não foi adiante.

Em 1905, funcionou a "Escola Napoleão Freire".

Apesar de ter sido inaugurado o "Grupo Escolar Dr. Cândido Rodrigues", em 22 de abril de 1908, as escolas particulares continuaram a ser criadas e funcionando.

Em 1909, estava em atividade o "Externato para Meninos", do Prof. Luiz Teixeira de Carvalho. Em 1915, o "Ginásio Riopardense" (criado em 1889) passou a ter nova denominação: "Externato Euclides da Cunha", do professor francês Louis Chaine. Em 1915, eram muito concorridas as aulas noturnas do "Ensino Comercial", do professor João Câmara Leite. Em 1918, funcionou o externato D. Luiza Carneiro".

"Em 1917, São José possuía, na sede do município, um ginásio e dois colégios para ambos os sexos; quatro escolas estaduais; uma o Bairro Bom Sucesso, uma mista no bairro da Tubaca e duas em Vila Costina".

Dr. Francisco Teives de Almeida Magalhães, em 1925, dirigia a "Academia de Comércio São José".

O **Almanach São José do Rio Pardo – Grama**, de 1929, informava que estavam em funcionamento a Escola Isolada do Bairro Euclides da Cunha, a 1ª Escola Municipal do Bom Sucesso e a 2ª Etapa Municipal do Bom Sucesso, com 20 classes no 1º Grupo Escolar, 8 no 2º Grupo Escolar e 3 nas Escolas Isoladas, estando 1.100 alunos nas escolas. Informava também que no Município havia 2 Escolas Reunidas e 28 isoladas.

A primeira Escola Estadual de São José foi o Grupo Escolar Dr. Cândido Rodrigues. A conquista partiu de uma solicitação de um grupo de rio-pardenses feita ao Secretário de Ensino Carlos Botelho, quando em visita à vizinha Mococa, no ano de 1905.

A festa de lançamento da pedra fundamental da construção aconteceu em 22 de outubro de 1905, com saudações ao "notável Senador Dr. Antônio Cândido Rodrigues, a quem se levantou vivas". Cândido Rodrigues, nascido em São Paulo, teve destacada vida política entre o final da monarquia e o começo da república. Quando abandonou a vida política, transferiu-se para sua fazenda Santa Martha, em São José do Rio Pardo.

A inauguração aconteceu em 22 de abril de 1908. Hoje, com um novo prédio, a EE Dr. Cândido Rodrigues continua desempenhando importante papel na educação rio-pardense.



A necessidade de novas conquistas e avanços no campo educacional cresceram na mesma proporção da cidade. Lideranças locais mobilizavam-se para a construção e autorização de funcionamento de novos estabelecimentos de ensino. Assim foi outra grande conquista da cidade, o Ginásio Euclides da Cunha, iniciada desde os anos de 1930. Passando por vários outros prédios, a inauguração do espaço grandioso do Ginásio do Estado aconteceu em 18 de outubro de 1936, com a presença do governador do Estado, Armando Salles de Oliveira.

Pelas décadas seguintes o Ginásio, o Colégio Estadual Euclides da Cunha, o Colégio e Escola Normal, o Instituto de Educação Euclides da Cunha, O Ginásio Pluricurricular, a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus, até a atual Escola Estadual Euclides da Cunha, foi referencial na formação de milhares de jovens rio-pardenses e de muitas outras cidades vizinhas que mudavam-se para a cidade em busca da qualidade de ensino oferecida.

Também nas primeiras décadas do século XX, com o empenho de rio-pardenses, como o senhor Tarquinio Cobra Olyntho, criou-se outro Grupo Escolar em 1928. Mais tarde, em 1936, por decreto do governado, passou a se chamar GRUPO Escolar Tarquinio Cobra Olyntho, hoje mais uma Escola Estadual, entre outras a oferecer ensino regular para as crianças rio-pardenses.

Com a ampliação da cidade, crescimento populacional e novos bairros, surgem outros Grupos Escolares, mais tarde convertidos em Escolas Estaduais.

2 – AS ESCOLAS EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

2.1 - DADOS ATUAIS

Segundo o Censo Escolar de 2014/INEP, São José do Rio Pardo conta com:

- Total: 48 escolas
- Atividade: 42
- Paralisada: 05

Além destas contamos com uma ETC, uma Escola de Nível Médio e Nível Médio Profissionalizante - autarquia, duas Instituições de Ensino Superior, sendo uma autarquia e quatro escolas particulares que oferecem cursos na modalidade EAD, tanto em nível médio quanto superior.



RELAÇÃO DAS ESCOLAS DO MUNICIPIO

MUNICIPAIS

1. Creche EMEB Alice Villela Pereira Dias
2. Creche EMEB Benedita dos Reis Apolinário
3. Creche EMEB Gilda Zanetti Mansano
4. Creche EMEB Júlio Possebon
5. Creche EMEB Maria França Torres
6. Creche EMEB Natal Bortot
7. EMEB Alexandra Olga Pourrat Campos
8. EMEB Estação Fazenda Venerando
9. EMEB Fazenda Água Fria
10. EMEB Fazenda Barreirinho
11. EMEB Fazenda Santa Amélia
12. EMEB Francisco de Assis
13. EMEB Nossa Senhora do Loreto
14. EMEB Pequeno Samuel
15. EMEB Profa. Ada Parisi
16. EMEB Profa. Stella Maris Barbosa Catalano
17. EMEB Profa. Zélia Maria Zanetti
18. EMEB São Francisco
19. EMEB São Judas Tadeu
20. EMEB Sítio Novo
21. EMEB Vinício Spessotto

ESTADUAIS

1. EE Conjunto Habitacional Natal Merli
2. EE Dr. Cândido Rodrigues
3. EE Dr. João Gabriel Ribeiro
4. EE Euclides da Cunha
5. EE Profa. Laudelina de Oliveira Pourrat
6. EE Profa. Stella Couvert Ribeiro
7. EE Profa. Sylvia Portugal Gouvea de Syllos
8. EE Profo. Jorge Luiz Abichabki
9. EE Tarquínio Cobra Olyntho
10. ETE São José do Rio Pardo

PARTICULARES

1. Colégio Santa Inês
2. Colégio Lumen
3. Colégio Unigrau
4. Escola de Grau em Grau – COC
5. Escola de Educação Infantil Santa Bakita
6. Fundação Educacional de São José do Rio Pardo



EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. Escola de Educação Especial Cáritas
2. Escola de Educação Especial Cristo Redentor - APAE

FILANTRÓPICAS

1. Creche São Paulo ARAM – Assistência ao Menor
2. Creche Francisco de Assis
3. Sociedade Lar da Infância

ENSINO SUPERIOR

1. F.F.C.L. de São José do Rio Pardo – SP / FEUC Rio Pardo
2. Faculdades COC – São José do Rio Pardo – SP
3. Universidade Paulista – UNIP São José do Rio Pardo - SP

ESCOLAS DE CURSOS A DISTÂNCIA

1. UNINTER
2. DATA PLUS
3. BRASIL TREINA
4. ESTÁCIO

As escolas acima relacionadas encontram-se agrupadas na seguinte conformidade:

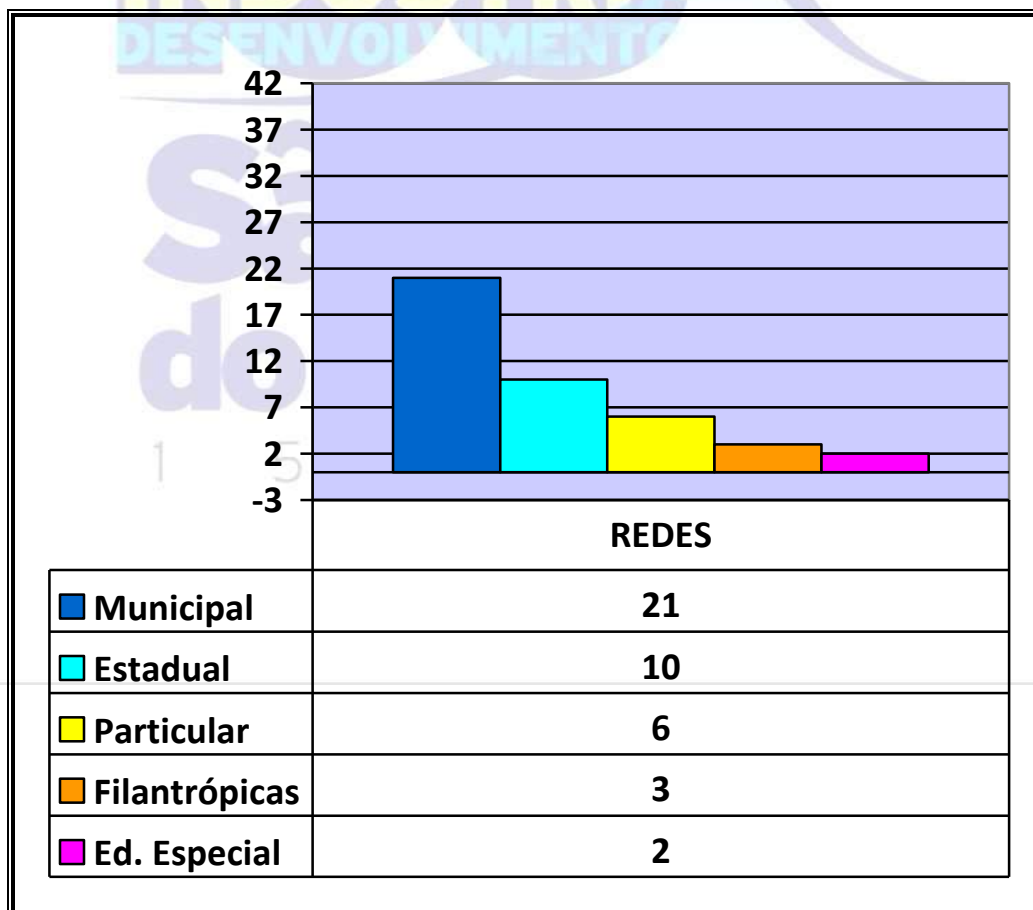


Gráfico 22- Quantidade de Escolas por tipo de Rede

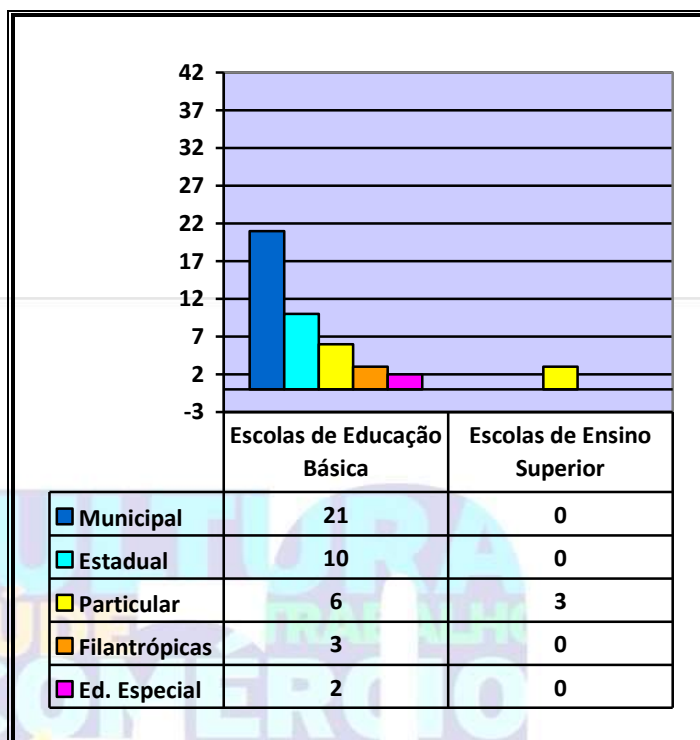


Gráfico 23 - Quantidade de Escolas por Nível de Ensino – 2014/2015

Em relação ao número de matrículas contamos com os dados oferecidos pelo Censo Escolar através do INEP/MEC.

Vale a pena informar que a data base de coleta dos dados é 30 de maio, instituído como Dia do Censo Escolar.

Sendo assim, o primeiro gráfico trata-se de dados oficiais e os outros dois os dados foram coletados pela Equipe Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação.

Número de Alunos Matriculados											
Município	Dependência	Matrícula Inicial									
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	Estadual	0	0	958	2069	1680	464	57	121	0	0
	Municipal	600	996	1366	257	77	121	30	0	0	0
	Privada	310	228	579	503	302	0	0	0	0	0
	Total	910	1224	2903	2829	2059	585	87	121	0	0

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério
² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Tabela 02 – Quantidade de Alunos Matriculados

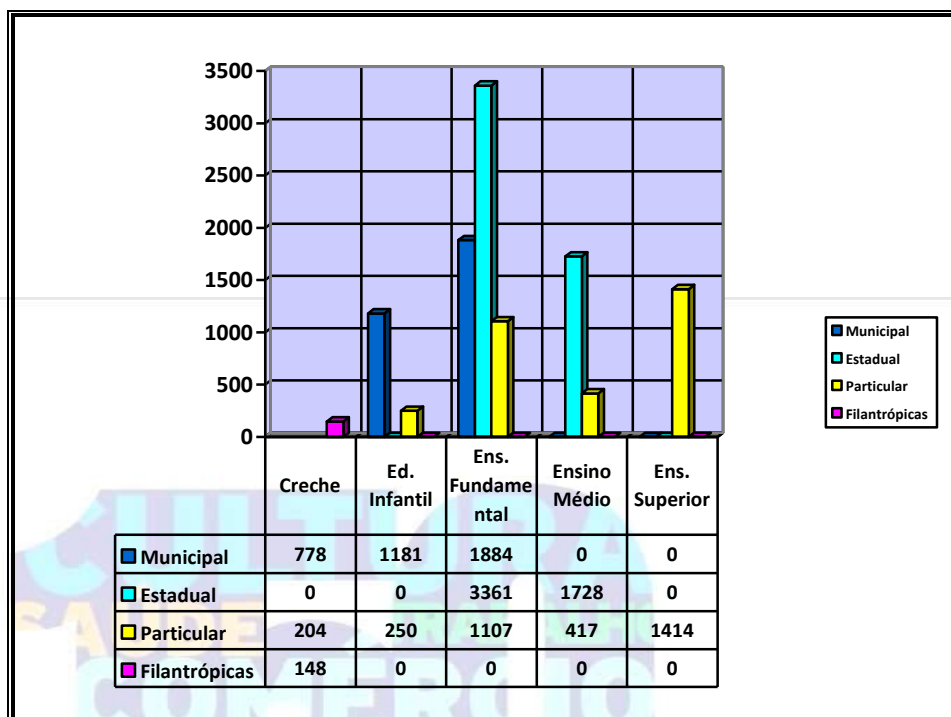


Gráfico 24 - Quantidade de alunos por Etapas de Ensino – 2014

Fonte: dados coletados pela SME junto às UE's

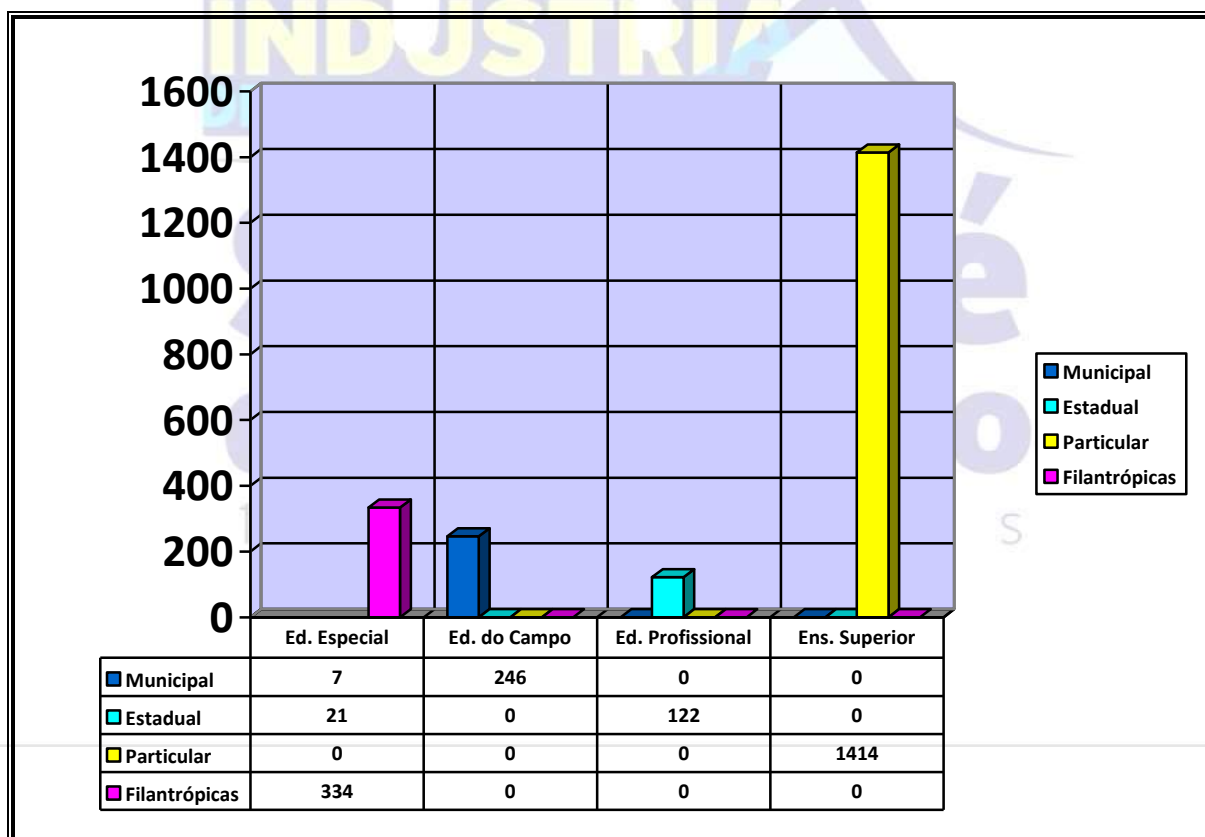


Gráfico 25 - Quantidade de Alunos por Modalidade de Ensino – 2014



2.2 – A REDE ESTADUAL DE ENSINO

Atualmente a rede estadual é formada pelas seguintes escolas:

1. EE Conj. Habitacional Natal Merli
2. EE Dr. Cândido Rodrigues
3. EE Dr. João Gabriel Ribeiro
4. EE Euclides da Cunha
5. EE Jorge Luiz Abichabick
6. EE Laudelina de Oliveira Pourrat
7. EE Stella Couvert Ribeiro
8. EE Silvia Portugal Gouveia de Syllos
9. EE Tarquínio Cobra Olyntho



Imagens 01 – EE Conj. Habitacional Natal Merli – Arquivo da Escola



Imagem 2 – EE DR. CÂNDIDO RODRIGUES – Arquivo da Escola



Imagem 03 – EE Dr. João Gabriel Ribeiro



Imagem 05 - EE Euclides da Cunha



Imagem 04 – EE PROF. JORGE LUIZ ABICHABKI – Arquivo da Escola



Imagem 06 – EE PROFA. LAUDELINA DE OLIVEIRA POURRAT – Arquivo da Escola



Imagem 07 – EE PROFA. STELLA COUVERT RIBEIRO – Arquivo da Escola



Imagem 08 – EE PROFA. SYLVIA PORTUGAL GOUVEIA DE SYLOS – Arquivo da Escola



Imagem 09 – EE TARQUÍNIO COBRA OLYNTHO – Arquivo da Escola

Dentro da rede estadual de São José do Rio Pardo, podemos destacar os resultados obtidos pela Escola Estadual Dr. João Gabriel Ribeiro, iniciada como Grupo Escolar da Vila Pereira. Desde a implantação do Sistema de Avaliação SARESP, essa unidade escolar sempre vem obtendo indicadores muito expressivos. Em 2008 a escola foi classificada em 10º lugar entre toda as 8ªs séries rede de São Paulo, com o IDESP de 5,41¹⁰ e, ocupando o 12º lugar entre as 100 *mais bem avaliadas*¹¹. Apesar do resultado ser específico de uma unidade, é um claro demonstrativo da grande preocupação com a qualidade do sistema educacional oferecido às crianças e jovens riopardenses.

2.3. A REDE PARTICULAR DE ENSINO

2.3.1. UNIGRAU

O Colégio Unigrau iniciou suas atividades em fevereiro de 2001 e adota como sistema didático o Sistema Pitágoras desenvolve sua metodologia de ensino por meio de materiais didáticos exclusivos que acompanham o aluno em todas as etapas da educação básica. Educação para a vida.

¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2008/05/402359-confira-lista-das-melhores-oitavas-series-da-rede-estadual-de-sp.shtml>

¹¹ <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2011/04/896737-interior-de-sp-concentra-escolas-estaduais-com-bom-nivel.shtml>



Imagem 10- Educação Infantil e EF I



Imagem 11 – Ensino Fundamental II e Médio

2.3.2. – COLÉGIO LUMEN



O Colégio Lumen foi fundado em 08 de outubro de 1998 através de uma Cooperativa de Professores, que é sua mantenedora. Adota o Sistema Anglo de Ensino.

**Imagem 12 –
Colégio Lúmen**



2.3.3. – ESCOLA DE GRAU EM GRAU – COC



A escola De Grau em Grau – COC comemorou, em 2014, 35 anos de fundação. Sylvia Poggio Bizzarri, foi uma das fundadoras e é mantenedoras da escola. Há alguns anos, a escola adotou o sistema de ensino do COC.

Imagem 13 – De Grau em Grau

2.3.4. COLÉGIO SANTA INÊS

O Colégio Santa Inês pertence à Congregação Filhas de Nossa Senhora do Monte Calvário e adota o Sistema de Ensino Poliedro.

Foi fundado em



Imagem 14 – Prédio da Congregação Filhas de Nossa Senhora do Monte Calvário, onde funciona o Colégio Santa Inês.



2.4. – ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.4.1. – ESCOLA CÁRITAS

O Grupo Assistencial Cáritas foi fundado em 1981 com o objetivo de atender a portadores de necessidades especiais. A partir de 1983 foi criada a Escola de Educação Especial "Cáritas" para proporcionar aos alunos portadores de necessidades especiais a oportunidade de desenvolver suas potencialidades, sua auto-realização, a qualificação para o trabalho na medida de suas habilidades. Foi reconhecida pela Secretaria Estadual de Educação em 1991 mediante portaria do DOE.

O que a escola oferece: Educação Infantil e Ensino Fundamental

Ensino Fundamental com professoras especializadas para o Ensino Especial

Equipe Técnica: Diretora, Coordenadora, Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogas e Assistente Social, Equoterapia, Hidroterapia em piscina aquecida, Biblioteca, Horta, Consultório Odontológico, Fanfarra, música e vida, Informática, Educação Física: recreação, natação e competição, Excursões culturais e de lazer, Iniciação profissional, Reciclagem.



Estatísticas: A Escola iniciou suas atividades com 10 alunos com dificuldades auditivas. Hoje atende a 201 alunos nas diferentes áreas de necessidades especiais; exceto casos psiquiátricos, tendo em vista tratar-se de uma Escola voltada para fins pedagógicos e terapêuticos.

Imagem 15 – Fachada do prédio onde funciona a Escola Ed. Especial Cáritas – Arquivo da Escola.



Imagem 16 – Participação da Escolas no Desfile de Abertura da Semana Euclidiana – Arquivo: O Jornalzinho



2.4.2. – ESCOLA CRISTO REDENTOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – APAE

A escola foi fundada em 06 de março de 1975, mas somente em 24 de outubro de 2003 foi autorizada a funcionar como instituição de ensino através do Protocolo nº 6011/0077/03.

Atende na modalidade Educação Especial (exclusiva) com salas de Oficina Pedagógica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Estimulação, em 2 (dois) períodos de 4 horas.

Tem como mantenedora a APAE.

Possui uma equipe multidisciplinar que dá suporte ao professor e família através de acompanhamento do aluno individualmente ou em grupo. Também conta com serviços auxiliares de saúde, odontológico e social, detectando as causas da deficiência e procurando meios para diminuí-las ou até mesmo eliminá-las. O trabalho pedagógico é realizado por uma equipe de professores especializados em Educação Especial acompanhado por fisioterapeuta, psicóloga, fonoaudióloga, nutricionista e assistente social.



Imagem 17 – Entrada do prédio onde funciona a Escola Cristo Redentor – APAE – Arquivo da Escola.

2.5 – INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

O município conta com 03 Instituições de Ensino Filantrópicas que atendem crianças de 0 a 3 anos, em cujos prédios funcionam salas de aula de educação infantil.



2.5.1 CRECHE SÃO PAULO



Imagem 18 – Prédio da Creche São Paulo, onde funciona, também, a EMEB Alexandra Olga Pourrat

2.5.2 – SOCIEDADE LAR DA INFÂNCIA



Imagem 19 – Sociedade Lar da Infância – Arquivo da Instituição



2.5.3 CRECHE FRANCISCO DE ASSIS



Imagem 20 – Fachada do prédio da Creche Francisco de Assis, no qual também encontra-se instalada a EMEB Francisco de Assis

Além destas há o atendimento realizado pela Casa Menino Jesus/Berçário Santa Josefina Bakita, mantida pelo Grupo Deus Proverá, que atende, aproximadamente, 41 (quarenta e uma) crianças de 0 a 5 anos.



Imagem 21 – Casa Menino Jesus



2.6 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

O município possui 02 (duas) escolas voltadas para o Ensino Técnico Profissionalizante, sendo uma autarquia e outra estadual, a Fundação Educacional e ETEC Centro Paula Souza, sendo que ambas também oferecem o ensino médio regular.

A Fundação Educacional oferece 5 (cinco) cursos profissionalizantes enquanto a ETEC 4 (quatro), atendendo aproximadamente 330 (trezentos e trinta) alunos.

Além destas duas escolas outros cursos são oferecidos através de Centros Universitários com polos em São José do Rio Pardo como é o caso da UNINTER, LFG, BRASIL TREINA, atendendo, totalizando uns 30 (trinta) cursos com aproximadamente 300 9trezentos) alunos matriculados.



**Imagem 22 – Prédio da
Fundação Educacional**



Imagem 23 – Prédio da ETEC Centro Paula Souza



2.7 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

São José do Rio Pardo possui instaladas em seu *território* 02 (duas) instituições de Ensino Superior que oferecem cursos presenciais em várias áreas e, também, voltados para a Formação de Professores. São elas: FFCL de São José do Rio Pardo / FEUC e UNIP, o que representa um grande potencial para a educação básica ofertada pelo município uma vez que é possível acompanhar de perto a formação daqueles que poderão atuar enquanto profissionais da educação nas escolas que atendem a população rio-pardense.

Além dos oferecidos por estas duas instituições outros cursos em nível superior são ofertados na modalidade EAD por Centros Universitários com polos funcionando na cidade: UNINTER/DATA PLUS e a Estácio/COC.

Atualmente o município possui **3.235** matrículas no Ensino Superior, tanto na modalidade presencial quanto em EAS. No entanto, este número inclui estudantes não residentes no município e não computa os que estudam fora.



Imagem 24 – Prédio onde funcionam alguns cursos da UNIP



2.7.1 – TRAJETÓRIA E PERFIL DA FFCL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo foi criada pela Lei Municipal nº 415, de 27/04/1964, tendo autorização definitiva de funcionamento através do parecer 201/66 do Conselho Estadual de Educação. Conforme descrito pelo jornal Gazeta Rio Pardo (22 de agosto de 1965) a criação da Instituição foi:

[...] fruto do empenho coletivo da população rio pardense através da Prefeitura, da Câmara Municipal, das Autoridades, das entidades culturais, dos estabelecimentos de ensino, através do povo enfim, congregou-se em torno de um ideal e, com um entusiasmo revelado como em poucas ocasiões, lançou-se à luta, de que ora sai recompensada e inteiramente vitoriosa.

Em 1966 iniciou suas atividades e, desde então, é mantida como entidade autárquica, firmando-se através desses anos como uma Instituição de Ensino Superior, voltada preferencialmente para a formação de professores.

Atendendo às novas diretrizes nacionais e estaduais para cursos voltados à formação de professores, a Instituição deu início a um amplo processo de reestruturação, por meio de um planejamento estratégico participativo, visando à criação do Instituto Superior de Educação Euclides da Cunha (ISEEC), autorizado pelo CEE e implantado a partir do ano letivo de 2005. Cabe destacar os elogios advindos dos conselheiros do Conselho Estadual de Educação no parecer referente à aprovação do ISEEC, conforme demonstram as palavras descritas no referido parecer:

Na reunião da CES de 18 de abril de 2004 pedi vistas dos autos porquanto esta Câmara tem mantido entendimento uniforme sobre os projetos de Institutos Superiores de Educação, a grande maioria deles em desacordo com as normas de regência, ou quando não, com projetos incompletos, levando a diligência. Este caso é substancialmente diferente. Noto desde logo que o cuidadoso projeto engloba todas as licenciaturas já autorizadas, além do Normal, mas agora sob a correta denominação de “Curso de Formação de Professores em...” (fls. 61), contando as matrizes curriculares com um núcleo comum a todas, além de estágio comum (fls. 49) e, principalmente, uma missão do próprio ISEEC (Instituto Superior de Educação Euclides da Cunha), cuja coordenação é própria. (PARECER CEE 226/04, grifo nosso)

Em 2005, através de votação pela Congregação, foi criado seu nome-fantasia “FEUC” – Faculdade Euclides da Cunha, fundamental para desenvolver um logotipo adequado para divulgação na mídia e marketing da Instituição, fortalecendo sua imagem na região.



Em 2015, a FEUC completa quarenta e nove anos de efetivo exercício e, por mais de quarenta anos, suportou por si só seu sustento substancialmente com recursos obtidos junto à comunidade discente.

Esta autarquia não possui finalidade lucrativa (art. 3º, Lei Municipal nº 1963 de 12 de julho de 1995), concede bolsas de estudo a alunos carentes e seus cursos contam com mensalidades e preços acessíveis, servindo de alavanca social para seus alunos que se efetivam nas redes estaduais, municipais ou prestam serviços nas redes particulares. Os outros, que não abraçam a carreira, partem para outras profissões, sempre revelando ética, humanismo e criatividade, adquiridos na vida acadêmica. Mais de nove mil formandos integram a excelente clientela de nossa Faculdade.



A Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, em 2012, construiu o primeiro módulo de nosso campus, através da venda de terrenos doados à Faculdade para este fim. O prédio, semipronto, vem sofrendo com obras de adequação para o seu efetivo funcionamento. A construção do primeiro módulo do campus faz parte de um projeto maior que abrigará, no futuro, todos os cursos da FEUC.

Pertencendo à AIMES-SP (Associação das Instituições Municipais de Ensino Superior de São Paulo), a FEUC firmou convênio com a USCS (Universidade de São Caetano do Sul), oferecendo mais de cem cursos de pós-graduação a Distância para a cidade e a região. Atualmente a FEUC abre diálogo com a Fundação Educacional, agora também pública e municipal, na tentativa de firmar parcerias ou buscar uma fusão lucrativa para ambas.



Imagem 25 – Prédio da Unidade I da FEUC

IV – A REDE MUNICIPAL DE ENSINO

1 – APRESENTAÇÃO

A Rede Municipal de Ensino é formada por 21 (vinte e uma) Escolas, assim distribuídas:

- 06 Creches em funcionamento; 01 a ser inaugurada e 03 em fase de construção;¹²
- 05 Escolas do Campo
- 10 EMEB's

Atualmente atende aproximadamente 3.460 (três mil, quatrocentos e sessenta) alunos, sendo:

- 780 de 0 a 3 anos;
- 980 de 4 e 5 anos;
- 1410 de Ensino Fundamental I;
- 250 de Ensino Fundamental II;
- 40 de Educação de Jovens e Adultos

¹² Além destas o município conta com 03 (três) creches filantrópicas que atuam conjuntamente com a SME na oferta de vagas para a população de 0 a 3 anos.



O quadro de professores, em 2015, está composto por 382 (trezentos e oitenta e dois) profissionais:

- 335 professores efetivos
 - o 156 Professores de Educação Infantil;
 - o 63 Professores de Ensino Fundamental I;
 - o 13 Professores de Disciplinas Específicas;
 - o 87 Professores Auxiliares de Educação Básica;
 - o 16 Professores Auxiliares de Educação Especial.
- 47 professores contratados
 - o 07 Professores de Disciplinas Específicas;
 - o 10 Professores de Educação Física para a Pré Escola e o Ens. Fundamental I;
 - o 06 Professores de Arte para o Ens. Fundamental I;
 - o 19 Professores de Educação Básica;
 - o 02 Professores de Educação Especial

Todos possuem formação exigida pela legislação nacional vigente, sendo que possui Pós Graduação:

- 71 % dos que atuam em Creches;
- 72 % dos que atuam na Pré Escola;
- 83% dos que atuam no Ensino Fundamental.

Além dos professores em creche contamos com 55 (cinquenta e cinco) Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, sendo a maioria com formação em Pedagogia.

A Equipe de Gestoras é formada por:

- 07 Diretoras de Escola;
- 03 Vice-Diretoras;
- 06 Coordenadoras de Creche;
- 12 Professoras Coordenadoras:
 - o 05 de Creche;
 - o 06 de Educação Infantil e Ensino Fundamental I;
 - o 01 de Ensino Fundamental II



Também há uma equipe técnico pedagógica na SME composta por 03 (três) profissionais responsáveis pela Coordenação Geral das Creches, EMEB'S e Ensino Especializado e de Apoio Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico da SME está embasado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a LDBN, nº 9.394/96, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, bem como nas propostas curriculares da Secretaria de Estado da Educação.

A metodologia de ensino desenvolvida está pautada nos pressupostos teóricos sócio interacionistas, sendo seu princípio maior criar espaços para que o educando consiga desenvolver suas capacidades através da interação entre ela, a criança, outras pessoas e o meio físico, social no qual está inserida, de forma que a mesma consiga construir os conhecimentos necessários ao seu pleno desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e psíquico e não seja, somente um acumulador de informações.

Nesta perspectiva o professor assume o papel de mediador entre o indivíduo e o conhecimento já acumulado culturalmente.

Além disso, as ações da Secretaria da Educação estão pautadas, no aspecto pedagógico, nos índices e metas relacionados ao IDEB, ANA e IDESP. Sendo assim, as matrizes curriculares do SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, bem como os referenciais do SARESP, constituem-se como ponto de referência na elaboração e revisão das Propostas Curriculares da Rede Municipal de Ensino, materiais estes que são utilizados, constantemente, para estudo nas semanas de planejamento e replanejamento, bem como durante os HTPC's (hora de trabalho pedagógico coletivo).

Além disso, também participamos, através de adesão, de programas estaduais e federais, com a finalidade de melhorarmos o nosso desempenho relacionado a estas avaliações, como:

- Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa;
- PNLD;
- Ler e Escrever (cuja base foi o PROFA – Programa de Formação do Professor Alfabetizador);
- SARESP (cujos índices apontam um crescimento, conforme gráficos abaixo).

Além destas ações a Secretaria vem realizando parcerias com instituições filantrópicas no desenvolvimento de formação continuada dos professores relacionadas às matrizes curriculares das avaliações externas. Desde 2014, em parceria com o Instituto HSBC, através da Parceiros da Educação, vem sendo realizada formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.



Por conta disso o Plano de Trabalho da Coordenação Pedagógica é realizado a partir dos dados coletados através das diversas avaliações das quais o município participa, o qual encontra-se em anexo, lembrando que ainda não foi divulgado o IDEB 2013.

2 – INDICADORES EDUCACIONAIS

2.1. O IDEB DO 5º ANO DA REDE MUNICIPAL

As escolas municipais de educação básica, de acordo com o número de alunos, participam de avaliações externas em nível federal e estadual, mecanismos estes que acabam gerando dados que contribuem para a elaboração das ações que serão desenvolvidas na rede municipal.

Conforme poderão conferir nos gráficos a seguir sobre o IDEB e IDESP será possível perceber que o ensino ministrado nas escolas municipais vem avançando gradativamente, mesmo que em determinados momentos notemos pequenos ou nenhum avanço. No entanto, isto serve de parâmetro para novas análises, estudos e encaminhamentos que acabam conduzindo em novos avanços.

Sendo assim, os dados foram agrupados de maneira que seja possível analisar a evolução no IDEB dos anos iniciais, em português e matemática, através dos gráficos apresentados em sites especializados bem como através dos construídos pela equipe de Secretaria Municipal da Educação. Um segundo bloco refere-se ao IDESP, índice construído pela Secretaria de Estado da Educação, uma vez que o município desenvolve, através de convênio, o Programa Ler e Escrever.

2.1.1. DADOS OFICIAIS

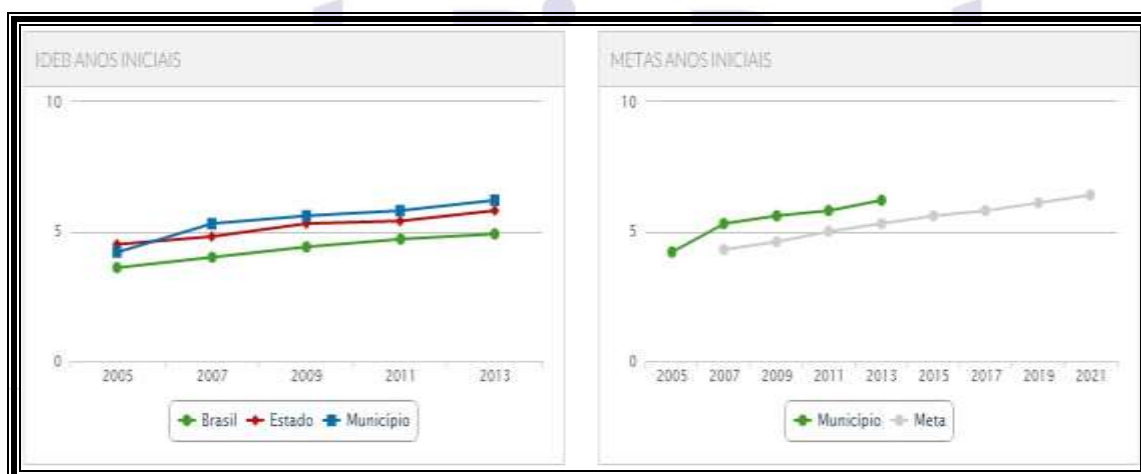


Gráfico 26 – IDEB da Rede Municipal de Ensino - anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: <http://convivaeducacao.org.br/platform/indicators/ideb>



2.1.2. DADOS MUNICIPAIS

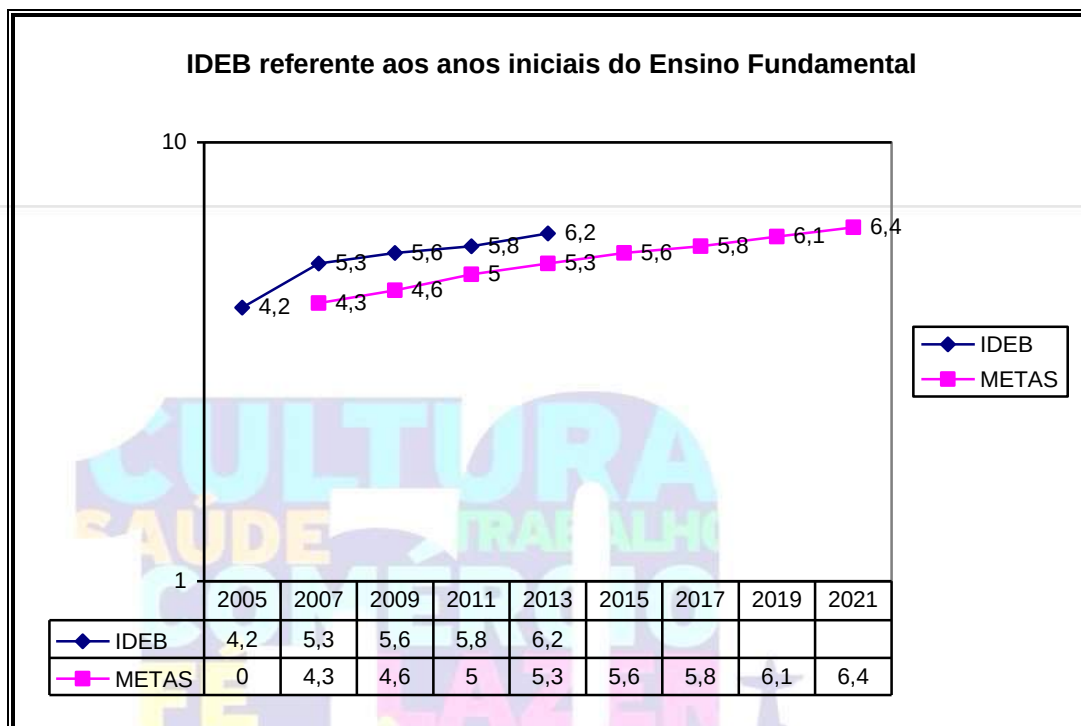


Gráfico 27 - IDEB referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental

2.1.3. DESEMPENHO POR PROFICIÊNCIA: PORTUGUÊS

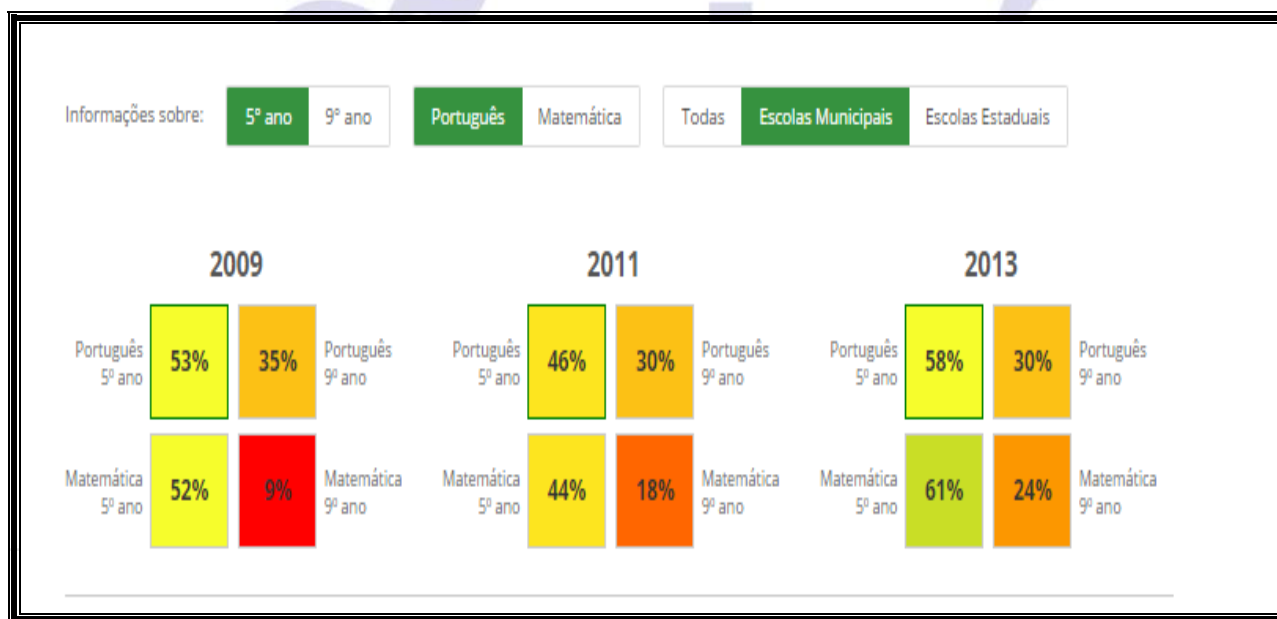


Tabela 28 – Evolução percentual da proficiência em português do 5º ano da rede municipal de Ensino



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

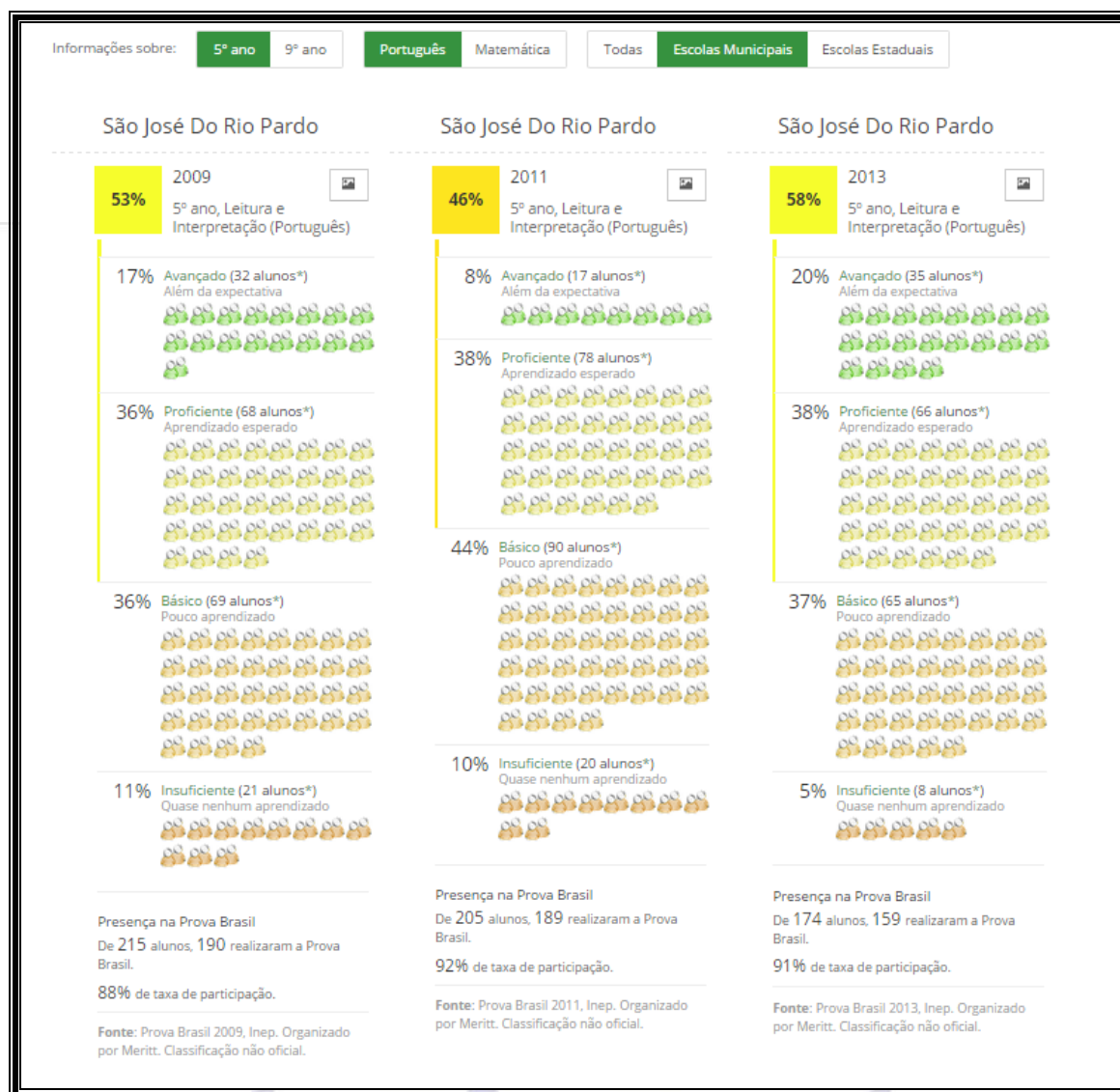


Tabela 29 – Evolução quantitativa da proficiência em português do 5º ano da rede municipal de Ensino

Legenda - Escala de Aprendizado			
Avançado Aprendizado além da expectativa. Recomenda-se para os alunos neste nível atividades desafiadoras.	Proficiente Os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomenda-se atividades de aprofundamento.	Básico Os alunos neste nível precisam melhorar. Sugere-se atividades de reforço.	Insuficiente Os alunos neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado. É necessário a recuperação de conteúdos.
Nota: Essa classificação qualitativa foi definida por Chico Soares com base na escala do SAEB. Essa classificação não é oficial.			

<http://www.qedu.org.br/cidade/2322-sao-jose-do-rio-pardo/proficiencia>



2.1.4. DESEMPENHO POR PROFICIÊNCIA: MATEMÁTICA

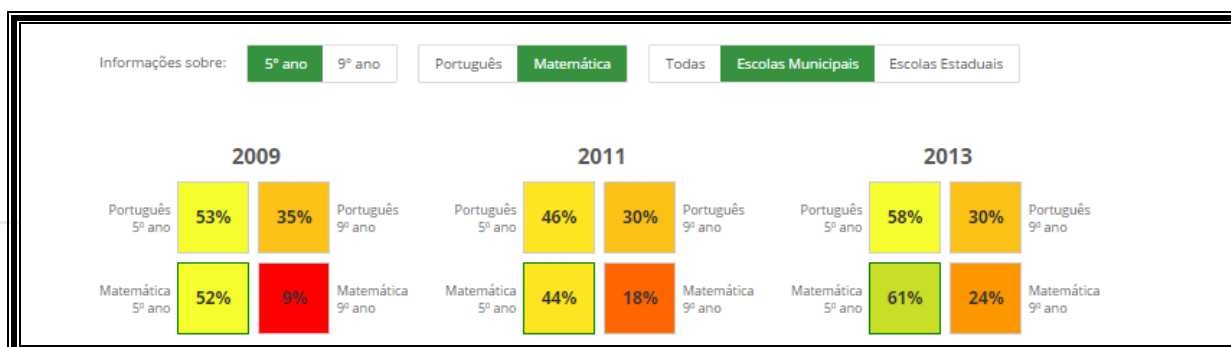


Tabela 30 – Evolução percentual da proficiência em matemáticas do 5º ano da rede municipal de Ensino

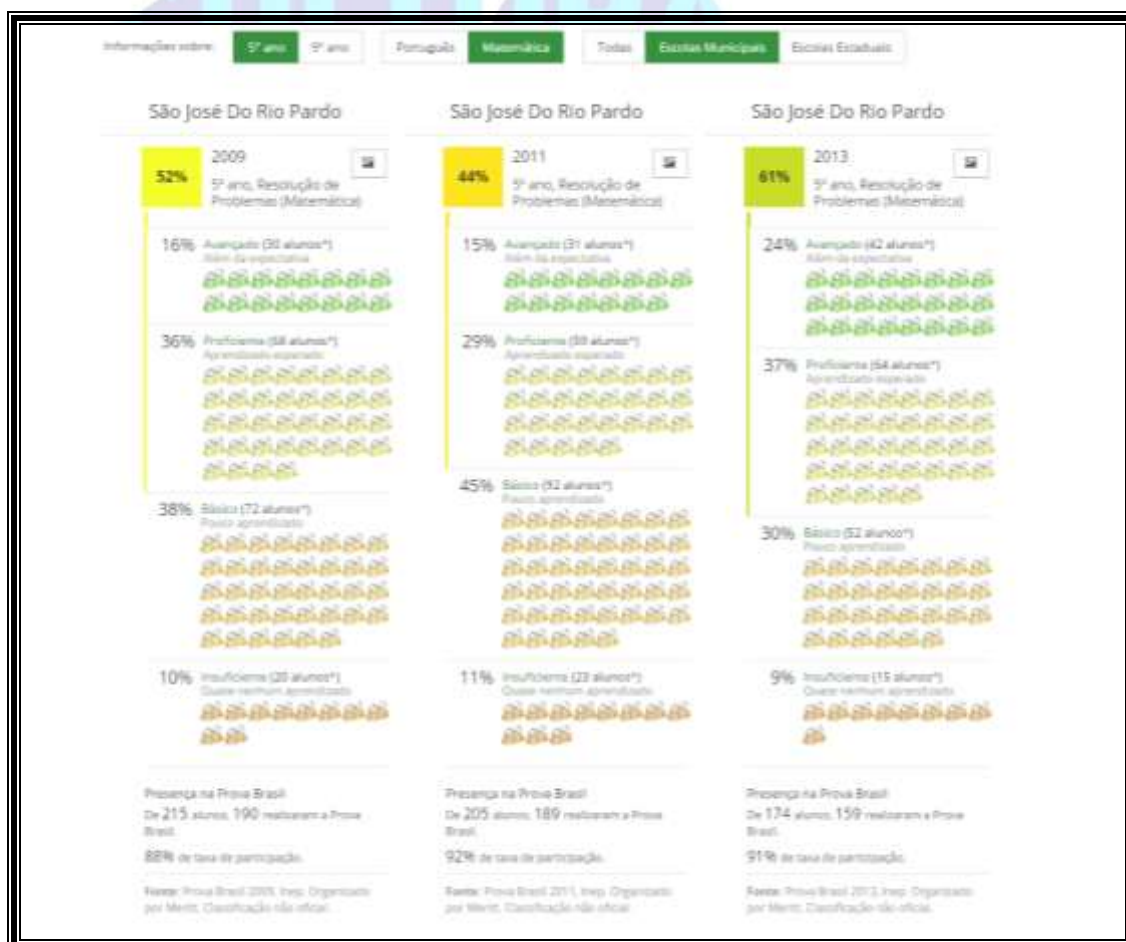


Tabela 31 – Evolução quantitativa da proficiência em matemática do 5º ano da rede municipal de





2.2. IDEB DO 9º ANO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

2.2.1. DADOS OFICIAIS

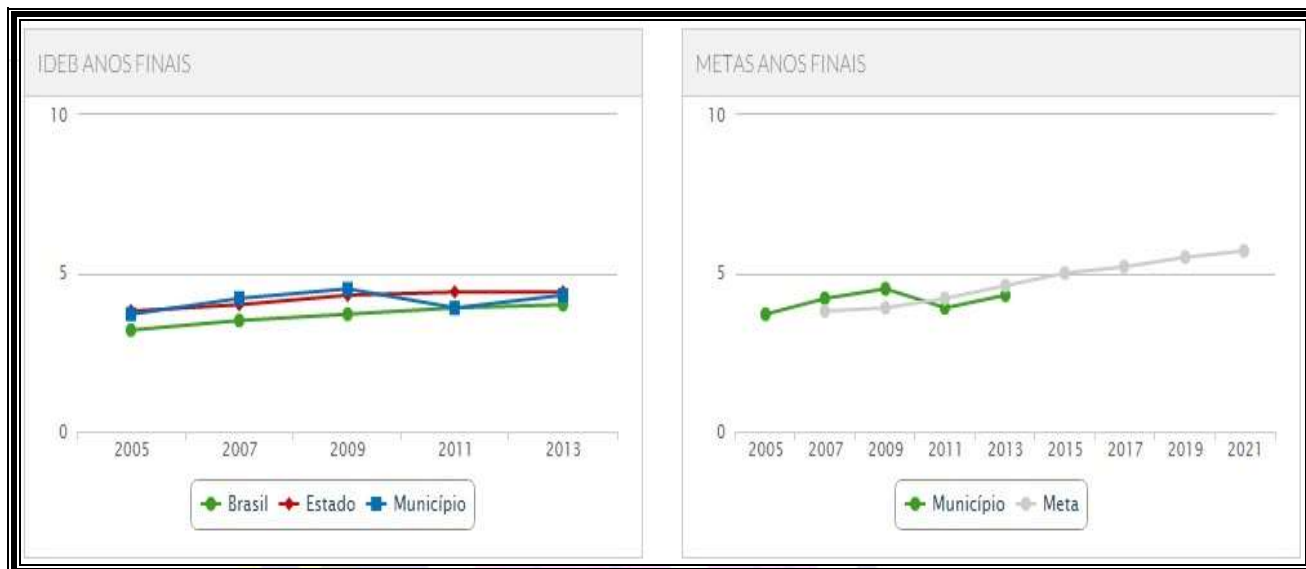


Gráfico 32 – IDEB da Rede Municipal de Ensino - anos Finais do Ensino Fundamental

Fonte: <http://convivaeducacao.org.br/platform/indicators/ideb>

2.2.2. DADOS MUNICIPAIS



Gráfico 33 - IDEB referente aos anos finais do Ensino Fundamental



2.2.3. DESEMPENHO POR PROFICIÊNCIA: PORTUGUÊS



Tabela 34 – Evolução percentual da proficiência em português do 9º ano da rede municipal de Ensino

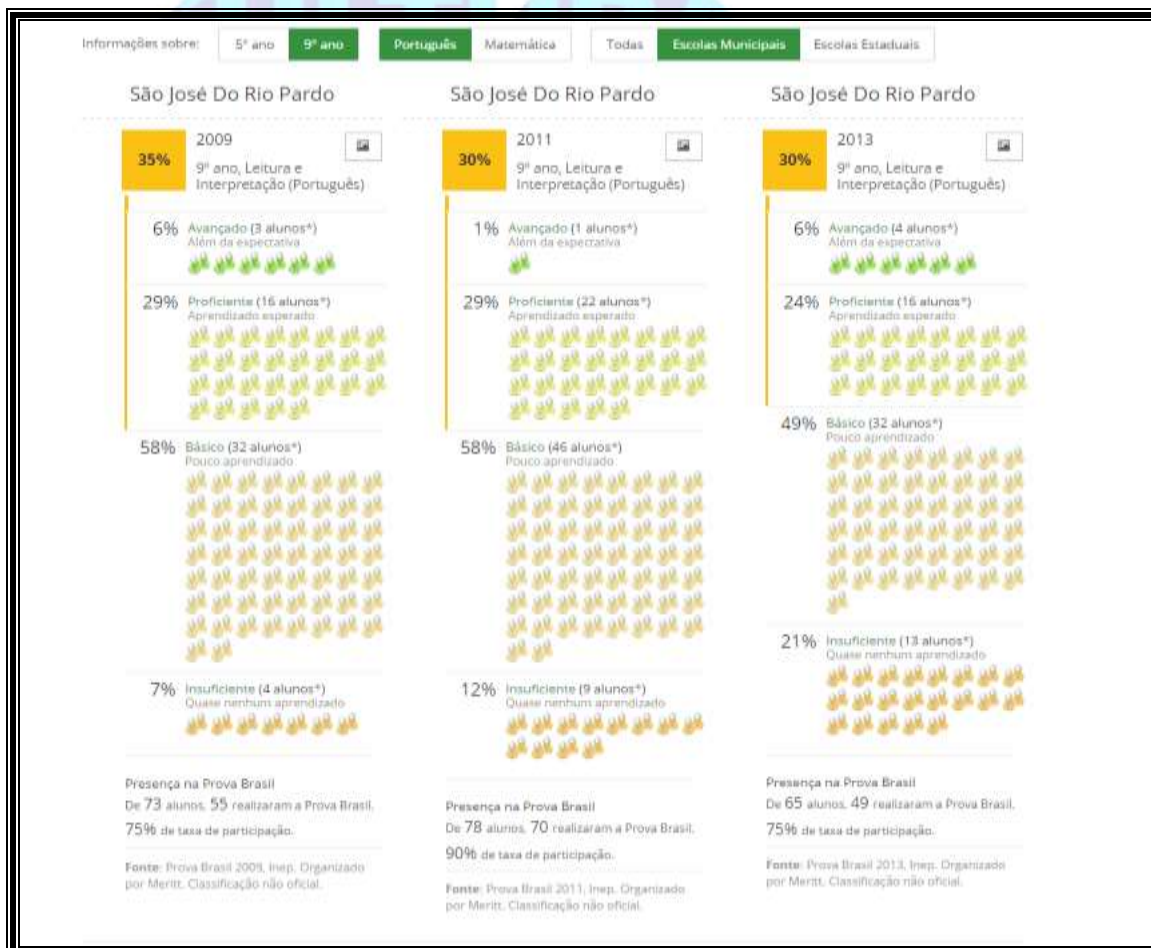


Tabela 35 – Evolução quantitativa da proficiência em português do 9º ano da rede municipal de Ensino





2.2.4. DESEMPENHO POR PROFICIÊNCIA: MATEMÁTICA

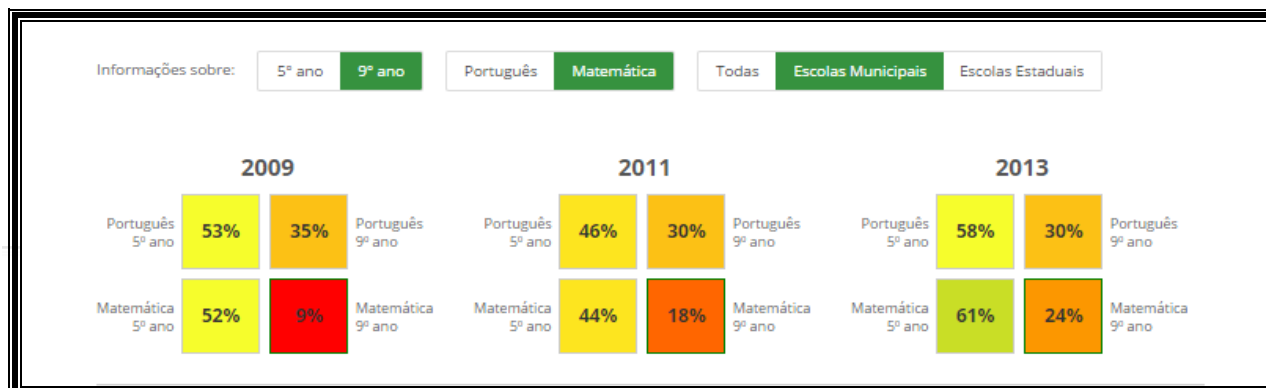


Tabela 36 – Evolução percentual da proficiência em matemática do 9º ano da rede municipal de Ensino



Tabela 37 – Evolução quantitativa da proficiência em matemática do 9º ano da rede municipal de Ensino





2.3. INDICADORES DO IDESP DA REDE MUNICIPAL DO 5º E 9º ANO

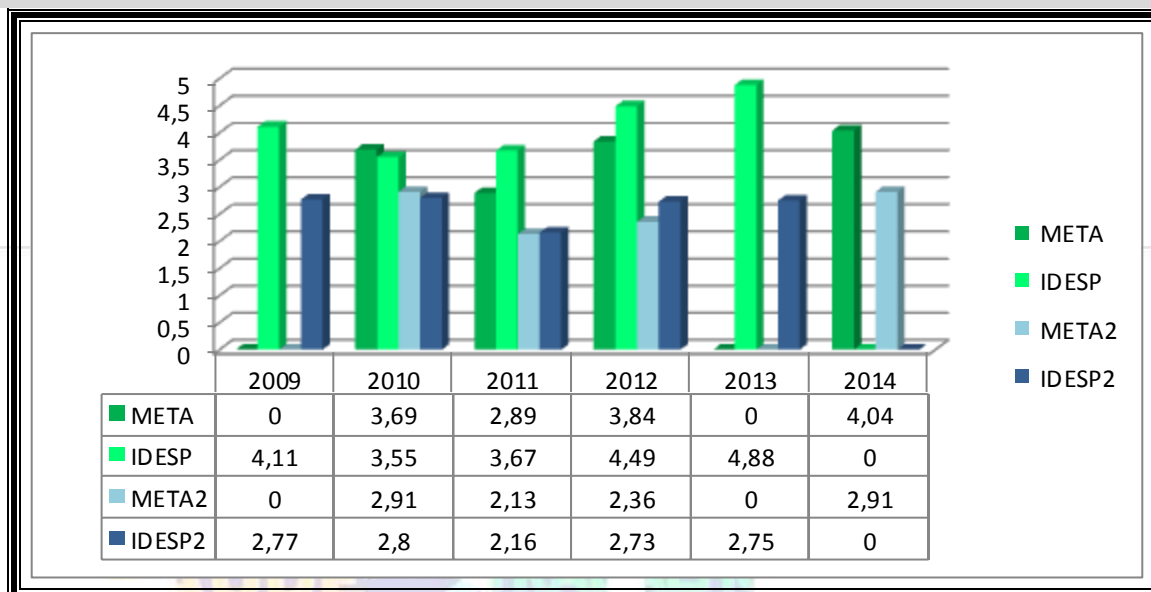


Gráfico 38 – Evolução do IDESP na Rede Municipal de Ensino – Fonte: SME

NOTA TÉCNICA – NT São José do Rio Pardo: O IDESP do ano de 2014 ainda não foi divulgado pela Secretaria do Estado de Educação.

3. PLANO DE AÇÃO

Tendo em vista que não tem sido tarefa fácil cumprir com as metas estipuladas pela avaliações externas da qual a Rede Municipal participa, se faz necessário que, a cada ano, sejam elaborados planos de trabalho pela Equipe Pedagógica da SME a partir de diagnósticos realizados e das diversas avaliações das quais o município participa. Faz parte do Plano de Ação da Secretaria Municipal da Educação um trabalho integrado entre gestores, profissionais da equipe técnico-pedagógica e corpo docente através de ações concretas que possam subsidiar a oferta de um ensino de qualidades nas escolas da rede pública municipal.

Uma dessas ações está voltada para a formação continuada dos integrantes do Quadro do Magistério e Funcionários vinculados a esta Secretaria, levando-se em conta o pensamento de que:

Essa educação continuada pressupõe a capacidade de dar vitalidade à ação, às competências, às habilidades, ao perfil das pessoas. E isso, entre outras coisas, traz uma multiplicidade de elementos, desde treinamentos até cursos de formação e especializações. E também a formação da sensibilidade, que é uma coisa central atualmente no mundo do trabalho, isto é, a facilitação de atividades que envolvam a sensibilidade estética no campo da música, da poesia, das artes plásticas, de maneira que aquele ou aquela que atue em uma empresa tenha inclusive um prazer grande pela estrutura do conhecimento em seus múltiplos níveis. (CORTELLA, 2013, p. 33)¹³

¹³ CORTELLA, Mário Sérgio. *Qual é a tua Obra: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



Sendo assim, visando o fortalecimento do trabalho coletivo de todos os envolvidos na educação municipal faz-se necessário que espaços sejam constituídos para o estudo, a reflexão sobre a prática, o acesso a novos saberes, tendo em vista que o conhecimento permanece avançando, sendo produzido trazendo aos gestores, docentes e funcionários novos desafios, novas necessidades, outro jeito de se fazer educação, uma vez que, segundo Padilha (2001):

“O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios materiais e recursos humanos disponíveis visando a concretização de objetivos em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.” (p.30)

Partindo deste pressuposto o plano de ação da equipe pedagógica da SME vem sendo elaborado em vista da importância de um trabalho que definam ações concretas que possam se antecipar aos problemas e dificuldades encontradas ao longo do ano letivo.

O eixo norteador das ações aqui propostas é o trabalho associado dos profissionais da equipe técnico-pedagógica da SME centrado na análise de situações, tomadas de decisão sobre possíveis encaminhamentos, e decisões coletivas que propiciem condições de desenvolvimento pedagógico das escolas, visando melhor e mais eficiente desempenho do trabalho didático-pedagógico e a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem. Para a construção e revisão dos planos de ações, cada ano, são levadas em conta três dos diversos seguimentos que compõem a realidade da escola, ou seja, a equipe gestora, docentes e discentes, sendo que o trabalho direto será com os dois primeiros, sempre voltado para melhor atender o terceiro, ou seja, os alunos.

O trabalho em conjunto com os professores-coordenadores contribuirá muito para que as atividades aqui propostas sejam colocadas em prática. A construção de um plano não pode ser estática, portanto, adaptações poderão ser feitas no decorrer do período, sendo assim, subentende-se que a finalidade principal do plano de ação, ora evidenciada, não descarta as possibilidades de revê-lo sempre que necessário, para assim construir-se um ensino dinâmico, eficaz e congruente.

3.1. OBJETIVO GERAL:

Integrar e articular as ações didático-pedagógicas das escolas da rede municipal de ensino, de acordo com as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal da Educação, respeitadas as legislações em vigor.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Propor a formação dos gestores em serviço;



- Favorecer a formação continuada dos docentes;
- Realizar processos de avaliação institucional das escolas;
- Acompanhar o desempenho dos alunos e das escolas;
- Capacitar os gestores para análise e interpretação dos resultados da avaliação institucional e de desempenho dos alunos (interna e externa);
- Subsidiar a equipe escolar para a utilização dos resultados da avaliação como alavanca de novas propostas de ensino e aprendizagem;
- Promover a autonomia das escolas;
- Incentivar a construção coletiva da Proposta Pedagógica;
- Priorizar a gestão pedagógica como otimizadora da função social da escola;
- Otimizar o Projeto de Apoio Pedagógico;
- Estudar e refletir projetos de educação inclusiva;
- Focar ações no processo de alfabetização e letramento;
- Acompanhar a implantação e implementação dos Projetos da SME.
- Estabelecer parcerias;
- Desenvolver projetos MEC e\ ou SEE;
- Realizar estudos e pesquisas em benefício da qualidade do ensino.

3.3. AÇÕES QUE VEM SENDO DESENVOLVIDAS:

- 1- Orientação e formação em serviço dos Professores Coordenadores;
- 2- Formação Continuada dos docentes;
- 3- Formação Continuada para Gestores;
- 4- Acompanhamento das escolas, especialmente para intervenção no processo de ensino-aprendizagem;
- 5- Elaboração, acompanhamento e avaliação dos projetos da SME;



Imagem 26 – Planejamento em Rede - 2013



6- Elaboração e aplicação de avaliações institucionais, analisando e interpretando os resultados da avaliação institucionais e do desempenho dos alunos para alavancar novas propostas de ensino e aprendizagem.

3.4. AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA

3.4.1. FORMAÇÃO EM SERVIÇO DOS PROFESSORES COORDENADORES:

Um dos grandes desafios enfrentados pela a equipe gestora é o fortalecimento do trabalho coletivo. Para tanto o papel do Professor Coordenador é fundamental.

O objetivo da formação dos professores coordenadores é orientá-los no sentido de implementar, coordenar e articular as ações pedagógicas, desempenhando o papel de formador junto aos professores, dando-lhes condições para que sua prática pedagógica proporcione o avanço nas aprendizagens dos alunos.

- Reuniões pedagógicas semanais na SME;
- Projeto compartilhar;
- Cursos e palestras oferecidos pela



SME

- Semana da Educação
- Cursos de Extensão
- Congressos

Imagem 27 - Encontros Semanais

Imagem 28 – Estudo dos referenciais da Provinha Brasil



3.4.2. FORMAÇÃO DE GESTORES

Tendo em vista que a gestão escolar vem ganhando espaço nos discursos sobre a melhoria na qualidade da educação, principalmente a pública e, se tomarmos a mesma, segundo LÜCK (1981) enquanto ação voltada para uma visão global da escola e dos problemas educacionais, bem como a visão estratégica de conjunto podendo interligar, tal como uma rede, os problemas, suas causas e possíveis encaminhamentos, tornando-se um meio e não um fim em si mesmo, já que o objetivo maior é a aprendizagem dos educandos sob sua responsabilidade, se faz necessário que estes profissionais tenham garantido um espaço para a sua formação continuada.

Pensando assim a SME vem realizando encontros que possibilitem às gestoras momentos nos quais possam atualizar-se quanto às legislações, ampliar seus conhecimentos sobre os assuntos pertinentes ao funcionamento dos conselhos, à gestão de pessoas, os processos de ensino aprendizagem entre tantos outros aspectos que envolvem a gestão das escolas.

Atualmente vem sendo desenvolvido o Encontro de Gestoras através de reuniões mensais através dos quais ocorrem estudos, análises, reflexões e muita troca de experiências.



Imagens 29 e 30: Encontro de Gestoras: orientações gerais e estudos





Imagem 31 – Encontro de Gestoras – Dinâmica

3.4.3. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES:

- HTPC
- Encontros realizados pelas coordenadoras e diretores nas instituições.
- Agrupamentos de estudo do ler e escrever;
- Cursos de Extensão;
- Participação em Semanas de Estudo e Congressos;
- Orientações do Projeto Educação em Saúde Ambiental:

Justificativa: Considerando os crescentes números de doenças ocasionadas pelo desequilíbrio ambiental e a falta de conhecimento e desatenção da população em geral com sua vida e de sua comunidade, surge a necessidade de aprofundar e intensificar ações educativas de promoção e prevenção à saúde ambiental nas escolas municipais para a transformação de hábitos e resolução de problemas.

Objetivos: Desenvolver ações preventivas e educativas em saúde ambiental, proporcionando informações sanitárias, visando, à qualidade de vida das famílias e a diminuição dos impactos ambientais.



Público alvo – todos os professores

Responsável – Maria Ângela Dalbon Salvador

- Projeto Compartilhar

Justificativa: Considerando que o trabalho em rede pressupõe um diálogo entre todos os envolvidos e, que falando sobre o que faz é possível entender melhor o que é feito e, que a fala do outro faz eco em quem ouve, tal projeto constitui-se em espaço no qual seja possível falar sobre a prática, compartilhando-a, e entrar em contato com as práticas compartilhadas. Atualmente vem sendo realizado com professoras e coordenadoras de Creche, mas já foi realizado por todos os segmentos da educação municipal.



Imagem 32 - Projeto Compartilhar – 2012

Troca de experiências entre os Professores do Ensino Fundamental II



Imagem 33 - Projeto Compartilhar – 2012 - Festa dos Anos 60



Imagem 34 – Projeto Compartilhar 2012 – Compartilhando Projetos



Imagem 35 - Abertura do Ano Letivo de 2013 – Palestra com o Profº Luiz Arcúrio Jr – FEUC



Imagem 36 - Abertura do Ano Letivo de 2014 – Palestra com o Psicólogo Ângelo Missura Neto



Imagem 37 – Palestra sobre Autismo, com Anita Brito e Nicolas Brito Sales – maio de 2015



Imagem 38 – Público presente na Palestra sobre Autismo – maio de 2015

3.4.4. – A SEMANA DA EDUCAÇÃO

Integra o Plano de Formação Continuada, além da oferta cursos de formação inicial, de especialização e extensão, momentos nos quais todos sejam chamados a refletir sobre temas contextualizados às práticas do dia a dia, que é o propósito maior da Semana da Educação.

A Semana da Educação idealizada pela Secretaria Municipal da Educação em sua quarta edição este ano, vem afirmando a necessidade de encontros para refletir sobre a educação e para cultivar o diálogo com gestores, professores, funcionários da educação e especialistas de outras instituições, de outras faculdades e das universidades, tendo em vista a complexidade que é a área educacional, como afirma CORTELLA:

Ao pensar na Educação no século XXI, uma encrenca muito séria se anuncia. Algumas Escolas, alguns educadores, vez ou outra, nos deixamos levar por uma armadilha: achamos que já sabemos, que já conhecemos que a melhor maneira de fazer é como já fazíamos. E deixamos de lado algo que nos alerta. Arrogância é um elemento muito perigoso em Educação. Nossa área é muito complexa para que achemos que ela possa ser simplificada. (CORTELLA, p. 21)¹⁴

Por ser uma Semana de Estudos voltada para a Rede Municipal de Ensino volta-se, sobremaneira, para os aspectos locais, contribuindo para aprimorar as formas de enfrentamento das desafiadoras questões do cotidiano escolar. Neste sentido gestores, professores e demais

¹⁴ _____. *Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas culturas*. São Paulo: Cortez, 2014)



profissionais da rede municipal de ensino inscrevem-se no debate sobre a importância da integração da comunidade educativa, evidenciando questões relacionadas ao convívio, os diversos tipos de conhecimentos envolvidos na prática educativa, os saberes específicos, o trabalho coletivo, a inclusão, a ressignificação de conceitos, materiais, estratégias didáticas e novas tecnologias. Este debate faz-se necessários tendo em vista que contamos com uma nova configuração de mundo, de homem, de sociedade e, conseqüentemente, uma nova configuração de educação, de ensino e aprendizagem.

Diante deste contexto faz-se necessário construirmos espaços de reflexão, nos quais possamos repensar nossos valores, ir em busca de novos; construir novos saberes; estabelecer novas relações com o conhecimento; restabelecer o diálogo com o indivíduo e a comunidade tanto do entorno quanto de outras esferas, como forma de concretizar o ideal de “Educação para Todos”, sem exceção.

OBJETIVOS DA SEMANA DA EDUCAÇÃO:

- Envolver gestores, professores e funcionários às meditações inquietas sobre a aventura da educação na viagem contemporânea;
- Proporcionar aos participantes oportunidades de complementar sua formação, refletir sobre sua prática e construir novas intervenções inclusivas;
- Ressaltar a urgência e discutir os meios para que o sistema de ensino abandone a sua já tradicional tendência ao isolamento, com o fito de se alcançar um nível satisfatório no patamar das discussões sobre a natureza dos problemas educacionais que nos envolvem;
- Enfatizar a importância da educação continuada para o mundo atual que, permanentemente, solicita a elevação da qualificação profissional requerida pelo setor produtivo e pela vida moderna em geral;
- Reconhecer na educação básica o propósito maior de desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Como instância de criação de conhecimento e serviços à comunidade, além de nossa vocação principal que é o ensino.



Imagem 39 – 2ª Semana da Educação 2012 – Oficina de Imagem e História com o Profo Marcos de Martini, da FEUC.



Imagem 40 – Público presente na abertura da 3ª Semana da Educação - 2013



Imagem 41 – Palestra de abertura da 3ª Semana da Educação – 2013 – Ângelo Missura Neto



Imagem 42 – Semana da Educação 2014 – Professores, Dalmir Sant'anna e Rosita Edler

3.4.5. – PRÓ- LETRAMENTO – AÇÃO/REFLEXÃO/AÇÃO

O Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação – foi um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O Programa será realizado pelo Ministério da Educação (MEC), Universidades Parceiras (UNICAMP) e com a adesão do nosso



município.

O desenvolvimento deste programa levou em consideração a formação continuada como direito e necessidade à profissionalização dos docentes implicando em uma transformação cultural e política, no sentido de priorizar a educação e a permanente qualificação de seus agentes nos investimentos e planejamentos públicos de oferta de educação escolar.

Portanto, desde a formação inicial e a partir dela, foi e é importante que a aprendizagem profissional continue, não apenas porque o conhecimento permanece avançado, sendo produzido, mas também porque a profissão e o trabalho de ensinar trazem novas necessidades ao professor. É nesse cenário que se insere a **formação continuada**.

O Pró-Letramento funcionou na modalidade semipresencial, utilizado material impresso e em vídeo e, também, contou com atividades presenciais e a distância, que foram acompanhadas por professores orientadores, também chamados tutores.

Nossas professoras orientadoras/tutoras foram:

- Adriana Baldo – em Matemática
- Leila Rose dos Santos – em alfabetização e Linguagem

3.4.6. – FORMAÇÃO CONTINUADA DO PNAIC- PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

A criança deve estar alfabetizada ao final do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental, que nos termos da Lei nº11.274/96 (que ampliou o ensino fundamental obrigatório para 9 anos, com início aos 6 anos de idade), se consolida aos 8 anos de idade.

Essas crianças têm direito de se apropriar do Sistema Alfabético de Escrita (SAE) e de outras linguagens das diversas áreas do conhecimento de forma autônoma, de participar de situações de leitura, de escrita, de pesquisa, investigação e resolução de situações problemas. Aquelas que não adquirem tal autonomia, acabam por apresentar dificuldades para dar continuidade ao processo de escolarização e de participar de várias situações extraescolares.

O ciclo de alfabetização deve garantir a inserção da criança na cultura escolar, bem como a aprendizagem da leitura e da escrita e a ampliação de seu universo de referências culturais, nas diferentes áreas do conhecimento.

Para melhor garantir o direito de aprender às crianças do Ciclo de Alfabetização foi firmado um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao



final do 3º ano do ensino fundamental.

As ações do Pacto apoiam-se em quatro eixos de atuação:

1. Formação Continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
2. Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
3. Avaliações sistemáticas;
4. Gestão, mobilização e controle social.

A formação continuada de professores alfabetizadores prevista pelo Pacto se dá por meio de um curso, que apresenta uma estrutura de funcionamento na qual as universidades, secretarias de educação e escolas devem se articular para a realização do processo formativo dos professores alfabetizadores atuantes nas escolas, nas salas de aula. Essa estrutura é composta, inicialmente, por dois grupos de professores: formadores e orientadores de estudo. A ação destes incide sobre um terceiro grupo, o dos Professores Alfabetizadores, que trabalha diretamente com as crianças que são o objetivo maior do programa. O Professor Formador, profissional selecionado por universidades públicas brasileiras, realiza a formação dos Orientadores de Estudo. O Orientador de Estudos, por sua vez, selecionado pelos municípios, a partir de critérios estabelecidos pelo MEC, organiza, com base nos mesmos princípios formativos, a formação dos Professores Alfabetizadores, atuantes nos três primeiros anos, em escolas públicas de diversas regiões do País. Esse tripé, formado pelos três grupos de professores, mobilizará diferentes saberes que se materializarão em práticas escolares que devem resultar em conhecimentos efetivos para as crianças. A Formação Continuada dos Professores Alfabetizadores do PNAIC foi organizada em dois anos de duração. Em 2013, a ênfase foi em Linguagem e em 2014 em Matemática.

Os professores foram atendidos em seus municípios pelos orientadores de estudo em encontros presenciais ao longo do ano letivo que totalizaram 80 horas distribuídas em oito unidades. No total são computadas as 80 horas relativas às unidades trabalhadas, mais 08 horas de seminário final e 32 horas de estudo e atividades extras sala, totalizando 120 horas de Alfabetização e Letramento e 120 horas de Alfabetização Matemática.

O curso foi estruturado para permitir a melhoria da prática docente. Por isso, conteve algumas atividades permanentes, como a retomada do encontro anterior, com socialização das atividades realizadas, de acordo com as propostas de trabalho em sala de aula planejadas, análise de atividades destinadas à alfabetização e planejamento de atividades a serem realizadas nas aulas seguintes ao encontro.

Os professores alfabetizadores receberam uma bolsa de estudo paga pelo FNDE, via Sistema



Geral de Bolsas (SGB), durante a duração do curso. Ela serve como uma ajuda de custo para viabilizar a participação nos encontros presenciais.

Para as ações de gestão e mobilização do programa existe em cada município um coordenador do PACTO.

Dados sobre a formação:

Número de professores alfabetizadores envolvidos em 2013: 40 .

Número de professores alfabetizadores envolvidos em 2014: 32.

Número de Professores Orientadores :02 ⇒ Danila Rogério Silvério e Marily Ananias Cremasco

Distribuição de dias da formação: encontros presenciais aos sábados.



Imagem 43 – Atividades de Formação do PNAIC e aplicação



4. – AS CRECHES EM SÃO JOSE DO RIO PARDO: BREVE HISTÓRICO

As creches no Município de São José do Rio Pardo surgem em 1961 acompanhando a crescente participação da mulher na renda familiar e da necessidade da reorganização da família, buscando alternativas que propiciassem um atendimento a seus filhos.

A inauguração da primeira creche aconteceu no dia 29/07/1961, devido aos incessantes esforços da vereadora Alexandra Olga Pourrat Campos, localizada na Rua Tarquínio Cobra Olyntho, s/nº, Bairro Vila Pereira. Composta por um pavilhão com quatro salas, secretaria e três banheiros.

A creche começou a funcionar com apenas dezessete crianças e com inúmeras dificuldades. “O leite chegava regularmente, o mais tinha que ser comprado”. As verbas municipais eram insignificantes e as doações dos “Amigos da Creche”, irrisórias.

Olga lutava por um convênio entre a ARAM (Associação Rio-pardense de Assistência ao Menor) e a Secretaria do Estado. Não desanimava mesmo afogada em papéis e perdida nos trâmites da burocracia.

(...) Primeiro aniversário da Creche São Paulo chegou em junho, com farta mesa de doces às crianças e às mães. O jornal resenha comentando a festa, assim concluiu: “Relevantes serviços presta esta instituição às mães que trabalham, abrigando, alimentando e educando 26 crianças de 3 meses a 5 anos”. DEL GUERRA, in Registros do Baú Provinciano, p.76-78, 2.000.

Decorrente da crescente demanda de crianças e inspiração de Olga havia a necessidade de construir novas creches e prosseguindo este processo de construção, os espaços internos ainda não eram específicos, além disso, atendiam somente as mães que apresentassem um comprovante de trabalho assinado por um empregador. As creches passaram a fazer parte de um sistema integrado de ensino, através de professores concursados da rede municipal de educação, conferindo-lhes assim mais que o assistencialismo, um caráter educacional.

No início, os espaços internos não eram específicos. As pessoas que trabalhavam nas creches eram denominadas como pajens de creche, e não era exigida formação mínima para trabalhar.

O grupo de crianças atendidas por cada pajem variava em média de 40 a 50 crianças, sendo esse um dos fatores para que não fossem desenvolvidos trabalhos pedagógicos de fato.

Atualmente as creches deixaram de ser um direito da mãe trabalhadora e passou a ser um direito da criança desde o seu nascimento, esse direito está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96.



Diante de tais mudanças a creche passa por uma mudança na sua concepção. Em vez de serem consideradas como ação de assistência social ou de apoio às mulheres trabalhadoras, estas instituições passam a fazer parte de um percurso educativo que deve se articular com os outros níveis de ensino formal e se estender por toda a vida. Mas a primeira etapa deste percurso orienta-se não para conteúdos ou o conhecimento formal. Antes de tudo, a educação infantil deve atuar sobre dois eixos fundamentais: a interação e a brincadeira. A proposta pedagógica e as atividades devem considerar estes eixos. O ambiente escolar também deve refletir esta preocupação. A indicação é que o espaço seja dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos.

Não há uma regulamentação específica sobre como devem funcionar as creches, valendo para elas as mesmas diretrizes da segunda etapa da educação infantil. No entanto, a legislação diz que a matrícula só é obrigatória a partir dos quatro anos. Antes disso, a frequência à creche é uma escolha da família e uma oportunidade garantida pelo Estado. Devem contar com a presença de profissionais da educação em seus quadros de pessoal e estão sujeitas à supervisão pedagógica do órgão responsável pela administração da educação.

Atualmente o município conta com nove creches Municipais, sendo três filantrópicas, estas por sua vez, integrando um sistema de ensino e aprendizagem, por meio de professores concursados da rede municipal de São José do Rio Pardo. Acompanhando esse processo de aprimoramento da educação, as funcionárias (pajens) que anteriormente eram encarregadas apenas do cuidar, hoje fazem parte do contexto educacional da Instituição exercendo a importante função de Auxiliar do Desenvolvimento Infantil – A.D.I.

4.1. – CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

O verdadeiro sentido da Educação Infantil deve ser o de contribuir para o desenvolvimento da criança a fim de que esta se realize em todas as possibilidades humanas características do período de desenvolvimento que se encontra, além de prepará-la para enfrentar as outras fases de sua vida.

— A criança com quem trabalhamos é entendida como um ser social e histórico que necessita ser respeitada e valorizada nas instituições de Educação Infantil. Ela não é um “vir-a-ser”: ela é desde sempre uma pessoa, um ser pensante, pulsante, que tem o direito de viver com plenitude cada instante de sua vida.

A Educação Infantil tem como objetivos:

I - Atender as necessidades psicossociais da criança criando condições favoráveis para o seu



desenvolvimento global;

II - Contribuir para o desenvolvimento da criança a fim de que ela realize todas as potencialidades características do período de desenvolvimento em que ela se encontra, quer individual ou em grupo,

III - Suprir as necessidades dos nossos alunos, entendendo a importância dos primeiros anos para ávida futura da criança.

Portanto, espera-se com o trabalho realizado que a criança consiga:

- Ter autonomia;
- Ser pesquisador;
- Utilizar o conhecimento em situações desafiadoras;
- Aprender a aprender;
- Manejar, criativamente com a lógica, raciocínio, argumentação, dedução e indução;
- Ser capaz de trabalhar em equipe;
- Ser empreendedor;
- Ser cooperativo;
- Ser ético;
- Ter responsabilidade com a manutenção do meio ambiente.

4.2. – A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Os conteúdos a serem trabalhados têm em vista *a interação das áreas psicomotora, com a construção de conhecimento e atitudes, e com as características e especificidades do universo infantil*. As dimensões motoras, cognitivas, afetivo-social e a formação de hábitos, juntas, compõem os conteúdos pedagógicos básicos próprios da faixa etária das crianças da Creche.

O modo como são organizados esses conteúdos, girando em torno de um tema, ou projeto, privilegiando sempre o contexto lúdico, reconhecem as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e conviver consigo mesmos, com os outros e com o meio ambiente de maneira integrada e gradual.

Nesta perspectiva, as brincadeiras, espontâneas ou dirigidas, o uso de materiais diversos, a música, o jogo, a dança, as diferentes formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento caracterizam as várias maneiras de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças.



4.3. – A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

As atividades pedagógicas são organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde a chegada das crianças na Creche até o momento de saída, quando seus pais/responsáveis retornam de sua jornada diária de trabalho. O cotidiano da Creche é composto de atividades que envolvem:

- Recepção e saída das crianças;
- Cuidado de higiene e repouso;
- Alimentação balanceada e adequada às diferentes faixas etárias e às necessidades da clientela;
- Atividades de recreação livre nas salas e no espaço externo;
- Atividades pedagógicas educativas dirigidas e parcialmente dirigidas, tanto nos espaços internos como externos utilizando materiais e locais apropriados para tal fim.

Toda e qualquer atividade vivenciada na Creche tem sua importância para a criança. Do ponto de vista didático destacamos:

a) Brinquedos e brincadeiras. Tem como objetivo desenvolver as habilidades de forma lúdica e prazerosa. É o aprender brincando, usando o objeto, a arte, a música com o intuito de expressão e de socialização.

b) Atividades Livres. É o momento de permitir e possibilitar que a criança manifeste seu simbolismo, seu imaginário, entrando no seu mundo do faz de conta, de descobertas e imitações. É o momento de interação direta com os outros colegas de diferentes idades, e de descobrirem afinidades e diferenças promovendo assim seu aprendizado individual e social.

c) Hora do conto. Este momento é propício para despertar nas crianças o gosto pela leitura, o prazer de folhear um livro e admirar as figuras que nele contém. Ouvir uma narração, incentivando assim o uso da linguagem e a imaginação das crianças para as lendas e histórias infantis, trazendo fascínio e deixando fluir seu imaginário e o simbólico.

d) Passeios. Ao planejar as atividades que serão vivenciadas pelas crianças, pensamos em tudo que possa ser prazeroso e ao mesmo tempo educativo e enriquecedor. O passeio faz parte destas atividades como complemento ou culminância de um determinado projeto, como por exemplo, na semana da criança que se programa passeio em um parque infantil externo, ou quando se estuda animais que se programa uma visita ao zoológico.



4.4. – AS CRECHES MUNICIPAIS:

4.4.1. – CRECHE EMEB “JÚLIO POSSEBON”



A Creche EMEB “Júlio Possebon” foi criada através do Decreto nº 1689 01/08/1985 e inaugurada em 21 de julho de 1985.

Foi construída pela Prefeitura Municipal em convênio com o Serviço de Obras Sociais – SOS; através do programa CIIN – Centro Infantil de Intervenção Nutricional.

O patrono é o Senhor Júlio Possebon, benemérito cidadão rio-pardense que foi mantenedor e presidente do Asilo “Lar de Jesus” por várias décadas.

Do início das atividades, a instituição atendeu crianças de 6 meses a 7 anos divididas em agrupamentos de Berçário, Mini-Maternal, Maternal, Jardim I e Pré-Escola até 2008. Em 2009 com a reformulação do MEC, passou a atender crianças até 4 anos.

Em 2014, foi ampliado o atendimento com a criação de 1 classe de Fase II, atendendo a reivindicação da comunidade.

Atende atualmente a 126 crianças de 0 a 5 anos.

4.4.2 – CRECHE EMEB “MARIA FRANÇA TORRES”



Esta instituição de ensino foi inaugurada em 19/12/1987, começando a funcionar no ano seguinte no dia 11/01/1988.

Atende atualmente 122 alunos de 0a 4 anos.

Pequena biografia: Maria França Torres nasceu na antiga Cascavel, hoje

a cidade de Aguaí, residiu em Casa Branca, mas passou praticamente toda a vida em São José do Rio Pardo. Foi casada com o Sr. Lupércio Torres, prefeito de nossa cidade em duas ocasiões, com



que teve os filhos: Marcos, Lupércio, Maria Elizabeth e Silvio.

Trabalhou por São José, e entidades assistenciais, tanto na época em que seu marido era prefeito, como em outras. Foi fundadora e presidente do S.O.S., do Clube dos Engraxates – Guarda Mirim e posteriormente, atuou no Asilo Padre Euclides, participou da comissão permanente de arrecadação de fundos para a construção da atual Igreja Matriz de São José, juntamente com outras pessoas.

4.4.3 – CRECHE EMEB “ALICE VILLELLA PEREIRA DIAS”



Esta instituição de ensino foi criada através do decreto 1530, de 1/3/1982 e inaugurada em setembro de 1992, com o nome de “Creche Vale IV”, sendo reinaugurada em 19/03/1998, passando a se denominada Creche e Emeb” Alice Villella

Pereira Dias” através da Lei 2.193/97 de 21/10/1997.

Atende atualmente 78 crianças de 0 a 4 anos.

Pequena bibliografia: Alice Villella Pereira Dias, nasceu em Casa Branca, filha de Sebastiana, precocemente falecida, e de José Villella de Andrade, bravo educador.

Aos dezoito anos, formou-se professora na escola normal de sua cidade, conquistando o direito de realizar o seu sonho de educar, instruir crianças e direcioná-las à transformação em seres humanos de caráter inabalável e de boa conduta pessoal e familiar.

A Dona Alice, carinhosamente assim chamada, transferiu-se de Casa Branca para esta cidade, onde começou a lecionar no grupo escolar “Dr. Cândido Rodrigues”. O remanejamento de magistério de casa Branca para São José proporcionou à Dona Alice a possibilidade de conhecer o seu futuro esposo, Antônio Pereira Dias, com quem se casaria em pouco tempo de relacionamento afetivo.

O seu marido Antônio Pereira Dias tinha vocação á politica, de vereador foi a prefeito por duas gestões, e Dona Alice, mesmo avessa à politica, abraçou todos os compromissos do esposo e como primeira dama trabalhou nas áreas sociais e filantrópicas, acobertando mais de onze obras assistências.



Com o fim do último mandato de prefeito, em 1972, Antônio Pereira Dias e Dona Alice, herdaram a abnegada incumbência de dar continuidade ao trabalho assistencial dirigindo, por 16 anos, o Asilo Padre Euclides Carneiro.

4.4.4 – CRECHE EMEB “NATAL BORTOT”

Criada através da lei N° 1.938, de 27 de Abril de 1995, ficando atribuído o nome do Senhor



NATAL BORTOT á Creche do CAIC - Centro de Atendimento Integral à Criança, localizada no Conjunto Habitacional Carlos Cassuci, desta cidade.

Foi inaugurada em 18 de março de 1995.

Atende atualmente 105 crianças

de 0 a 4 anos.





4.4.5 – CRECHE EMEB “Prof.^a BENEDITA DOS REIS APOLINÁRIO”

Esta instituição de ensino foi criada através do decreto nº 2.615 de 16 de maio de 1994, com o nome



de EMEI Domingos de Syllos, sendo que em 26 de outubro de 2003, mudou para o novo prédio onde passou a ser denominada Creche EMEB “Prof.^a Benedita dos Reis Apolinário”.

Tende atualmente 97 crianças entre 0 e 5 anos.

4.4.6 – CRECHE EMEB “GILDA ZANETTI MANSANO”



Esta instituição de ensino recebeu esse nome em 07 de Abril de 2008. O prédio foi construído a Avenida Benedita dos Reis Sigliano, Bairro Buenos Aires, e na data de 10 de novembro de 2009, foi inaugurada para atender a demanda de crianças de zero a cinco

anos a qual é mantida pela Secretaria Municipal da Educação. Atribuição de código C.I.E., criada pelo decreto n 3811 de 10/11/2009.

Atende atualmente 194 crianças de 0 a 5 anos.

Pequena biografia: Gilda Zanetti Mansano nasceu em 04/03/1928 e faleceu em 30 de maio de 2002. Casada, mãe de sete filhos (quatro mulheres e três homens), teve quinze netos e três bisnetos.

Sempre priorizou em sua vida a generosidade e o amor ao próximo. Viveu na área rural de São José do Rio Pardo, nas proximidades do Sítio Novo. Ali desenvolveu vários trabalhos de



caridade, sempre ajudava os mais necessitados com doações de alimentos a todos que a ela recorriam.

Proprietária de um estabelecimento comercial assistia àqueles que não possuíam poder de compra, suprimindo a parte que lhes faltava. Sempre bondosa com os pequenos, era conhecida como “Madrinha das Crianças”. Acolhia também aqueles que por ali viviam, em sua residência, oferecendo-lhes refeições com recursos próprios. Mediante a este exemplo de altruísmo, mais que justa esta homenagem à D. Gilda, a qual empresta seu nome e exemplo a esta nova instituição de atendimento às crianças, a Creche/ EMEB “Gilda Zanetti Mansano”.

5 – AS ESCOLAS MUNICIPAIS

As escolas municipais atendem atualmente 2.393 alunos, em 10 escolas, divididos entre educação infantil, ensino fundamental I e II, e EJA – educação de jovens e adultos.

A organização e o desenvolvimento do Ensino nas escolas municipais compreende um conjunto de medidas destinadas à consecução dos objetivos estabelecidos na proposta pedagógica da escola e, em conformidade com seu modelo de organização, mantem os seguintes níveis e modalidades de Educação Básica:

- A. Educação Infantil;
- B. Ensino Fundamental;
- C. Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A. Educação Infantil

Constituindo-se na primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade e é oferecida em:

- Creches ou entidades equivalentes, para crianças de até 03 (três) anos de idade;
- Pré-escolas, para crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade.

As atividades e os conteúdos trabalhados referem-se aos âmbitos de experiências ligadas ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, e à ampliação do seu universo cultural.

A ação educativa é orientada pelas características do desenvolvimento infantil e centrada na ludicidade e nas atividades próprias das crianças e objetivam que as crianças possam adquirir conhecimentos e valores que favoreçam sua integração na sociedade sendo organizadas em fases com base na idade, sendo a data de corte 30 de junho.

O curso de educação infantil tem por objetivos:



- I- Garantir um desenvolvimento harmônico e global da criança;
- II- Possibilitar o exercício da autonomia, desenvolvendo o espírito de cooperação na escola e na sociedade;
- III- Garantir que a criança explore sua imaginação e sua capacidade de expressão e criatividade;
- IV- Oferecer condições para que a criança amplie seu conhecimento do mundo, incentivando-a no sentido da investigação, curiosidade e pesquisa.

Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

B. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, com duração mínima de 09 (nove) anos, tem por objetivo a formação básica do cidadão visando garantir aos educandos a apropriação de conhecimentos básicos, sistematizados e significativos, incorporando suas experiências sociais e culturais, num processo de ampliação de sua capacidade de elaboração, compreensão e representação da realidade na perspectiva de transformá-la.

A formação básica do cidadão será efetivada mediante:

- I- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores;
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental, com a finalidade de garantir a todos o direito público subjetivo de acesso, permanência e sucesso será ministrado em regime de anos, sujeito a retenção e está na seguinte conformidade:

- I- Ensino Fundamental I, correspondente aos cinco anos iniciais (1º ao 5º ano);
- II- Ensino Fundamental II, correspondente aos quatro anos finais (6º ao 9º ano);

C. Educação de Jovens e Adultos

A educação de Jovens e Adultos no município de São José do Rio Pardo destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria nos termos da Lei Federal 9394, de 20 de dezembro de 1996 e equivale às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental observada a legislação específica.



A EJA possui organização semestral, com dois anos de duração e é dividido em quatro períodos letivos, com um mínimo de cem dias letivos e quatrocentas horas/aula, e cada período letivo do curso supletivo denomina-se “termo”.

São Objetivos da educação de jovens e adultos:

- I- Proporcionar aos alunos suplência da escolaridade regular para os que não a tenham seguido ou concluído em idade própria, bem como para aqueles que não tiveram acesso aos estudos;
- II- Proporcionar a adaptação dos alunos ao trabalho intelectual, através das disciplinas próprias do curso e das pesquisas, preparando-os, inclusive, para prosseguimento de estudos;
- III- Proporcionar aos alunos o acesso a pesquisas e instrumentos de estudo que lhes possibilitem a contínua integração às situações novas da vida moderna.

5.1 – CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

Correspondendo à base nacional comum, ao longo do processo básico de escolarização, a criança, o adolescente, o jovem e o adulto devem ter oportunidade de desenvolver, no mínimo, habilidades segundo as especificidades de cada etapa do desenvolvimento humano, privilegiando-se os aspectos intelectuais, afetivos, sociais e políticos que se desenvolvem de forma entrelaçada, na unidade do processo didático.

Organicamente articuladas, a base comum nacional e a parte diversificada são organizadas e geridas de tal modo que também as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. Ambas possuem como referência geral o compromisso com saberes de dimensão planetária para que, ao cuidar e educar, seja possível à escola conseguir:

- I – ampliar a compreensão sobre as relações entre o indivíduo, o trabalho, a sociedade e a espécie humana, seus limites e suas potencialidades, em outras palavras, sua identidade terrena;
- II – adotar estratégias para que seja possível, ao longo da Educação Básica, desenvolver o letramento emocional, social e ecológico; o conhecimento científico pertinente aos diferentes tempos, espaços e sentidos; a compreensão do significado das ciências, das letras, das artes, do esporte e do lazer;
- III – ensinar a compreender o que é ciência, qual a sua história e a quem ela se destina;
- IV – viver situações práticas a partir das quais seja possível perceber que não há uma única visão de mundo, portanto, um fenômeno, um problema, uma experiência podem ser descritos e analisados



segundo diferentes perspectivas e correntes de pensamento, que variam no tempo, no espaço, na intencionalidade;

V – compreender os efeitos da “infoera”, sabendo que estes atuam, cada vez mais, na vida das crianças, dos adolescentes e adultos, para que se reconheçam, de um lado, os estudantes, de outro, os profissionais da educação e a família, mas reconhecendo que os recursos midiáticos devem permear todas as atividades de aprendizagem.

5.2 – A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Na organização da matriz curricular, serão observados os critérios:

I – de organização e programação de todos os tempos (carga horária) e espaços curriculares (componentes), em forma de eixos, módulos ou projetos, tanto no que se refere à base nacional comum, quanto à parte diversificada, sendo que a definição de tais eixos, módulos ou projetos deve resultar de amplo e verticalizado debate entre os atores sociais atuantes nas diferentes instâncias educativas;

II – O ano letivo das escolas de educação básica do município atende o disposto na legislação vigente, com a duração de no mínimo duzentos dias letivos, sendo que período de trabalho é de 05 (cinco) horas/aula¹⁵ diárias, no mínimo;

III – da interdisciplinaridade e da contextualização, que devem ser constantes em todo o currículo, propiciando a interlocução entre os diferentes campos do conhecimento e a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas, bem como o estudo e o desenvolvimento de projetos referidos a temas concretos da realidade dos estudantes;

IV – da abordagem interdisciplinar na organização e gestão do currículo, viabilizada pelo trabalho desenvolvido coletivamente, planejado previamente, de modo integrado e pactuado com a comunidade educativa;

VII – do entendimento de que, na proposta curricular, as características dos jovens e adultos trabalhadores das turmas do período noturno devem ser consideradas como subsídios importantes para garantir o acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, a permanência e o sucesso nas últimas séries, seja em curso de tempo regular, seja em curso na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista o direito à frequência a uma escola que lhes dê uma formação adequada ao desenvolvimento de sua cidadania;

VIII – da oferta de atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à

¹⁵ A hora aula corresponde a 50 (cinquenta minutos);



formação dos estudantes público-alvo da Educação Especial, previsto no projeto político-pedagógico da escola. A organização curricular assim concebida supõe outra forma de trabalho na escola, que consiste na seleção adequada de conteúdos e atividades de aprendizagem, de métodos, procedimentos, técnicas e recursos didático-pedagógicos. A perspectiva da articulação interdisciplinar é voltada para o desenvolvimento não apenas de conhecimentos, mas também de habilidades, valores e práticas. Considera, ainda, que o avanço da qualidade na educação brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político, dos gestores educacionais das diferentes instâncias da educação, do respeito às diversidades dos estudantes, da competência dos professores e demais profissionais da educação, da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico que contemple uma proposta consistente da organização do trabalho.

5.3 – ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Em suas singularidades, os sujeitos da Educação Básica, em seus diferentes ciclos de desenvolvimento, são ativos, social e culturalmente, porque aprendem e interagem; são cidadãos de direito e deveres em construção; copartícipes do processo de produção de cultura, ciência, esporte e arte, compartilhando saberes, ao longo de seu desenvolvimento físico, cognitivo, socioafetivo, emocional, tanto do ponto de vista ético, quanto político e estético, na sua relação com a escola, com a família e com a sociedade em movimento. Ao se identificarem esses sujeitos, é importante considerar os dizeres de Narodowski (1998). Ele entende, apropriadamente, que a escola convive hoje com estudantes de uma infância, de uma juventude (des) realizada, que estão nas ruas, em situação de risco e exploração, e aqueles de uma infância e juventude (hiper) realizada com pleno domínio tecnológico da internet, do orkut, dos chats.

Não há mais como tratar: os estudantes como se fossem homogêneos, submissos, sem voz; os pais e a comunidade escolar como objetos. Eles são sujeitos plenos de possibilidades de diálogo, de interlocução e de intervenção. Exige-se, portanto, da escola, a busca de um efetivo pacto em torno do projeto educativo escolar, que considere os sujeitos-estudantes jovens, crianças, adultos como parte ativa de seus processos de formação, sem minimizar a importância da autoridade adulta.

Na organização curricular da Educação Básica, devem-se observar as diretrizes comuns a todas as suas etapas, modalidades e orientações temáticas, respeitadas suas especificidades e as dos sujeitos a que se destinam. Cada etapa é delimitada por sua finalidade, princípio e/ou por seus objetivos ou por suas diretrizes educacionais, claramente dispostos no texto da Lei nº 9.394/96,



fundamentando-se na inseparabilidade dos conceitos referenciais: cuidar e educar, pois esta é uma concepção norteadora do projeto político-pedagógico concebido e executado pela comunidade educacional. Mas vão, além disso, quando, no processo educativo, educadores e estudantes se defrontam com a complexidade e a tensão em que se circunscreve o processo no qual se dá a formação do humano em sua multidimensionalidade.

5.4 – ALGUNS PROJETOS DESENVOLVIDOS EM NOSSAS ESCOLAS

❖ Educação em Saúde Ambiental

- Visa promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.

❖ Nestlé Conhecendo Arte

- O apoio da Nestlé a projetos como o Conhecendo Arte está alinhado à responsabilidade da empresa em fomentar, divulgar e promover o acesso a produções artísticas diversas, especialmente as que propõem uma reflexão sobre a alimentação.

❖ Biblioteca

- Visa promover a leitura, recursos e serviços da biblioteca a toda comunidade escolar e à comunidade externa;
- Disponibilizar recursos materiais diversificados, neste caso, os livros, a todos os alunos das escolas do Setor São Judas Tadeu.
- Desenvolver atividades didáticas de leitura.
- Proporcionar aos educandos o gosto pela leitura de diferentes tipos de textos e escritas.

❖ Sacola Literária

- O objetivo deste projeto é promover e contribuir com as práticas de leitura desenvolvidas na escola, para que possam ser absorvidas pelas famílias, tendo o compromisso pela inserção das mesmas na comunidade de leitores.
- A cada semana dois alunos levam para casa a sacola contendo livros de literatura, revistas, jornais, livros de receitas para cozinhar, tricotar e outras atividades do cotidiano.

❖ Trabalhando com poesia

- Desenvolver um olhar sensível e emotivo sobre o lugar onde vivem e o reconhecimento de poetas brasileiros consagrados. A literatura mantém viva a língua de um povo, tornando-se, além de meio de expressão e entretenimento, instrumento fundamental de unidade nacional.



Com esse projeto os alunos terão a oportunidade de aprender e diferenciar textos poéticos através da leitura, estudo, produção, ilustração e dramatização.

❖ Festa Junina

- Desenvolver, através de conversas, troca de experiências e conhecimentos sobre a Festa Junina, enquanto cultura popular.
- Dar oportunidade aos alunos de desenvolverem suas competências artísticas, sociais e de diversidade cultural.
- Proporcionar lazer, cultura e espírito de partilha.
- Levar o aluno a realizar trabalhos e atividades que os ajudem a se integrarem sócio e culturalmente.
- Dar oportunidade de discutirem as diferentes culturas regionais.

❖ Meio Ambiente /Furnas Centrais Elétricas S/A

- Desenvolver trabalhos sobre o meio ambiente e sua conservação e respeitar a natureza, pois dela depende nosso bem estar.

❖ Projeto Capoeira –Parceria com o DEC (Departamento de Esporte e Cultura)

- Visa incluir socialmente a criança e o adolescente, através de aulas teóricas, práticas e musicais relacionadas à Capoeira.

❖ Escola de Pais

- A Escola de Pais visa integrar a família e a escola, para que unidos possam aprimorar os conhecimentos em relação ao desenvolvimento dos filhos, de forma que alcancem a cada dia uma formação de qualidade.

❖ Informática

- Visa disponibilizar a alunos e professores mais um recurso didático-pedagógico para o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

❖ Consciência Negra

- Conhecer sua identidade cultural, oportunizando a convivência das diferenças.
- Construir na escola um ambiente de amizade, onde cada um possa expressar suas opiniões, ser respeitado e respeitar o próximo.
- Exercer a solidariedade compreendendo os fatos históricos e refletindo sobre as diferentes culturas.



❖ Folclore

- Proporcionar ao educando conhecimento das variações de culturas, valores nacionais, costumes, adições diversas no país, pois se modificam de região para região, tendo em vista a dimensão de nosso país.

❖ Corredor, um Espaço Educativo

- Promover o entrosamento entre os atores envolvidos no processo educacional (família, criança, funcionários, corpo docente e direção).
- Proporcionar à comunidade escolar através de diferentes fontes de informações, pesquisas, cartazes, textos jornalísticos, receitas, conhecimentos básicos sobre nosso dia a dia.
- Embelezar os corredores, resgatando a sensibilidade e o olhar de cada um.

❖ Releitura de Obras de Arte

- Dar oportunidade aos alunos para compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos.

❖ Meio Ambiente

- Desenvolver trabalhos sobre o meio ambiente e sua conservação.
- Respeitar a natureza, pois dela depende nosso bem estar.
- Saber a importância da conservação do solo.
- Coleta seletiva e reciclagem de materiais.
- Conscientizar os pais e comunidade quanto à necessidade de coletar o lixo.
- Proporcionar à comunidade escolar uma maior conscientização sobre a vida.
- Conscientizar a comunidade escolar sobre a importância do ambiente em que vivem, desenvolvendo autonomia e responsabilidade.

❖ Horta

- Despertar o interesse das crianças que o cultivo de horta e conhecimento do processo de germinação.
- Dar oportunidade aos alunos de aprender a cultivar plantas utilizadas como alimentos.
- Conscientizar da importância de estar saboreando um alimento saudável e nutritivo;
- Degustação do alimento semeado, cultivado e colhido.
- Criar, na escola, uma área verde produtiva pela qual, todos se sintam responsáveis;
- Estimular os alunos a conteúdos aos problemas da vida urbana.



-
- Construir a noção de que o equilíbrio do ambiente é fundamental para a sustentação da vida em nosso planeta.
 - ❖ Escola na comunidade.
 - Consiste na visita dos professores à casa dos alunos, estreitando a relação entre a família e a escola, diminuindo a evasão e a repetência, e melhorando a qualidade do ensino.
-
- ❖ Apoio Pedagógico
 - Tendo em vista a multiplicidade de dificuldades apresentadas por parte de nossa clientela e a necessidade de promover progresso em suas aprendizagens para que possam prosseguir seus estudos, promoveremos recuperação nas disciplinas em que o aproveitamento for insatisfatório.
 - ❖ Datas comemorativas
 - Promover a socialização entre a comunidade escolar.
 - Possibilitar ao aluno a manifestação de suas habilidades e competências.
 - Resgatar valores familiares e cívicos por meio de homenagens e apresentações.
 - Sensibilizar o aluno para a prática de atividades lúdicas e históricas como forma de ampliar o conhecimento.
 - ❖ Ações
 - Mobilização social pela educação.
 - Passeatas Ecológicas.
 - Plantio de Árvores.
 - Soltura de Alevinos.
 - Integração - Dia do Trabalho.
 - Agrupamento produtivo.
 - PROERD: “Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência”.
 - Coleta seletiva e reciclagem de materiais.
 - Atendimento odontológico parceria com o centro odontológico.
-



5.5 – APRESENTAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

5.5.1 – EMEB VINÍCIO SPESSOTO



A criação da EMEI “Vinício Spessoto” aconteceu no dia 25 de abril de 1983, através da portaria nº 1.493, onde a mesma passou a funcionar nas dependências da E.E.” Dr. João Gabriel Ribeiro”, no bairro Vila Pereira e permaneceu até 1998, quando passou a funcionar em sede própria.

Em 20 de Julho de 2004, através de decreto nº 3.409, foi feita a inauguração oficial da escola na sua sede na Rua Dr. Fernando Costa, 400, Jardim São Roque. A área onde foi construída a escola foi doada para a Prefeitura Municipal pelo contabilista de formação, comerciante de profissão e patrono da escola Sr. Vinício Spessoto.

Atualmente atende 93 crianças na Educação Infantil e 69 crianças no Ensino Fundamental I.

5.5.2 – EMEB “ALEXANDRA OLGA POURRAT CAMPO”



Criada em 2003 através da Lei nº 2.696 como unidade vinculada a EMEB “Vinício Spessoto”, funcionando nas instalações da Creche São Paulo, localizada a Praça Nossa Senhora Aparecida. .

Atualmente atende 40

crianças de 3 a 6 anos.



5.5.3 – EMEB “NOSSA SENHORA DO LORETO”

Criada e idealizada por Maria de Lourdes Benedita Nogueira Fontão, que ao evangelizar nas casas do bairro Jardim Aeroporto, acabou por fundar esta comunidade. Devido adesão de muitas pessoas viu-se então a necessidade de se construir uma igreja com o nome de Nossa Senhora do



Loreto, para que o povo se reunisse. Como na época não havia escola próxima e tinham muitas crianças em idade escolar, Dona Lurdinha criou um barracão da igreja uma “escolinha de pré”, como se chamava à época. A mesma tem como data legal de fundação o dia do aniversário de Dona Lurdinha, 1º de março de 1982.

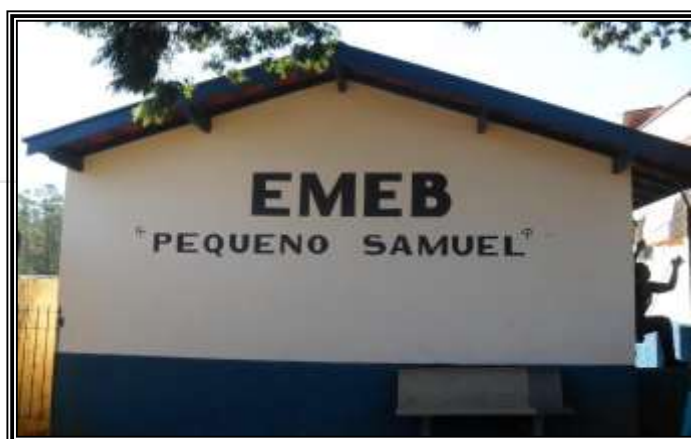


A escola cresceu e o barracão ficou pequeno para abrigar a demanda, devido a isso houve a necessidade da escola ter uma sede própria em frente ao barracão da igreja que foi inaugurada em 1º de setembro de 1996, com a denominação “prédio escolar municipal Maria de Lourdes Benedita Nogueira Fontão” feito pela prefeitura municipal, porém foi pedido da família o nome da escola foi mantido igual ao nome da igreja. Após o decreto municipal nº 3.719 de dezembro de 2008 a denominação de EMEB “Nossa Senhora do Loreto”.

Atende atualmente 289 crianças, de 3 a 10 anos.

5.5.4 – EMEB “PEQUENO SAMUEL”

Foi criada dentro do terreno que funciona o Lar da Infância desde 1966 por membros da Igreja Presbiteriana do Brasil, os missionários holandeses Klaass Van De Raa, Femmy e Jane Uroegop, inicialmente era em uma chácara que abrigava um orfanato para meninos, mas





cresceu e necessitou-se mais pessoas para trabalhar e por volta de 1973 a rio-pardense Algemira Pinheiro de Souza, que já realizava o trabalho voluntariado na instituição, foi convidada a fazer parte da diretoria da entidade. Foi diante de sua percepção às necessidade da população local que em meados de 1988 foi cedido pelo Lar da Infância o prédio anexo para funcionar a escola.

O nome Pequeno Samuel foi sugerido pela costureira a Sra. Maria que auxiliava no lar por se tratar de uma história bíblica relacionada com a obra iniciada pelos holandeses.

Atualmente atende 51 crianças de até 6 anos.

5.5.5 – EMEB “Prof.^a ZELIA MARIA ZANETTI”



A EMEB Prof.^a Zélia Maria Zanetti, foi criada através do Decreto 2.627 de 02 de maio de 2003, para atender a demanda de alunos acima de 03 anos de idade de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Ciclo I,

dos bairros Vila Verde, Maria Boaro, Buenos Aires e bairros vizinhos e sob a lei nº 2627 de 02 de

maio de 2003 foi instituído o nome de Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Prof.^a Zélia Maria Zanetti. Tem como mantenedora a Secretaria Municipal da Educação.



Foi inaugurada pelo Prefeito João Batista Santurbano, em 27 de junho de 2004, quando era



Secretária da Educação, a professora Maria Ester Cassucci Vieira.

Dando continuidade ao processo de organização da escola, no ano de 2009 foi instalada uma sala de informática com 10 computadores, destinada à ampliação do currículo.

Atualmente atende 172 crianças de 3 a 5 anos na Educação Infantil e 346 crianças de 6 a 10 anos no Ensino Fundamental I.

5.5.6 – EMEB “Prof.^a ADA PARISI”



Foi criada através do decreto nº 2.615 de 16 de maio de 1994, sob lei nº 3.719.

Atualmente atende 265 crianças de 3 a 6 anos.

5.5.7 – EMEIF “Prof.^a STELLA MARIS BARBOSA CATALANO”



O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, construído pelo governo federal, foi entregue a população riopardense em 16 de dezembro

de 1994, mas somente em 5 de agosto de 1995 é que as dependências começaram a ser utilizadas. Com o nome de EMEI “Prof. João Ribeiro de Noronha Junior” a escola iniciou suas atividades assistindo somente à educação infantil.



A partir do ano de 1996 a escola passou a denominar-se, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino de 1º grau, de acordo com o decreto de lei n° 2.744 de 28 de março de 1996, atendendo além da educação infantil e creche, alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino

Fundamental. Posteriormente, no ano de 1997 implantou o EJA e no ano seguinte as séries subsequentes.

Em 2008 a escola passou a denominar EMEB “Prof.ª Stella Maris Barbosa Catalano”

5.5.8 – EMEB “SÃO JUDAS TADEU”



A EMEB São Judas Tadeu foi criada através do Decreto n° 1666, de 12 de março de 1984, passando a EMEIF São Judas Tadeu pelo decreto n° 3010, D.O.E. De 01 de dezembro de 1999. Com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos a partir de 2008, a escola

passa a ser EMEB (Escola Municipal de Educação Básica) São Judas Tadeu.

A escola recebeu o nome São Judas Tadeu por causa do santo que é o padroeiro do bairro. Quando a Igreja do bairro entrou em reforma, a imagem do santo São Judas Tadeu que veio da Aparecida do Norte, ficou nesta escola até o término da sua





construção. Outra imagem foi colocada na escola pela primeira diretora da rede Lúcia Maria Oliveira Ribeiro e permanece na escola até hoje.

Atende atualmente 481 crianças de 4 a 10 anos.

5.5.8.1– ESCOLAS VINCULADAS:



5.5.8.1.1–EMEB SÃO FRANCISCO

Criada através do Decreto nº 1754, de 02 de maio de 1985.

Atende atualmente 19 crianças de 4 e 5 anos, nas dependências da EMEB São Judas Tadeu, uma vez que o prédio passará por reformas.



5.5.8.1.2– EMEB FRANCISCO DE ASSIS

Criada através do Decreto nº 3407, de 20 de julho de 2004. Atualmente atende: 65 crianças 3 a 5 anos.

5.6 – BREVE HISTÓRICO DAS ESCOLAS DO CAMPO

A Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Educação tem o projeto: Escolas do Campo: uma educação de qualidade para todos.

O município entre as décadas de 40 a 80 chegou a possuir mais de 40 escolas do campo na época pertencentes ao Estado, em 2000, com a municipalização do ensino, as cinco escolas restantes, passaram a serem administradas e mantidas pela Secretaria de Educação do município, no período de 2000 a 2004 as escolas eram vinculadas a escolas municipais da cidade. De 2005 a 2007 todas ficaram vinculadas à EMEB São Judas Tadeu, em 2007 foi criado o setor da “Zona Rural”.

Nos anos de 2008/2009 o governo federal investiu em um programa de capacitação de professores e gestores do campo chamado “Escola Ativa”, onde a gestora recebia formação na UFSCAR, repassando a funcionários e professores, valorizando a igualdade entre escolas rurais e da



cidade, a partir de estudos e realizações de assembleias com a comunidade, em constantes discussões com a Secretaria de Educação, percebeu a necessidade da criação do setor “Escola do Campo”, no ano de 2010.

No final do ano foi criada a logomarca das Escolas do Campo, com a contribuição da Prof.^a. Márcia de Moraes e seus alunos.



Figura 04- Logomarca das Escolas do Campo

O objetivo deste projeto é estabelecer as bases e os fundamentos de uma boa educação de qualidade em nossas escolas localizadas no perímetro rural do município e possibilitar seu aperfeiçoamento.

Oportunizando à população campesina uma educação que atenda as especificidades de nossas comunidades e o desenvolvimento e crescimento de nossos educandos de maneira global e especializada, atendendo a criança de acordo com as competências e habilidades de cada ano, melhorando assim a qualidade do desempenho escolar nas escolas do Campo rio-pardenses.

O município conta com cinco Escolas no Campo: Emeb “Estação Fazenda Venerando”, “Emeb Fazenda Água Fria”, Emeb “Fazenda Santa Amélia”, Emeb “Fazenda Barreirinho” e Emeb “Sítio Novo” numa média de 350 alunos, num total de 300 famílias que juntas compõem a área rural do município rio-pardense, totalizando uma população rural de 5.941 pessoas em média segundo dados do IBGE.

Sendo três escolas do período integral: Emeb “Fazenda Água Fria”, Emeb “Fazenda Barreirinho” e Emeb “Fazenda Santa Amélia” tendo o município proposta de implantar o período integral na Emeb “Sítio Novo” e Emeb Estação Fazenda Venerando”.

As Escolas do Campo recebem o apoio da Prefeitura Municipal através da Secretaria da Educação que procuram melhorar cada vez mais a educação do campo:

- Disponibilizando diversos recursos pedagógicos e de gestão.
- Fortalecendo o desenvolvimento da proposta pedagógica e metodológica adequadas às escolas do campo.
- Realizando formação continuada para os educadores e funcionários envolvidos com os princípios pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica.



Figura 05 - História Criação Setor Escolas do Campo

5.6.1 – EMEB “Fazenda Água Fria”

A escola funciona no prédio da antiga EE “Mário de Souza”, a qual foi paralisada pela Diretoria de Ensino e os alunos repassados para o município, em 2012, permanecendo o nome “EMEB Água Fria”, devido a existência da mesma em conjunto com a escola estadual na época de sua existência. É a maior escola do



campo do município com o total de 95 alunos de período integral atendendo crianças do 1º ao 5º ano além das turmas de Educação infantil inclusive maternal.



5.6.2 – EMEB “Sítio Novo”



A Emeb funcionava junto com a EE Sylvia Portugal Gouveia, até o ano 2014. Em 2015 a escola passou a funcionar em prédio próprio. É uma escola com 45 alunos que funciona próximo a uma escola de rede estadual, funciona no período da tarde com crianças de educação infantil e fundamental de 1º ano.

5.6.3 – EMEB Estação Fazenda Venerando

É uma escola rural do município, com um total de 85¹⁶ alunos, atendendo crianças do 1º ao 5º ano, além de turma de Educação Infantil. É a única escola que possui a monografia sugerida pelo programa Escola Ativa que nos deu acesso a documentos sobre sua origem. Foi instalada em São José com o nome de Escola Rural do Rio Claro em 1929, com uma só sala multisseriada — 36 — alunos matriculados. Permaneceu assim até os anos de 1950. Em agosto de 1951 foi instalado o Grupo





Escolar Estação de Venerando, mudando de nome para Grupo Escolar Onofre Ribeiro da Silva em 1962. Em 2000, quando houve a municipalização das escolas rurais de São José, a Venerando tornou-se a escola nucleada com fechamento das escolas das fazendas Tubaca, Santa Teolinda, Santa Justa e São Geraldo. É composta por cinco salas de aulas, uma cozinha, uma sala de professores, um pátio, uma área para refeitório, uma sala de informática, uma quadra descoberta e uma área de gramado. É a escola sede/unidade executora das escolas do campo. As outras quatro escolas do campo possuem um consorcio das APMS. Por ser uma escola nucleada, muitas das famílias que a utilizam moram em casas dispersas e distantes da escola.

5.6.4 – EMEB Fazenda Santa Amélia



É uma escola de período integral, com três salas (uma delas funciona como sala de aula e de informática ao mesmo tempo), um pátio interno com refeitório, dois banheiros, uma cozinha e duas pequenas áreas externas. São seis alunos da turma infantil e duas turmas multisseriada de 16 e 18 alunos. Atravessando a rua de terra situada em frente à escola, encontramos um campo de futebol

utilizado pela comunidade escolar para festas e outros eventos.

5.6.5 – EMEB Fazenda Barreirinho

É uma escola de período integral, foi a escola que restou entre outras daquela região do município. No início da década de 2000 as fazendas Carneiros, Santa Helena e Santa Martha tiveram suas escolas fechadas e seus alunos foram transferidos para a escola da fazenda Barreirinho. Os pais dos alunos da Santa Helena, não quiseram que seus filhos fossem diariamente transportados para a





Barreirinho em razão do trajeto perigoso e da passagem pelo Rio Pardo. Estes alunos foram então transferidos para uma escola urbana.

A Barreirinho possui duas salas de aula (uma delas também funciona como sala de informática), uma cozinha, dois banheiros, um pequeno refeitório e uma área externa. Em 2012 aconteceu a abertura do período integral, foi um ganho para toda comunidade escolar.

5.6. 6 – Equipe de Trabalho

Peça fundamental no nosso trabalho, os educadores e equipe de apoio sentem-se valorizados e reconhecidos pela comunidade, alunos e direção, trabalhando todos em perfeita sincronia e união, demonstrando claramente a entrega e devoção ao trabalho realizado com muito amor, dedicação e felicidade.

Importante frisar a participação de todos (equipe de apoio e educadores) na vida diária das escolas e nos eventos realizados fora do período de trabalho, da presença nos conselhos escolares, nas reuniões pedagógicas e administrativas, tornando possível a vivência, de fato, da participação democrática nas decisões tomadas em conjunto com os pais e direção. Acreditamos ser esse o grande ponto do sucesso do nosso trabalho.

5.6.7 – Características das escolas do Campo

Todas as escolas do campo possuem uma sala de informática com computadores, utilizados como recursos pedagógicos. Nenhuma delas possui telefone. Na área externa de todas existe uma horta feita pelos professores com a ajuda dos alunos e da comunidade, e um parquinho com brinquedos de plástico cedidos, no caso da escola Santa Amélia, pelo fazendeiro e nas outras pela prefeitura. Todas as escolas receberam, tanto pelo programa Escola Ativa quanto por uma parceria entre município e Estado, um acervo de aproximadamente 230 livros de literatura e livros didáticos, além de jogos de alfabetização e de matemática. As bibliotecas escolares também disponíveis para a comunidades locais.

As escolas do campo atendem uma população de alunos moradores das áreas rurais do município, filhos de meeiros ou trabalhadores rurais e de mães donas de casa ou diaristas, que vivem nas fazendas onde estão instaladas as escolas ou em sítios e fazendas próximos a elas. O transporte escolar é feito por ônibus e peruas fornecidos pela prefeitura municipal, tanto para levar alunos do campo para a cidade (no caso de estudantes das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) quanto para levar crianças de suas casas para as escolas do campo.



5.6.8 – Plano de Gestão das Escolas do Campo

O Plano de Gestão Escolar do Setor Escolas do Campo caracteriza as comunidades atendidas pelas as escolas como comunidades de nível socioeconômico C e D, que têm acesso a atividades recreativas como pesca, futebol e passeios, sem que a maioria saia da fazenda para viagem mais longas. Isso significa que estão distantes das atividades culturais urbanas como cinemas, museus e bibliotecas. São famílias de religião católica e evangélica, predominantemente. Para muitas famílias, o ambiente escolar é importante em termos de orientação e encaminhamento médico, odontológico e psicológico. Muitos alunos têm pais semiempregados e sofrem de carência alimentar, portanto a merenda escolar e o fornecimento de materiais como cadernos, lápis e borrachas são necessários. As condições de vida dessas famílias afetam a frequência regular na escola e a aprendizagem dos alunos.

5.6.9 – Situações Que Interferem Na Aprendizagem

Algumas situações que interferem na aprendizagem dos alunos das Escolas do campo:

- Alta rotatividade dos alunos nas escolas
- Clima
- Empregos temporários
- Falta de recursos humanos e materiais em suas casas
- A falta de informação das famílias
- As condições físicas dos espaços onde moram.

5.6.10 – Parcerias das Escolas do Campo

As Escolas do Campo mantém as seguintes parcerias:

- Secretaria de Saúde: A escola sede seu espaço para o atendimento médico a comunidade local;

_ UFSCAR;

_ Transporte Escolar;

_ Setor de Merenda Escolar;

_ DEC – Departamento de Esportes e Cultura: Disponibilizando participação em eventos esportivos e culturais.

_ Comunidade Campesina: Participações e doações a projetos desenvolvidos pela escola.



5.6.11 – *Projetos das Escolas do Campo*

Projetos Institucionais desenvolvidos pelas Escolas do Campo:

5.6.11.1 Escola na Comunidade;



Imagem 44 - Alunos no sistema self service

5.6.11.2 – Self Service



Imagem 45 - Alunos no sistema self service



5.6.11.3 Horta



Imagem 46 - Trabalhando na horta

5.6.11.4 Projeto Cidadania

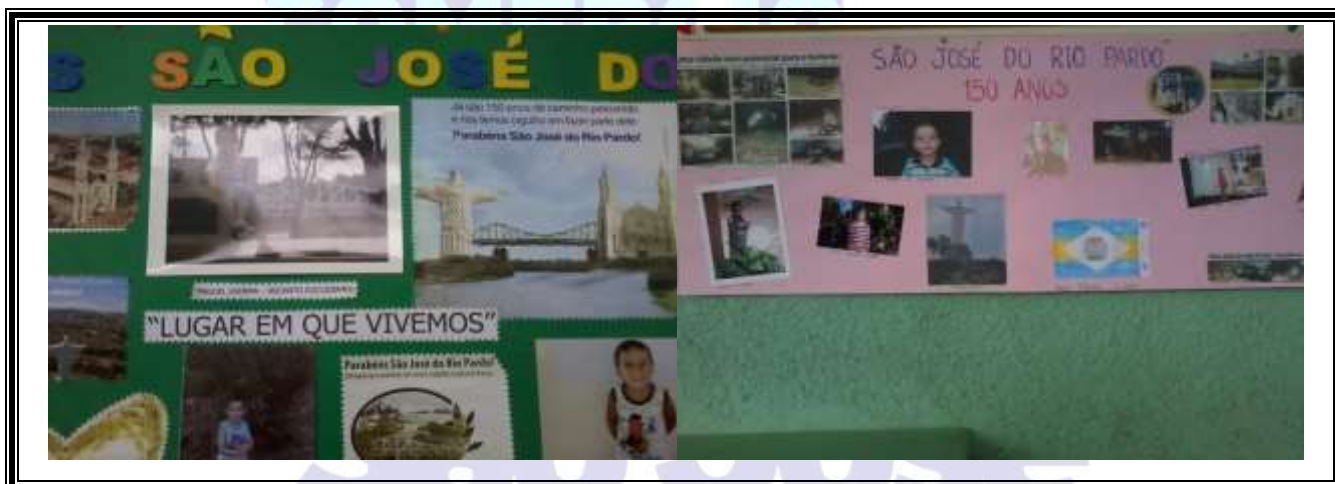


Imagem 47 - Projeto São José – 150 anos

5.6.11.5 Projeto de Culinária



Imagem 48 - Projeto Aulas de Culinária



5.6.11.6 Projeto Janelas de Oportunidades: Leitura em minha casa



Imagem 49 – Professor enquanto modelo de leitor

5.6.11.7 Projeto Agrupamento produtivo



Imagem 50 - Apoio ao aluno – trabalho em grupo



5.6.11.8 Projeto de Informática



Imagem 51 - Aulas de Informática

5.6.11.9 Projeto Cultura em Movimento



Imagem 48 - Dia do Índio e Festa Julina

5.6.12– CONSELHO DE ESCOLA SETOR ESCOLAS DO CAMPO

O Conselho Escolar é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionado um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma



e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar.

Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

O Conselho de Classe das ESCOLAS DO CAMPO, Emeb “Estação Fazenda Venerando”, Emeb “Fazenda Santa Amélia”, Emeb Fazenda Barreirinho”, Emeb “Sítio Novo” e Emeb “Fazenda Água Fria”, acontecem bimestralmente, nas datas estipuladas no Calendário Escolar.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

PRESIDENTE

Prof.^a Renata Daniele Vechini Dal Bon - Diretora da Escola

APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO:

Prof.^a: - Coordenadora

ALUNOS:

1. Bruno Henrique Matias Mendes (5º ano A)
2. Alice Cristina Mariano (5º ano A)
3. Leticia Aparecida Moura (5º ano A)
4. Amanda Beani Rodrigues (4º ano A)
5. Luís Henrique Lopes Moro (5º ano A)

SUPLENTES:

1. Beatriz Alves Coelho (3º ano A)
2. Diego Pedro da Silva (3º ano A)

PROFESSORES:

1. Ivone Aparecida Bastos
2. Silmara de Fatima Del Pintor
3. Ana Cecilia F Capello Xavier
4. Isabela Farath Ortega Darin

SUPLENTES:

1. Elaine Zaneti Camillo

PAIS DE ALUNOS:



1. Natalia Aparecida da Silva Orfei
2. Renata Maria Primini
3. Maria Cristina Margarida da Silva Lofrano
4. Sueli Facone de Almeida

FUNCIONÁRIO:

1. Adriano Gonçalves de Serpa
2. Sonia Rosa de Castro

SUPLENTE:

1. Maria Filomena Lima Risso

6 – MERENDA ESCOLAR

O Setor de Alimentação Escolar é vinculado à Secretaria de Educação do Município, sendo responsável por fornecer alimentação saudável para cerca de 9.500 alunos matriculados em toda rede Municipal, Estatual, Projetos e Entidades Filantrópicas, totalizando 35 unidades escolares e produtoras das refeições, sendo servidas diariamente 15.300 refeições.

O Setor de Alimentação Escolar Merenda é composto por 81 funcionários, sendo 71 Merendeiras, 3 Auxiliares de Serviços Gerais, 1 Escriturária, 2 Nutricionistas e 1 Chefe de Divisão de Alimentação Escolar.

As refeições são elaboradas nas próprias cozinhas das escolas, respeitando os cardápios elaborados pelas Nutricionistas Responsáveis, respeitando a faixa etária, período de permanência na escola e necessidade nutricional das crianças, conforme determina a Resolução CD-FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e FNDE nº 04, de 02 de abril de 2015.

Todos os itens utilizados para elaboração dos cardápios estabelecidos, sendo adquiridos por meio de processo licitatório e passam por análise técnica antes do fechamento do contrato, garantindo uma melhor qualidade dos produtos comprados.

Já o hortifrúti como as frutas, legumes e verduras, é fornecido através de Chamamento Público para aquisição de produtos provenientes da Agricultura Familiar respeitando o determinado nas Leis e Resolução CD-FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, FNDE nº 04, de 02 de abril de 2015 e Lei nº 11.947, de junho de 2009.

Nas figuras abaixo são apresentados os principais processos de distribuição dos alimentos, até as escolas.

Aquisição e Distribuição dos itens estocáveis, hortifruti e carnes.



Hortifrúti adquiridos da agricultura familiar





1) Itens Estocáveis





PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO





2) Preparação das refeições nas cozinhas das unidades escolares.



3) Algumas preparações prontas e servidas aos alunos.



4) Crianças durante as refeições





7 – O TRANSPORTE ESCOLAR

Em seu Art. 205, a CF/88 assegura a todos o acesso à educação e considera como dever do Estado e da família promover sua implementação. Em função disso, e de modo específico, recai, também, sobre o município a função de promover o livre acesso à educação de qualidade, além de outros serviços essenciais para a população. Para que esse acesso seja garantido, a manutenção de um serviço de transporte escolar é fundamental.

Além disto, é preciso que seja, também, considerando a obrigatoriedade dos estados e municípios de disciplinarem e garantirem o acesso do aluno à educação e, sendo o transporte escolar fator essencial neste acesso à escola, além do que se encontra disposto no(s)

- Inciso VII do Art. 208 da Constituição Federal de 1988;
*Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, **transporte**, alimentação e assistência à saúde.*
- Inciso VII do Art. 10 e inciso VI do Art. 11 da Lei 9.394/96;
Assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.
- Inciso VI do Art. 11LDB.
Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.
- Inciso VIII do artigo 224, VIII da Lei Orgânica do Município de São José do Rio Pardo;
Transporte coletivo, com ênfase à locomoção de alunos da zona rural para estabelecimentos de ensino da região urbana.

A LDB, por meio da lei nº10.709/2003, definiu que o Estado é responsável pelo transporte escolar da rede estadual(art. 10º) e os Municípios (art. 11º). A mesma lei afirma que o Município e o Estado podem celebrar um convênio para realizar o Transporte Escolar juntos. É o caso de nossa cidade. No entanto, as regras para o transporte de alunos da rede estadual são determinadas pelo governo do Estado.

E as regras do Município é determinada pelo Prefeito Municipal que nomeia um responsável para supervisionar todas as rotas, e mensalmente é necessário enviar um relatório para Diretoria de Ensino de São João da Boa Vista relatando a execução do transporte, conforme resolução SE.nº28 de 12 de Maio de 2011.

Diante desta análise, é correto afirmar que a legislação sobre educação dispõe sobre princípios e ações que asseguram a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.



O transporte escolar é visto neste contexto como instrumento necessário para garantir tais princípios, sendo, portanto, um meio propulsor da inclusão social, pois possibilita condições de acesso à educação ao transportar estudantes de suas residências ou proximidades até a escola em que estes estão matriculados e ao término das aulas os levarem de volta ao ponto de origem.

Desta forma, o setor de Transporte Escolar é vinculado a Secretaria Municipal da Educação e atende cerca de **5.099** alunos sendo **2.008** zona rural e **2.761** zona urbana, além de **330** alunos de projetos. Temos cerca de 65 linhas para transportar os alunos, na seguinte conformidade:

- 128 são realizadas através de frota própria, com
 - o 04 motoristas especializados;
 - o 04 linhas com monitoras.
- 65 são terceirizadas, sendo que:
 - o 35 linhas são perureiros com monitoras.
 - o 04 linhas são perueiros sem monitores.
 - o 26 linhas são realizadas por ônibus com monitores para alunos menores de 12 anos.
 - o 3091 passes escolares.

O Transporte Escolar é um programa complementar para garantir o Direito a educação.

O Ministério da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), que visam atender alunos moradores da zona rural, Resolução de nº 12 de Março de 2011.

Pela constituição, a educação é um direito da criança e um dever da família e do Estado (art. 205).

Transporte escolar é um instrumento de inclusão social.

Ao garantir o acesso e a permanência desses alunos na escola, o transporte escolar gratuito ajuda o número de jovens que terminam o ensino fundamental.





V- OUTROS CENÁRIOS

Sabemos que não será tarefa fácil colocar em prática o PME.

Por isso, abrimos um espaço neste documento para apresentar futuras parcerias.

1 – DEC

História do Tartarugão e do DEC





Iniciando as obras do Ginásio Municipal de Esportes no ano de 1973 e tendo como previsão para inauguração o ano de 1974, somente em meados de 1976 o Ginásio Municipal de Esportes foi entregue a população.

O Ginásio Municipal após o término de sua construção, foi carinhosamente apelidado de Tartarugão, apelido este, colocado em função de sua arquitetura.

Tartarugão – Ginásio de Esportes Adhemar Machado de Almeida

Em 15 de Setembro de 1988 o Ginásio Municipal de Esportes recebeu o nome do esportista "Adhemar Machado de Almeida", homenagem aos relevantes serviços prestados ao esporte rio-pardense.

No início, o atual Departamento de Esportes e Cultura – DEC chamava – se COMCET - Conselho Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, sendo mudado para DECET - Departamento de Cultura, Esportes e Turismo em janeiro do ano de 1984.

DEC - Departamento de Esportes e Cultura 01/01/2002 (atualmente)

Número de Professores: 24

Número de Monitores: 04

Público-Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária entre 07 e 18 anos.

Número de Escolinhas de Esportes: 22 Escolinhas

Total de Núcleos: 12 Núcleos

Número de Alunos a serem atendidos: Aproximadamente 4.000 alunos em 14 modalidades esportivas.

Oficinas

- Dança Educativa
- Teclado e Piano
- Horários da Fábrica de Expressão
- Violino
- Violão, Guitarra e Contrabaixo Elétrico
- Saxofone e Clarinete
- Trompete, Trombone e Bombardino
- Flauta Transversal
- Flauta Doce



- Dança Livre
- Pintura e Desenho
- Dança do Ventre
- Dança de Salão
- Dança Contemporânea
- Ballet

Orquestras

- Orquestra de Sopros
- Orquestra Jazz Sinfônica
- Quinteto de Cordas



Casa Euclidiana

2 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

Serviços prestados:

1. Departamento de habitação:
 - Cadastro da demanda
 - Seleção para o Programa Minha Casa Minha Vida
 - Projeto Técnico Social com Residencial São José e Rio Pardo
 - Projeto Técnico Social com o Conjunto Habitacional Chico Xavier
 - Projeto Socioambiental – Tratamento de esgoto total
 2. Departamento de Assistência:
 - Acolhimento/Escuta
 - Atendimento às famílias da região do bairro Cassuci, Rural e Central
-
- Inclusão e acompanhamento aos programas de transferência de renda – Bolsa Família, Renda Cidadã e Ação Jovem
 - Grupo Socioeducativo
 - Cadastro Único



CRAS - Centro de referência da Assistência Social

Funciona nos Bairros Vale do Redentor II e Carlos Cassucci

Horário de Atendimento ao Público: 7:00 às 17:00

- Acolhimento/escuta
- PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família
- CADUNICO
- Acompanhamento às famílias dos Programas de Transferência de Renda
- Grupos e oficinas Socioeducativas
- Inscrições do PRONATEC
- Busca Ativa
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Atendimento a crianças/adolescentes;
- Oficinas:
 - o de Capoeira, Esporte,
 - o Contação de História,
 - o Dançoterapia;
 - o Roda de Conversa e
 - o Oficina de artesanato

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Rua Dela Torre, Nº 4

- Serviço de Proteção de Atendimento Especializado às famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência, afastamento do convívio, abandono, etc
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade (L.A.)
- Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosa e suas famílias.



VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Acessada no seguinte endereço:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art40§5

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Acessada no seguinte endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm .

_____. **Plano Nacional de Educação**. Câmara dos Deputados. Brasília, 2014. Acessado no seguinte endereço: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

DEL GUERRA, Rodolpho José. **No Ventre da Terra Mãe (São José do Rio Pardo)**. São José do Rio Pardo: Graf-Center, 2001.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, Câmara Municipal, 1990 – Revisada e atualizada até junho 2013.

SITES CONSULTADOS

<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=354970&search=sao-paulo|sao-jose-do-rio-pardo|infograficos:-historico>

<http://pne.mec.gov.br/alinhando-os-planos-de-educacao>

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>

<http://www.qedu.org.br/cidade/2322-sao-jose-do-rio-pardo/aprendizado>

<http://www.observatoriodopne.org.br/>

<http://www.deolhonosplanos.org.br/tag/plano-municipal-de-educacao/>

<http://convivaeducacao.org.br>